

**Janaína Valéria Pinto Camilo**

**HOMENS E PEDRAS NO *DESENHO* DAS FRONTEIRAS:**

**A construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Miceli.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 21 de fevereiro de 2003.

BANCA

*Titulares :*

Prof. Dr. Paulo Miceli (Orientador)

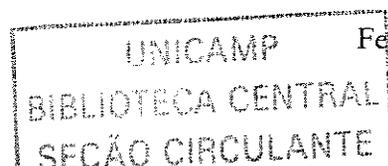
Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva (FFLCH – USP)

Prof. Dr. Leandro Karnal (IFCH-Unicamp)

*Suplente :*

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva

(IFCH-Unicamp)



Fevereiro de 2003

UNICAMP

UNIDADE	BE
Nº CHAMADA	TUNICAMP C146h
V	EX
TOMBO BC/	53109
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	139,11,00
DATA	15/04/03
Nº CPD	

CM00182201-0

BIB ID 287796

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 146 h Camilo, Janaína Valéria Pinto  
Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da  
Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782) / Janaína Valéria  
Pinto Camilo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Paulo Celso Miceli.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marques de,  
1699-1782. 2. Fortificações. 3. Brasil - História - Período colonial,  
1500-1822. 5. Amazônia - História. I. Miceli, Paulo Celso.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

### Resumo/Abstract

A fortaleza de São José de Macapá foi construída na margem esquerda do rio Amazonas, no atual estado do Amapá, entre os anos de 1764 e 1782, tendo sido desenhada por Henrique Antônio Gallucio, durante o governo do capitão general Fernando da Costa de Ataíde Teive, sob as ordens recebidas do marquês de Pombal.

Projetada sobre o cenário natural da Amazônia, sob influência dos *riscos* de Vauban, a imensa construção de pedras constitui um monumento fundamental para compreender a história dessa porção da América setentrional. Este trabalho objetiva estudar a fortificação, não apenas como estrutura militar destinada à proteção da “porta” do grande rio, mas, sobretudo, como instrumento integrante dos planos políticos de Pombal, que tentava viabilizar o projeto português de proteção das minas descobertas em Vila Bela.

The São José de Macapá Fort was built from 1764 to 1782, on the left margin of the Amazon River, in the nowadays so called Amapá state. It was designed by Henrique Antônio Gallucio, during the government of the *capitão general* Fernando da Costa Ataíde Teive, following the instructions received from *Marquês de Pombal* ( Marquis of Pombal ).

Projected over the natural Amazon scenery and under the Vauban *risks*, the huge stone building is part of a fundamental monument to the understanding of this north American portion. This work aims to study the fort, not only as a militar structure destined to protect the entrance of the great river but, above all, as an instrument of Pombal political plans, which tried to engender the portuguese project of protection of the mines found in Vila Bela.

## Agradecimentos

Primeiramente, quero expressar toda a minha admiração e gratidão ao Paulo Miceli, meu orientador acadêmico e incansável companheiro de vida que, com dedicação e firmeza, tem me ajudado a recuperar os anos em que passei longe do universo acadêmico.

Não posso deixar de agradecer também as sugestões dos professores Leandro Karnal e Leila Mezan, pelas observações atentas feitas durante o exame de qualificação.

Quero agradecer, com carinho, o apoio espiritual dado pela minha família e a paciência do meu filho.

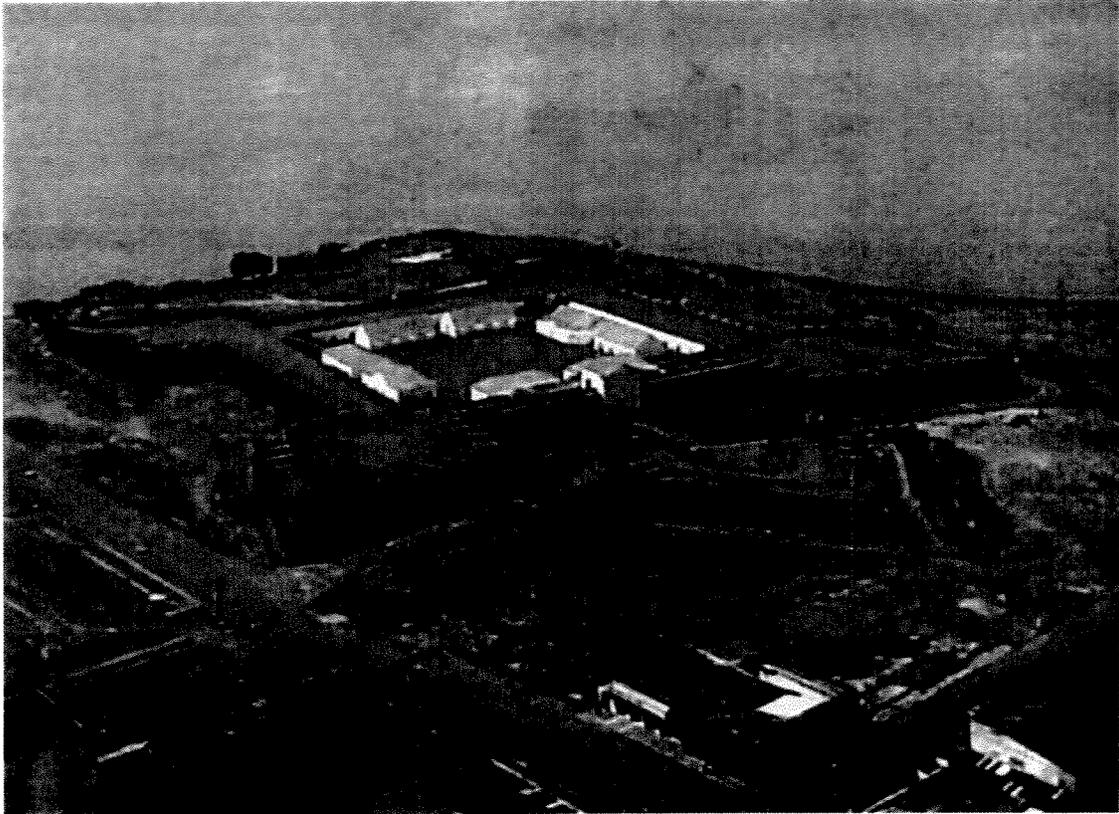
Agradeço, ainda, a ajuda dos funcionários do Arquivo Público do Pará, sobretudo da Clara e da Leda e, também, da Eva pela orientação paleográfica.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse chegar até a defesa deste mestrado.

*Não me pareceu que nada estava primeiro que povoar do que o Macapá, porque temos por ali maus vizinhos, e com boas terras, conforme me dizem, e na ocasião presente, sem meios, ou modo de transportar estas gentes para parte mais longe, ali os vou aquartelando, e em saindo a Frota, se Deus me der saúde, vou logo fundar a nova Povoação de São José, se S. Maj. for servido que assim se chame, e depois declarar-me se quer que seja vila ou cidade, ou que fique em Lugar; porém como fica tão longe, me parece que não poderá deixar de haver ali um Corpo Civil para governo daquela terra. (...)*  
*Ainda não tive daquele sítio mais do que as primeiras novas, pelas canoas que transportaram os primeiros Povoadores, em que eles mandaram dizer aos companheiros que estavam muito contentes, porque a terra era boa, e que tinham visto uma grande abundância de peixe e caça.*  
*Queira Deus que eles assim continuem, e que façamos ali uma povoação que livre a este Estado da lamentável miséria e ruína em que se acha.*

(Correspondência de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, Pará, 4 de dezembro de 1751)

### Fortaleza de São José de Macapá



## Índice

### Introdução - 15

**Capítulo I:** As transformações em Portugal ao tempo de Pombal e suas influências na Amazônia setentrional. – 23.

1. Contexto – 26.
2. As reformas pombalinas – 38.
3. A ação colonialista de Mendonça Furtado nas terras do Grão-Pará – 44.
4. A defesa do território – 57.

**Capítulo II:** O *Disegno* – 79.

1. Os engenheiros militares – 79.
2. A institucionalização da engenharia – 85.
3. O engenheiro do Rei Sol – 90.
4. Permanências e mudanças nas propostas de Vauban – 96.
5. Da teoria à prática – 97.
6. A praça de guerra – 109.
7. Técnicas e materiais da construção – 113.
8. Vida e trabalho no canteiro de obras – 116.

**Capítulo III: Os trabalhadores da pedra – 123.**

1. A companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a escravidão negra na Amazônia – 123.
2. Condição social – 132.
3. Índios operários – 137.
4. Condição de vida e trabalho na Amazônia colonial – 143.

**Capítulo IV: Fortaleza de São José de Macapá: suas formas e desenhos – 150.**

1. A representação dos desenhos – 150.
2. A militarização da Amazônia – 156.

**Considerações finais – 173.****Glossário – 175.****Anexos – 177.****Fontes e bibliografia –181.**

## Índice das figuras

- Figura 1: Eclipse do sol, desenhado por Henrique Antônio Gallucio – 24.
- Figura 2: Eclipse da lua, desenhado por Henrique Antônio Gallucio – 25.
- Figura 3: *O triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia do Século XVIII* – 34.
- Figura 4: *Prospecto de Vila Boa, “tomada da parte do Es noroeste para Les Sueste no anno de 1751”* – 45.
- Figura 5: *Vista de Cuiabá* – 47.
- Figura 6: *Planta de Villa Boa Capital da capitania g.<sup>al</sup> de Goyas. Levantada no ano de 1782* – 48.
- Figura 7: *Plano de Villa Bela da Santíssima Trindade, Capital da Capitania de Matto Grosso, levantado em 1789* – 49.
- Figura 8: *“Mappa em que se demonstra como do Rio Cauaburis se comunica para os dominios de Espanha”* – 59.
- Figura 9: *’Plano do Novo e Real Forte Que Em Sólido e Ventageoso Terreno no Augustíssimo nome do Príncipe da Beira’* – 61.
- Figura 10: *“Prospecto da Fortalezça de Gurupá, con a sua Povoaçam”* - 63.
- Figura 11: *“Prospecto da Fortalezça de Tapajós, con a sua Aldeã”* – 64.
- Figura 12: *Prospecto da Fortalezça de Pauxis* – 65.
- Figura 13: Figura de um Engenheiro militar (conforme Pormenor do mappa da comarca do Sabará, Eng. José Joaquim da Rocha, 1778) – 85.
- Figura 14: Primeiro, segundo e terceiro métodos de Vauban – 95.
- Figura 15: Frontispício do *Methodo Lusitânico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel - 104.
- Figura 16: Caderno de risco dos alunos da Aula Militar da Bahia – *Geometria Pratica* – 108.
- Figura 17: *Mappa Geométrico de hum Pentágono regular projetado p.<sup>o</sup> fortificar a Praça da Villa de S. Jozé do Macapá no ano de 1759/ Sarg.<sup>1o</sup> mor Engenh. Manoel Guedes* – 122.
- Figura 18: Desenho da planta de quina – 144.

Figura 19: *Planta do terreno mistico ao lugar de S.<sup>ta</sup> Anna do Rio Mutuacá - 154.*

Figura 20: *Planta da Villa de S. Jozé do Macapá tirada por ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr. Manoel Bernardo de Melo e Castro Gov.<sup>or</sup> e Capp.<sup>am</sup> General do Estado do Pará (...) em o Anno de 1761 pello Capitão Eng. Gaspar João de Gronfeld. - 155.*

Figura 21: *Planta da Praça e Villa de S. Jozé do Macapá - 158.*

Figura 22: *Planta do reduto de fachina antes de arruinado, 1761 - 160.*

Figura 23: *Planta do mesmo reduto da forma em que se vay redificando - 161.*

Figura 24: *Planta para a Fortificação de S. Jozé do Macapá com a planta da Villa - 162.*

Figura 25: *Planta de Huma Fortificação Reglar, Fácil e Rezumida - 163.*

Figura 26: *Perfis das casamatas e do armazém de pólvora - 165.*

Figura 27: *Ponte levadiça - 166.*

Figura 28: *Fortaleza de São José de Macapá em 1765 - 169.*

Figura 29: *Fortaleza de São José de Macapá em 1767 - 170*

Figura 30: *Fortaleza de São José de Macapá em 1773 - 171.*

Figura 31: *Fortaleza de São José de Macapá em 1805 - 172.*

## Introdução

O interesse em estudar a Fortaleza de São José de Macapá começou a surgir na infância, quando a imensa fortificação apresentava-se aos meus olhos, despertando uma euforia proporcional a sua grandeza física e uma curiosidade repleta de enigmas. De lá para cá, quando o monumento foi assumindo suas características de testemunho material e cultural da história das antigas terras do Cabo Norte, somando-se ao fascínio inicial, que ainda existe, acrescentaram-se sentidos formadores de identidade social e política, alimentando uma curiosidade de investigação e orientando a antiga euforia infantil para o paciente trabalho com a documentação em que se alicerça este trabalho.

Projetada sobre o cenário natural da Amazônia, a imensa construção de pedras constituiu, no sentido que Jacques Le Goff dá à palavra, um *monumento* fundamental para compreender a história dessa porção da América setentrional, submetida à política mercantil do marquês de Pombal. Entretanto, estudar a Fortaleza de Macapá não significa percebê-la apenas como uma estrutura militar destinada à proteção da “porta” do grande rio, o que traria informações pouco satisfatórias, mas é considerá-la, sobretudo, como instrumento integrante dos planos políticos de Pombal, que tentava viabilizar o projeto português de proteção das minas descobertas em Vila Bela. Para tanto, era necessário garantir o poder de Portugal sobre as possessões que, outrora, pelo Tratado de Tordesilhas, que sempre provocou questionamentos acerca da sua verdadeira delimitação, pertenceram à Espanha, mas que, pelo de Madri, foram destinadas a Portugal, conforme estabeleceu o artigo III do tratado, que garantia “a Portugal o domínio dos territórios situados às margens do rio Amazonas ou Maranhão e os territórios ocupados no distrito de Mato Grosso”, exigindo que a Espanha renunciasse a qualquer direito aos referidos territórios. O artigo VIII dispunha que a linha divisória “baixará pelo alvo destes rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Maranhão; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem Oriental do Javari, que entra no rio das Amazonas ou Maranhão, prosseguirá por este rio abaixo até a boca mais Ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem Setentrional”. E ainda, conforme o artigo IX, “continuará a fronteira pelo meio do rio Japurá, e pelos mais rios, que a ele se ajuntam, e que mais se chegarem ao rumo do

Norte, até encontrar o alto da Cordilheira de Montes que medeiam entre o rio Orinoco e o das Amazonas ou Maranhão; e prosseguirá pelo cume destes Montes para o Oriente, até onde se estender o Domínio de uma e outra Monarquia”.<sup>1</sup>

A Fortaleza de São José de Macapá está inserida neste contexto, integrando de maneira destacada a política de segurança implantada durante o governo do capitão-general Mendonça Furtado. Além dela, foram construídas várias fortificações no litoral amazônico, com o objetivo de proteger aquela região das investidas indesejadas dos países concorrentes de Portugal, impedindo ou controlando o acesso destes para o interior do Brasil.

A Fortaleza de São José de Macapá foi construída na margem esquerda do rio Amazonas, tendo suas obras se estendido entre 1764 e 1782. Foi desenhada por Henrique Antônio Gallucio, durante o governo do capitão general Fernando da Costa de Ataíde Teive, sob as ordens recebidas do marquês de Pombal. Na sua construção, teriam sido gastos 3 milhões de cruzados, sendo sua artilharia composta de 86 canhões dos calibres 36 e 2, apesar de um relatório de guerra de 1847 lhe atribuir 62 bocas de fogo. O conselheiro J. M. de Oliveira Figueiredo, por sua vez, em um minucioso relatório dirigido em 1854 ao governo imperial assim descreveu o forte:

“Esta praça é um quadrado de fortificação rasante, edificada sobre terreno elevado de 20 pés acima do desnivelamento das águas e composto de terra vermelha e argila branca, mistura a que os naturaes chamão *curi*, sendo sua propriedade o amolecer dentro d’agua e enrijar ao calor do sol. Nos ângulos do quadrado estão 4 baluartes de figura pentagonal, tendo cada um 14 canhoneiras lançantes. A artilharia, que as guarnece, nada deve aos melhoramentos que tem soffrido a construcção dessa arma; está montada em reparos a Onofre, mas estes tão altos que, para dirigir as pontarias, se precisarião de artilheiros de mais que regular estatura. Os reparos trabalham sobre o terraplano, por isso que nenhum tem plataforma. As grossas muralhas da praça são de cantaria escura habilmente trabalhada: no centro de cada uma das cortinas do norte, leste e sul, há uma poterna sólida e ajudada por um xadrez interno; e no

---

<sup>1</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1735-1753)*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, s/d, parte I, tomo II. *Apud* SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997, p. 44.

centro da cortina de oeste está o grande portão solidamente construído e ornado./ O recinto da praça é um quadrado perfeito, onde se achão oito edificios apropriados para os differentes misteres de uma praça de guerra, paiol de pólvora, hospital, capella, praça de guerra, paiol de pólvora, hospital, capella, praça d'armas, armazéns, etc, sendo de construcção á prova de bomba. No centro da praça há uma cisterna abobadada para esgoto das águas, e encostada á rampa transversal, que dá serventia para o baluarte da Conceição, existia a que suppria a praça d'agua potável, mas que está agora entupida, pena a que a condenou um commandante por ter ali achado um soldado, que esteve em risco de vida. Salutar providencial! ... Por baixo do terrapleno ficão as casernas com sólidas abobadas para quartel da tropa, cozinha, prisões, etc. A praça é circundada de um fosso pelos lados do sul e oeste; e das obras externas apenas tem o revelim da parte de oeste, arruinado e cheio de crescido mato, circundado também de um fosso. Não existe a ponte levadiça, que deveria servir de communicação com o revelim com a porta principal da praça, nem a do revelim para a esplanada; em seu lugar há uma pequena ponte sobre colunas de tijolo, dando apoio a uma escada, que do fosso dá serventia para a fortaleza./ Segundo a opinião dos entendedores, no plano desta edificacção se patenteão todos os preceitos da ciência; é mui solidamente construída, e é para lastimar que se lhe não tenham ainda acabado as obras exteriores, e que tivesse estado completamente abandonada, a ponto de que até uma delas serviu de curral ao gado dos mercadores da vila”.<sup>2</sup>

Adler Homero da Fonseca, em definição mais recente, escreveu que existiram poucas fortalezas no Brasil que fizeram jus a este nome [fortaleza como sinônimo de grande construcção militar] e São José de Macapá é, talvez, o caso mais clássico dentre elas, pois teve uma série de posições defensivas complementares, desde a *esplanada*<sup>3</sup>, que cobria as muralhas

<sup>2</sup> SOUZA, Augusto Fausto de. “Fortificações no Brazil – Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual”. In: *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*, tomo XLVIII, parte II, 1885, págs. 63 e 64.

<sup>3</sup> Conforme o autor, a esplanada era o terreno que separava a fortificação das casas da cidade, para vigiar a área imediatamente em torno da posição. Recebia um talude (terreno inclinado; escarpa ou superfície inclinada de escavação, de aterro – conforme *Dicionário Aurélio*), começando no fosso e indo terminar na área mais próxima da cidade ou campanha. Este aterro servia a dois objetivos: diminuía o ângulo morto (espaço próximo aos parapeitos onde as armas da fortificação não poderiam ser usadas devido à altura das mesmas) e cobria as muralhas principais do bombardeio vindo da campanha. Cf. ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. *Dicionário téchico Militar de terra*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1911, págs. 30 e 148. *Apud* CASTRO. Adler Homero Fonseca de. *O fecho do império*. In: *Nas terras do Cabo Norte*, p. 173.

do lado poente, até o grande *revelim*<sup>4</sup>, não se podendo esquecer a bateria externa de faxina (pequenas fortificações pouco resistentes), herdada da antiga fortificação de Macapá, de 1761, e a bateria baixa (baluarte que também podia ser uma fortificação independente de tamanho mediando) no lado oeste. O autor observa, ainda, que “a esplanada de Macapá, apesar de fragmentada, é uma das poucas – se não a única – no país que foi preservada, pois é um tipo de construção que ocupa um terreno muito vasto, normalmente cobijado pela especulação imobiliária”. E caracteriza o revelim, como uma construção típica dos séculos XVII e XVIII.<sup>5</sup>

A Fortaleza de São José de Macapá nunca foi palco de batalha, devendo-se sua importância ao fato de constituir-se em centro dinâmico do desenvolvimento urbano da vila de São José de Macapá, como foi comum acontecer com outras cidades que se formaram a partir de uma fortificação: conforme Beatriz Bueno, nas praças coloniais representadas nos desenhos dos engenheiros militares, dependendo do interesse político, podia se observar apenas a região que se pretendia fortificar, ou apenas a parte vulnerável que precisava ser expandida, mas podiam também constituir-se em um projeto para a fundação ou reformulação de uma cidade, tudo isso porque, nos tempos de Pombal, as cidades e fortificações projetadas e construídas foram elementos voltados ao controle do território, além de instrumentos agregadores da população dispersa, ou, até, centros dinamizadores da economia da região, desempenhando o papel de “representação de uma civilidade européia perante uma barbárie reinante”.<sup>6</sup>

Por isso, alguns especialistas em História urbana observam que nem sempre as fortificações foram construídas face a um perigo iminente, mas acabaram por se tornar elementos integrantes do processo de urbanização do Brasil, pois compunham o conjunto de formas arquitetônicas que transformaram a paisagem no período colonial.<sup>7</sup> Inserida nesse contexto de urbanização estaria a Fortaleza de São José de Macapá, que foi erigida para

<sup>4</sup> Segundo o autor, revelim é uma obra de fortificação em forma triangular ou de baluarte isolado, construído além do fosso, para cobrir as portas das fortificações, pontes, cortinas e outros pontos fracos. Cf ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. *Op. cit.*, p. 332. *Apud* CASTRO. Adler Homero Fonseca de. *O fecho do império*. In *Nas terras do Cabo Norte*, p. 173.

<sup>5</sup> CASTRO. Adler Homero Fonseca de. “O fecho do império”. In: *Nas terras do Cabo Norte*, p. 173.

<sup>6</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. “Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares”. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, págs. 57 e 58.

<sup>7</sup> “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, págs. 31 e 32.

assegurar o domínio luso no extremo norte da colônia e, também, prevenir o lugar de um ataque inesperado.

Além dessas características, uma fortificação pode ser definida, também, como a técnica que visava reforçar a defesa de um lugar através da construção de obstáculos artificiais, e sua evolução se dispôs na contínua renovação dos meios de ataque dispostos nos princípios da proteção (impedindo a ação dos projéteis dos inimigos); do escalonamento da defesa (procurando retardar a progressão do atacante em direção ao núcleo fortificado); da segurança dos acessos (evitando o ataque de surpresa, através da organização de acessos expostos aos meios do defensor) ou do flanqueamento (pela defesa mútua e global de todas as partes do recinto fortificado).<sup>8</sup>

Nesse sentido, Joaquim Romero escreveu que a urbanização de um território implica construir vilas e cidades que não decorrem do acaso, mas das convicções culturais e práticas sociais que foram pouco a pouco modificando uma paisagem, o que, especificamente no que se refere ao Brasil, significou a concretização do poder português.<sup>9</sup>

Ainda segundo Beatriz Bueno, se observarmos os desenhos de cidades do Brasil colonial, a partir de uma óptica social, encontraremos detalhes do que “se pretendeu construir, do que se construiu, o que se demarcou, o que se mediu, o que se conquistou ou o que se negociou nas discussões que fundamentaram os tratados e limites que beneficiaram Portugal”.<sup>10</sup>

Convém destacar, igualmente, que o ambiente em que se desenvolve esta pesquisa é a Amazônia, o que coloca um problema inicial: Anaiza Vergolino e outros historiadores que tratam de temas relativos a esta região chamam a atenção para o reduzido número de trabalhos e títulos referentes a ela, e isto talvez se explique pela sua não inclusão nos parâmetros da história econômica do Brasil colonial, o que acabou por excluí-la das análises das relações entre colônia e metrópole. O norte do Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, era restritamente observado a partir da óptica da exploração do trabalho indígena para o cultivo

---

<sup>8</sup> ROMERO, Joaquim. *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, editorial, págs. 6 e 7.

<sup>9</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares*. *Op. cit.*, p.57 e 58.

<sup>10</sup> Dicionário ilustrado da história portuguesa, publicações alfa, v. I, p. 267.

das drogas do sertão. Não obstante esta afirmação, ressaltamos importantes trabalhos sobre a economia e a sociedade amazônica, como, por exemplo, os de Amaral Lapa que, além da obra *Economia colonial*, escreveu também o *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição no Grão-Pará*, quebrando essa espécie de *silêncio* histórico sobre a Amazônia.

Em nosso caso, o estudo da Fortaleza de São José de Macapá, também visa mostrar que na Amazônia, no período colonial, não havia somente o trabalho indígena, mas, também, o trabalho do escravo negro, que serviu tanto para a lavoura de arroz e algodão, quanto para a construção de prédios civis e militares, que acabaram dando o contorno urbano do norte da colônia.

Vejamos, agora – feitas estas breves considerações de caráter geral –, como foram estruturadas nossas atividades de pesquisa e redação.

Este trabalho está organizado em quatro partes distintas, sendo a primeira intitulada: “As transformações em Portugal ao tempo de Pombal e suas influências na Amazônia setentrional”. Com ela, pretendemos inserir a região nos projetos colonialistas do ministério de D. José I. Para tanto, buscamos, inicialmente, na publicação de Marcos Carneiro de Mendonça<sup>11</sup> as referências importantes para alcançar o objetivo proposto, o que nos permitiu entender as principais realizações do governo de Mendonça Furtado no Grão-Pará. Juntamente com as cartas apresentadas por este autor, utilizamos também outros livros dedicados ao estudo da história de Portugal, principalmente durante o ministério do marquês de Pombal<sup>12</sup>. Além disso, para entendermos sua interferência na Amazônia, buscamos trabalhos específicos sobre a região,<sup>13</sup> inclusive o artigo: *O fecho do império: História das fortificações*

<sup>11</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo.

<sup>12</sup> Referimo-nos aos autores: SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983./ CARNAXIDE, A. de Souza Pedrosa, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940 e LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*, Editora Perspectiva, 1973/ NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1995, 6ª edição/ BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Trad. Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, 1969, 2ª edição, p. 183 e, também, alguns artigos publicados durante o *Colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*. Coleção Pombal revisitado – comunicações, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984, vol. I.

<sup>13</sup> Para detalhes sobre a história da Amazônia utilizamos no capítulo I as obras: RAVENA, Nirvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da História Paraense*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1998./ VERGOLINO-HENRY,

do Cabo Norte ao Amapá de hoje, de Adler Homero Fonseca de Castro, que apresenta um histórico sobre as fortificações construídas no Amapá, antes da Fortaleza de São José, associando o surgimento do Amapá a uma história militar.

Ainda no primeiro capítulo, aprofunda-se um pouco mais a análise das realizações pombalinas, a partir da visão de autores ingleses. Para tanto, utilizamos o livro de Kenneth Maxwell, *Pombal – o paradoxo do Iluminismo*, e os textos clássicos Adam Smith e John Locke, que permitiram entender as peculiaridades entre o liberalismo inglês e o mercantilismo português, sem a intenção de mostrar as diferenças entre estes sistemas, pois entendemos que, a despeito do nome que se dava ao projeto econômico, importavam mais os meios utilizados para garantir o enriquecimento da metrópole.

No segundo capítulo - “O *disegno*” - considera-se o desenvolvimento das fortificações durante vários períodos da História, desde as transformações das torres dos castelos até o surgimento do baluarte. Além disso, apresenta-se alguns acontecimentos políticos que levaram à institucionalização do ensino de engenharia militar em Portugal, assim como as funções desenvolvidas pelos profissionais do *risco*. Para completar estas informações, procuramos mostrar as influências francesas na engenharia portuguesa do século XVIII, sendo Vauban sua maior referência.

Nesse capítulo, o objetivo central é tentar elucidar as angústias, necessidades e desafios dos engenheiros militares que se envolveram na empreitada da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

No terceiro capítulo – “Os trabalhadores da pedra” - apresenta-se documentos que informam sobre a situação de trabalho e vida dos operários que foram envolvidos, compulsoriamente, nas obras da fortificação. São trabalhadores que tiveram suas vidas marcadas por este projeto de colonização, principalmente, pelo processo político que levou à

---

Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990./ SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997. E, ainda, as cartas transcritas no livro: GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX*, Belém, UFPA/NAEA, 1999.

criação de uma companhia de comércio para a capitania que possibilitou o início da escravidão negra na região.

No último capítulo - “Fortaleza de São José de Macapá: suas formas e desenhos” - pretendemos mostrar os contornos do forte em sua materialidade, através da descrição do seu espaço físico e com algumas plantas conseguidas, principalmente, junto à Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro. Com esta iconografia tenta-se recuperar as idéias de Gallucio quando desenhou o forte na margem do rio Amazonas. Vale lembrar, aqui, o significado de representação apresentado por Roger Chartier, depois da leitura que fez do dicionário de Furetière, estabelecendo a ambigüidade deste conceito, que pode tanto registrar a ausência quanto a presença de um objeto através da sua exibição por outro elemento: “A imagem é presente e o objeto ausente”.<sup>14</sup>

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que o Arquivo Público do Pará guarda importantes documentos referentes à história da Amazônia, no período que vai do século XVII ao XIX. Por isso, este trabalho assentou-se também em demorada pesquisa das seções: *Correspondência de diversos com o governo*, *Correspondência do governo com diversos* e *Correspondência da metrópole com o governo*. Além dessas fontes documentais, é importante destacar que existe o projeto *Reencontro*, que consiste no intercâmbio de documentos coloniais entre o Brasil e Portugal, do qual utilizamos algumas referências, mas que será melhor aproveitado em trabalhos futuros, pois o projeto, assim como a sua primeira versão, intitulada *Resgate*, ainda está em andamento.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990, p. 20.

## Capítulo I

### AS TRANSFORMAÇÕES EM PORTUGUAL AO TEMPO DE POMBAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.

Os desenhos que abrem este texto mostram dois eclipses acontecidos na vila de São José de Macapá, em 1767 e 1768. O primeiro deles aconteceu na tarde do dia 25 de janeiro de 1767 e foi desenhado a 25 de agosto daquele ano. O outro eclipse ocorreu “na noite seguinte ao dia 29 de junho de 1768” e foi desenhado dias depois pelo italiano Henrique Antônio Gallucio, em duas bonitas aquarelas sobre papel de linho.

Gallucio era engenheiro e estava em Macapá para dirigir a construção de um grande forte, símbolo em pedra dos esforços dos portugueses para assegurar seu domínio sobre a Amazônia setentrional, região de muitas disputas e estratégica importância para franquear o acesso ao interior da colônia.

Durante cinco anos, Gallucio comandou os trabalhos de concretização de seu projeto, mas sua morte, além de provocar interrupções, fez com que a obra fosse finalizada por Gaspar João Gerhaldo de Gronfeld.

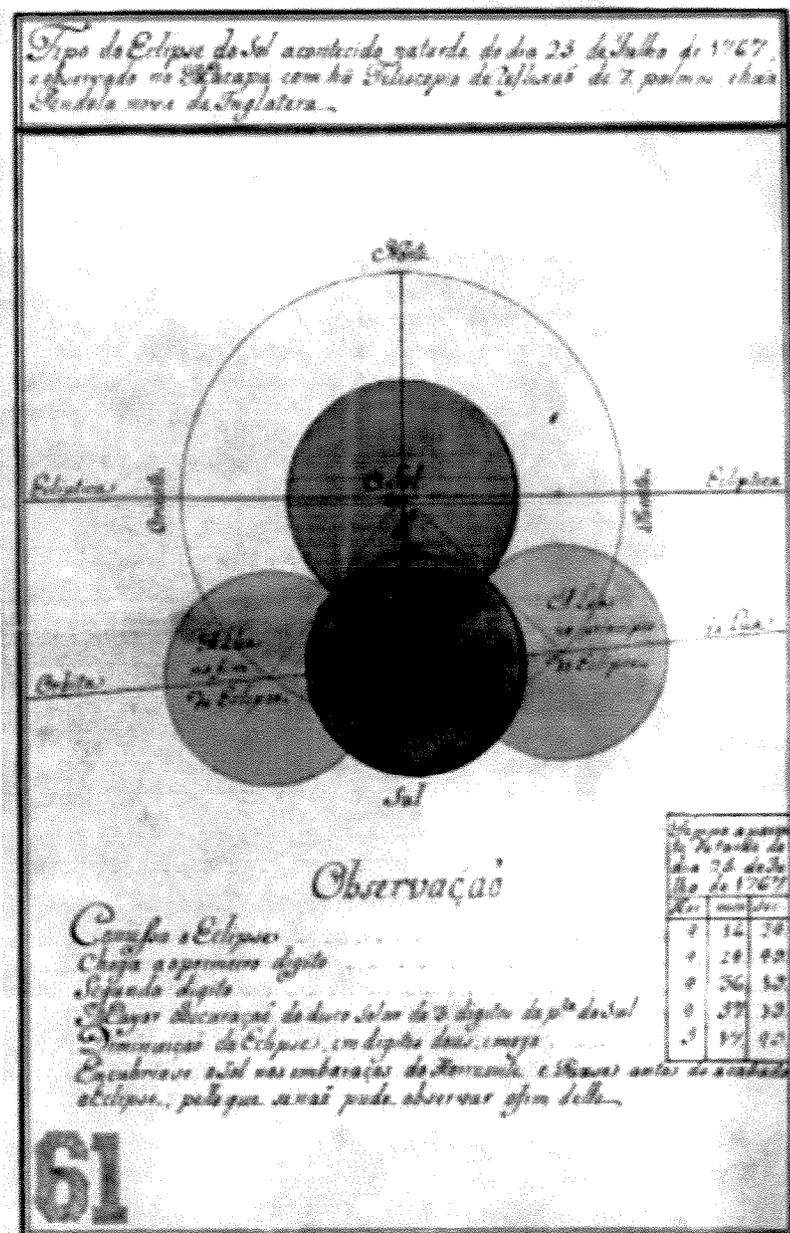
De Henrique Antônio Gallucio sobraram os desenhos e alguns dados biográficos que permitem relacioná-lo aos engenheiros militares setecentistas, formados sob influências *ilustradas*, mas pouca coisa restou das centenas de trabalhadores que tiveram suas vidas consumidas no pesado trabalho das pedras.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> AHU- ACL - CU - 013, cx. 65, d. 5598. Não podemos deixar de destacar as famílias dos homens envolvidos na construção do forte, como foi o caso da senhora Sebastiana Maria Gemaque, esposa do engenheiro Henrique Gallucio, que escreveu para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando ajuda régia para seu sustento pois passava por dificuldades financeiras após a morte de seu marido. (AHU - ACL - CU - 013, cx. 65, d. 5652).

Figura 1:

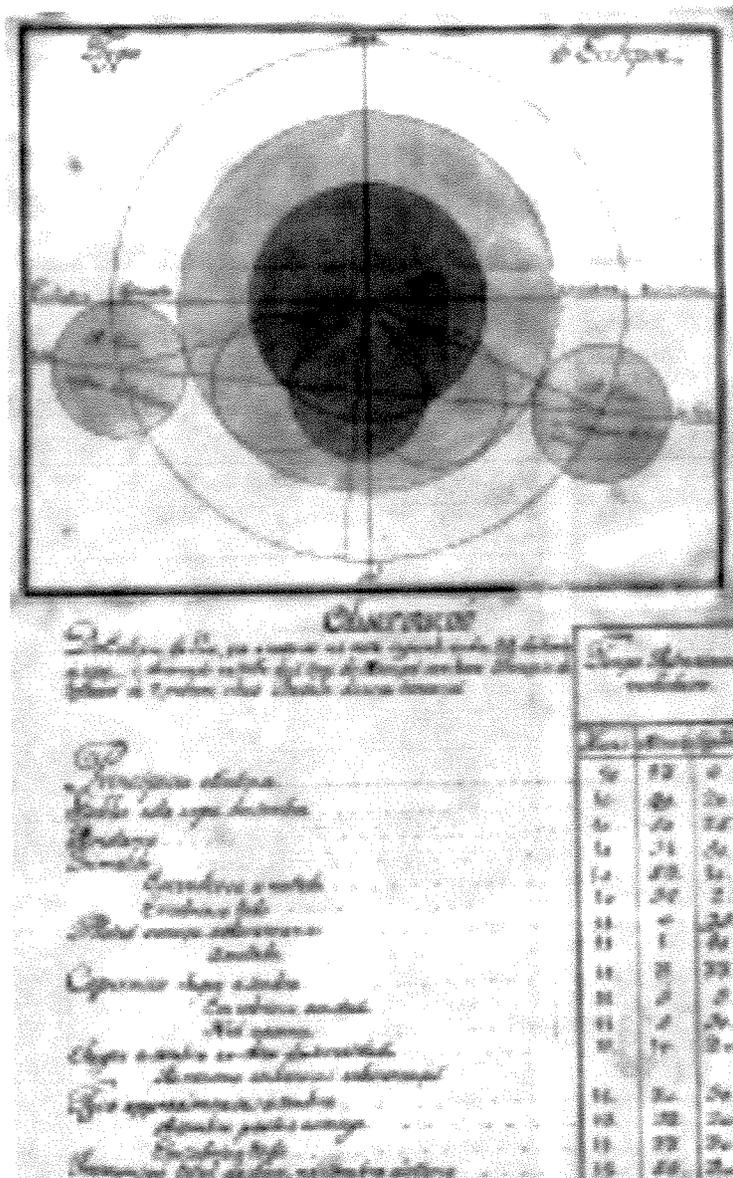
Eclipse do Sol desenhado por Herinque Antônio Gallucio em aquarela sobre papel de linho. Vila de José do Macapá, agosto de 1767.



Fonte: Arquivo Público do Pará, cód. 176, d. 31

Figura 2:

Eclipse da Lua desenhada por Heringue Antônio Gallucio em aquarela a cores sobre papel de linho. São José do Macapá, Junho de 1768.<sup>16</sup>



Fonte: Arquivo Público do Pará, cód. 188, d. 03.

## 1. Contexto

Um dos fios que levam à compreensão desta história nos conduz ao contexto europeu da segunda metade do século XVIII, do qual Portugal participou com suas próprias fragilidades, se comparado à França, Inglaterra e Holanda<sup>16</sup>.

Para Fernando Novais, essas fragilidades integraram o quadro geral da crise do sistema colonial, que deve ser entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que objetivaram desfazer os vínculos de subordinação das colônias frente às metrópoles européias. Coexistindo com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial<sup>17</sup>, essa crise resultou de pressões externas, a partir do fortalecimento de países como Holanda, França e Inglaterra, que interferiram substancialmente no controle que as metrópoles ibéricas tinham sobre suas colônias. Neste quadro, Portugal envolveu-se no momento da Restauração, o que acabou lhe facilitando o apoio destas potências, que também disputavam entre si o poder sobre as colônias ibéricas. Mas, com a Guerra de Sucessão Espanhola (1713), Portugal definiu-se pelo apoio à Inglaterra, uma aliança que, segundo Novais, permitiu a Portugal resguardar seus domínios ultramarinos durante as turbulentas disputas políticas e econômicas do século XVIII.<sup>18</sup>

Na opinião de Teixeira Soares, o império português enfrentou tempos difíceis após o largo processo da expansão marítima, a partir dos séculos XV e XVI; e as dificuldades podem ser atribuídas às falhas administrativas que deixaram escoar e esvaírem-se riquezas das colônias

---

<sup>16</sup> Discutir a questão da crise do sistema colonial português não é o objetivo central desta pesquisa; porém, por sugestão da banca de qualificação, ampliamos as leituras para melhor compreender o contexto europeu do século XVIII, marcado por intensas transformações sociais. A Revolução Francesa, especialmente, representou a tentativa de viabilização de projetos que pudessem conduzir “o velho mundo” ao progresso social, além de econômico, político e intelectual. Essas transformações acabaram levando a formulações filosóficas que tentavam superar o ideário do Antigo Regime. O Iluminismo foi, na verdade, mais do que um conjunto de idéias contrárias ao Antigo Regime, pois visava, acima de tudo, a construção de uma sociedade liberal pelas vias da razão e do progresso intelectual.

<sup>17</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1995, 6ª edição, p. 13.

<sup>18</sup> Cf. Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*, São Paulo, 1953, 3ª ed, págs. 125-128. *Apud* NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs. 18 e 19.

portuguesas, causando desprestígio político e econômico ao império conquistado com as *grandes descobertas* e a conquista do Oriente.<sup>19</sup>

Essa decadência, segundo Teixeira Soares, também pôde ser sentida a partir de 1640, com as investidas da Espanha, que se sentia lesada com os tratados de limites, e com a avassaladora política econômica da Inglaterra, que de “aliada passara a algoz mercantil”. Além disso, o mesmo autor lembra, ainda no período da Restauração, o processo emigratório muito intenso da população portuguesa para a África, Ásia e Indonésia, à busca nesses lugares longínquos de enriquecimento<sup>20</sup>.

Mais ainda, Teixeira Soares considera o mercantilismo monopolista como responsável pela derrocada política e econômica de Portugal, que se transformara de gigante dos mares e senhor das terras de além-mar em um “reino de sombras e superstições”, como também praticante de uma política letárgica e ociosa.<sup>21</sup>

Ainda no décimo capítulo do livro, este autor apresenta alguns pontos divergentes entre a política econômica lusa e a desenvolvida em países como França, Inglaterra e Holanda. Estas diferenças dizem respeito diretamente à atuação do governante, que deveria ser um facilitador, um colaborador e um incentivador do progresso econômico do seu país. Entretanto, ainda segundo Soares, esta não era uma prática adotada em Portugal durante o governo de D. José I, o que levou o seu ministro das relações exteriores a exorbitar em sua atuação governamental, em nada incentivando o progresso comercial do país e, ao contrário, passando a ser um limitador e manipulador absoluto de todas as ações políticas e econômicas da metrópole e de suas colônias.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, vol. 36, 1ª ed. (1961), 1983, págs. 13 e 14.

<sup>20</sup> Muitas vezes, na viagem para esses lugares longínquos, o sonho acabava na morte em batalha ou, ainda, por conta de alguma moléstia que assombrava as embarcações. Porém, as epidemias e a fome não eram exclusivas desse período, pois desde o início do processo de expansão marítima essas dificuldades também faziam parte tanto da vida a bordo quanto do cotidiano daqueles que ficavam em terra à espera dos que partiam. (MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994, 3ª edição, págs. 23, 44 e 144).

<sup>21</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, págs. 8, 13, 14 e 15.

<sup>22</sup> *Idem*, págs. 157 a 166.

Para Novais, essa política econômica implementada pela França, Inglaterra e Holanda inseriu-se na fase de transição do chamado capitalismo comercial para o industrial, um processo que Portugal atravessou resguardando sua colônia na América através de concessões comerciais que lhes permitiram manter na integridade seu império ultramarino, sobretudo o Brasil. A metrópole soube explorar com habilidade os conflitos entre a França e a Inglaterra, principalmente “através de acordos econômicos e cedência de privilégios comerciais metropolitanos e coloniais aos ingleses”.<sup>23</sup>

A aliança anglo-portuguesa, a partir de 1642, concedeu enormes vantagens comerciais aos ingleses que, em troca, ofereceram proteção e apoio a Portugal na assinatura dos tratados de Madri e Utrecht, que asseguraram seu domínio sobre a região platina, o que permitiu a conquista da colônia do Sacramento e fixando-se, ao norte, o *Oiapoc* como limite com a Guiana Francesa, neutralizando as pretensões da França e da Espanha de dominar o Amazonas, porque obter o equilíbrio fronteiriço do mundo colonial significava manter-se à frente das disputas políticas e econômicas européias.<sup>24</sup>

Durante os primeiros anos do consulado pombalino, no governo de D. José I, foi adotada, a exemplo do governo de D. João V, uma política de neutralidade; entretanto, o agravamento da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a consolidação do Pacto de Família, entre a França e a Espanha, acabaram por envolver Portugal, que fora intimado pelas forças franco-espanholas a permitir a instalação das tropas dos Bourbons nos portos lusitanos, impedindo, assim, o desembarque inglês na península. Para enfrentar essas determinações, Portugal contou com a ajuda do conde Lippe e o auxílio de armas e de sete regimentos britânicos. Esta situação durou de abril a novembro de 1762 e foi encerrada com a assinatura de um armistício entre a Inglaterra e os países que compunham o Pacto de Família e, logo em seguida, em 1763, com o tratado que pôs fim à Guerra dos Sete Anos.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, p. 19. Sobre as relações entre as metrópoles e suas colônias, Adam Smith observou que, quanto mais distante estivesse a colônia, mais tirânico era o poder do soberano, comportando típico, segundo ele, dos países ibéricos, que introduziram a escravidão em suas colônias, diferenciando-se, por isso, dos governos republicanos. (SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigações sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luis José Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Vol. II, p. 71).

<sup>24</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, p. 41 e 43.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 48.

Portugal, mesmo diante da aliança com a Inglaterra, relutou muitas vezes em ceder às exigências impostas pelos britânicos, pendendo, inclusive, a uma aproximação com a França. Porém, quando a situação se extremava, era aos britânicos, detentores de uma crescente superioridade marítima, que os portugueses recorriam para garantir a preservação de suas colônias.<sup>26</sup>

Segundo Fernando Novais, foi graças a esse jogo diplomático que Portugal atravessou a fase mais difícil da época moderna até a crise final do antigo regime. Para não perder seus domínios americanos, como ocorreu com os do Oriente (Goa, Diu e Macau), resolveu efetivar seu domínio sobre as fronteiras ao norte e ao sul do Brasil, territórios que, por serem alvo de constantes investidas estrangeiras, transformaram-se em “zonas de tensão”.<sup>27</sup>

Luís dos Santos Vilhena, pensador político nascido no Alentejo e que emigrou para o Brasil em 1744, escreveu que “seria uma notável falta de política o deixar ao desamparo uma conquista [o Brasil] que tentaria ao menos ambicioso de dominar e atrairia a vontade à maior das Nações Européias que encantoadas nos seus países, desejariam, à imitação dos Portugueses e Espanhóis, ter por onde alargar os seus domínios”. Com esta frase, Vilhena explicava que as conquistas coloniais eram uma peça estratégica no equilíbrio de poder europeu e que, por isso, Portugal precisava valorizar cada vez mais o seu império ultramarino.<sup>28</sup>

Porém, para Fernando Novais, no interior desta política de salvação econômica de Portugal, já se podia sentir a crise do antigo sistema colonial, que ganhou fôlego com a Revolução Industrial e a Independência do Estados Unidos, pois significaram a superação do sistema colonial mercantilista, que havia dado “sentido à colonização européia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial”.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 51.

<sup>28</sup> Cf. vigésima-quarta carta de Luís dos Santos Vilhena. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas, Bahia, Imprensa Oficial do Estado*, 1921, p. 298. *Apud* JOBIM, Leopoldo Collor. “O reformismo pombalino e a continuidade mariana no Brasil: Luís dos Santos Vilhena, marco do pensamento político luso-brasileiro. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984, vol. I, n. 34, p. 42.

<sup>29</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs 54, 55 e 58.

Para aprofundar as discussões sobre essa crise, Fernando Novais analisou o funcionamento do exclusivismo metropolitano sobre o comércio colonial, que representou, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o “mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais”; portanto, o sistema colonial, na sua essência, significou uma “peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu”.<sup>30</sup>

Em sua época, Vilhena não se opunha ao exclusivismo metropolitano, porque acreditava no sistema colonial como fonte de lucro para a metrópole e, mesmo sabendo que ele precisava de reformas como as que foram efetivadas pelo marquês de Pombal, apostou na manutenção do monopólio comercial sem restrições, chegando a criticar sua suspensão, o que, segundo ele, foi fruto de muitas irregularidades administrativas.<sup>31</sup>

Para Fernando Novais, entretanto, esta crise desenvolveu-se no interior do próprio sistema colonial, pois o mesmo permitiu a acumulação primitiva de capitais necessários ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase mercantil (ou comercial). Em resumo, o próprio sistema colonial “promoveu (...) os fatores de sua superação” dentro de uma dinâmica que “ao funcionar plenamente, vai criando concomitantemente as condições de sua crise”.<sup>32</sup>

Assim, já no século XVIII, ocorreram duas situações que puseram em xeque o sistema colonial: de um lado, o desenvolvimento acelerado da revolução industrial inglesa, que por sua vez exigia e necessitava cada vez mais da abertura dos mercados ultramarinos consumidores de produtos manufaturados; por outro lado, a luta dos países ibéricos para se manterem nas disputas políticas e econômicas lideradas pela Inglaterra, dificultando a entrada dos produtos deste país nos mercados coloniais. A resposta inglesa às barreiras ibéricas veio “a galope”, criando manobras para desintegrar o pacto colonial e o tráfico de escravos que, como afirma Fernando Novais, eram as forças motrizes do sistema colonial.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup>*Idem*, p. 92.

<sup>31</sup> Cf. vigésima-quarta carta de Luís dos Santos Vilhena. *Op. cit.*, p. 42 e 50.

<sup>32</sup>NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs 106 e 114.

<sup>33</sup> *Idem*, págs. 123 e 124.

Entretanto, para Vilhena, a essência do colonialismo assentava-se em três riquezas: população, agricultura e comércio; portanto, a harmonia entre elas permitia que o Brasil continuasse português: “seu equilíbrio é que vai sustentá-lo”.<sup>34</sup>

Diante das investidas inglesas, Portugal, lutou para defender esse patrimônio ultramarino, principalmente o Brasil, mas, esta não foi uma tarefa fácil, haja vista a defasagem econômica e, também, a desproporção territorial entre esta colônia e a sua metrópole. “Assim, é durante o consulado pombalino que se estrutura de forma mais sistemática a política mercantilista lusitana”.<sup>35</sup>

Para outro autor, Charles Boxer, a defasagem econômica sentida por Portugal, sobretudo na segunda metade do século XVIII, deveu-se a vários motivos, tais como a queda substancial na produção do ouro brasileiro, as crises no comércio de açúcar e escravos e a queda na exploração de diamantes. Estes acontecimentos diminuíram o poder de compra dos comerciantes brasileiros, afetando diretamente os mercadores portugueses e ingleses que se dedicavam a este comércio. Além disso, Boxer considerou que “esta depressão econômica agravou-se com a breve mas infeliz participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos, que envolveu pesadas despesas militares e a devastação de muitos distritos fronteiriços, lembrando, ainda, que a “verdadeira luta se deu numa escala muito pequena”.<sup>36</sup>

Porém, Boxer afirmou que a diminuição das exportações inglesas para Portugal foi muito mais fruto das “perversas maquinações de Pombal” do que das causas políticas e econômicas citadas acima. Estas considerações, derivadas das queixas dos comerciantes ingleses de Lisboa e do Porto, fazem sentido porque, para o autor, a grande ansiedade de Pombal era pôr freios nos enormes privilégios e preponderância econômica da Inglaterra sobre o império luso, e foi por isso que ele reduziu as importações de produtos estrangeiros, principalmente depois da queda da produção do ouro brasileiro, reativou várias indústrias regionais e várias companhias exclusivistas de comércio, que tinham apoio real e autonomia sobre as feitorias inglesas em Lisboa e no Porto, destacando-se duas delas, que monopolizaram o comércio da região amazônica (Maranhão-Pará) e do nordeste brasileiro (Pernambuco-

<sup>34</sup> Cf. vigésima-quarta carta de Luís dos Santos Vilhena. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>35</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>36</sup> BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*. Trad. Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, 1969, 2ª edição, p. 183.

Paraíba), além de uma terceira, que concorreu com os comerciantes de vinhos ingleses na região do Douro.<sup>37</sup>

Essas companhias monopolistas não agradaram os comerciantes portugueses, que ganhavam por comissão nas negociações diretas com o Brasil. Mas, como lembra Boxer, todas as reivindicações contrárias às ordens de Pombal foram suprimidas, muitas vezes de forma violenta, o que inclui a dissolução da Mesa do Bem Comum, que criticou a formação destas companhias no Brasil, organizando-se no seu lugar, sob estrito controle do Governo, a Junta do Comércio (1755). As ações do marquês foram justificadas em documento escrito em 1756, onde ele afirmou que achava “absolutamente necessário reunir todo o comércio deste reino e das suas colônias em companhias e então todos os mercadores serão obrigados a entrar nelas, ou então a desistir de comerciar, porque posso assegurar-lhes com toda a certeza que conheço melhor do que eles os seus próprios interesses e os de todo o reino”.<sup>38</sup>

Segundo Boxer, essas manobras pombalinas não buscaram a desintegração da aliança anglo-portuguesa para que Portugal se aliasse à “união familiar dos Bourbons”, mas visavam conquistar uma reciprocidade diplomática com o governo inglês, onde Portugal pudesse ser tratado como um aliado de igual importância e, não, como “um satélite subserviente”. Por isso, em entrevista com o lorde Kinnoull, embaixador inglês enviado a Lisboa em outubro de 1756, Pombal declarou que “o rei seu senhor estava obrigado por dever a considerar em primeiro lugar e acima de todos os outros o bem-estar e os interesses dos seus próprios súditos” e, referindo-se à deficiência de produtos manufaturados e gêneros alimentícios portugueses e, portanto, à necessidade que se fazia de importá-los em larga escala do estrangeiro, admitiu que tinha isso em consideração e “havia sido sempre da opinião de que o rei seu senhor devia preferir, em assuntos comerciais, os súditos da Grã-Bretanha a todos os outros estrangeiros, e considerá-los próximos, se bem que depois, dos seus próprios súditos”. Entretanto, o representante português afirmou ao embaixador inglês que: “O nosso comércio com este país se encontrava num estado muito florescente, e que não nos podíamos queixar porque monopolizávamos a totalidade (desse comércio) e nenhuma outra nação estrangeira tinha um quinhão considerável nele; que esperava que os súditos do rei seu senhor no Brasil, com a

---

<sup>37</sup> *Ibidem.*

<sup>39</sup> BOXER, C. R. *Op. cit.*, p. 184

expulsão dos jesuítas, se tornassem mais civilizados e mais numerosos, e que as suas necessidades, é claro, aumentassem, e através delas a procura de produtos ingleses seria cada vez maior. Que sabia com era vantajoso para a Grã-Bretanha o comércio com Portugal, e que era o único que nos fornecia moeda e nos permitia suportar despesas tão grandes”.<sup>39</sup>

Retornando as considerações de Fernando Novais, em síntese, todas essas manobras portuguesas objetivavam, sobretudo, preservar os limites territoriais e fronteiriços do império. Para outro autor, Lourival Gomes Machado, o funcionamento desta política ilustrada do marquês de Pombal, acabou provocando uma reorganização dos espaços coloniais, o que explica a transferência da capital para o Rio de Janeiro e da sede do governo do Maranhão para Belém, definindo-se dois eixos: um “horizontal e acompanhando o grande rio [Amazonas]; outro oblíquo e seguindo a costa marítima, no Estado do Brasil”.<sup>40</sup>

Segundo Carlos Bessa, essa divisão espacial do Brasil em duas sedes começou já no ano de 1615, quando a foz do Amazonas foi efetivamente ocupada por Portugal, o que coincide com o início da construção da cidade de Belém, cabendo a Francisco Caldeira Castelo Branco a efetivação e incorporação da Amazônia aos domínios portugueses. Porém, as distâncias e dificuldades de comunicação desta região com o centro da colônia fizeram surgir um Estado independente, instalando-se, em 1623, o Estado do Maranhão, abrangendo o território do Ceará e do Maranhão atuais. Depois, durante o governo de Mendonça Furtado, a capital do Grão-Pará foi transferida para Belém e a capitania passou a abranger todo o norte, Mato Grosso, Goiás e alguns estados do nordeste.<sup>41</sup>

Essa definição estratégico-espacial de defesa do norte do Brasil foi sustentada pela ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que empreendeu a instalação de uma ousada linha de fortificações pela região amazônica (Figura 3)

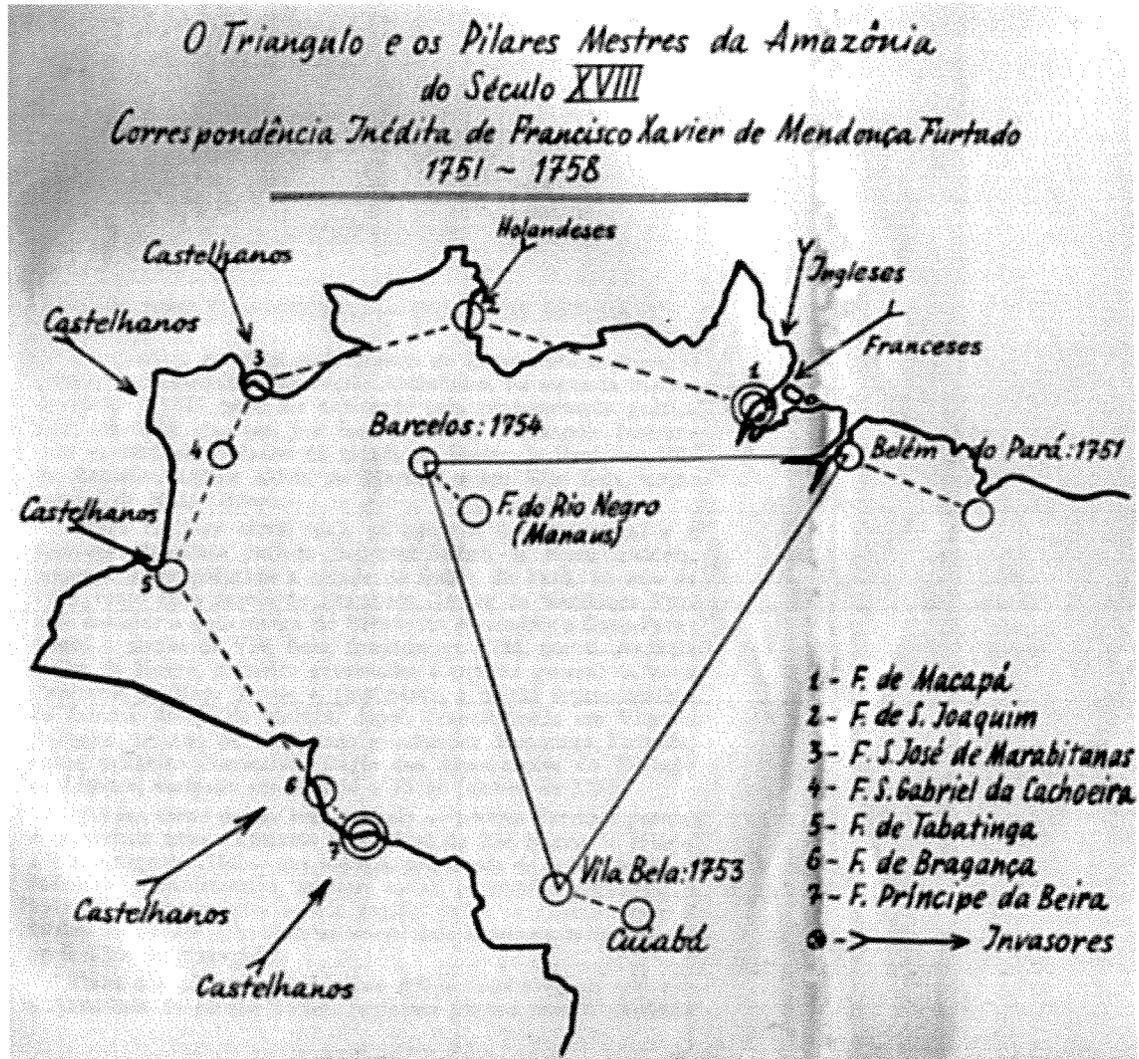
---

<sup>39</sup> *Ibidem.*

<sup>41</sup> Cf. Lourival Gomes Machado. *Política e administração sob os últimos Vice-Reis. In História geral da civilização brasileira*, dir. por Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1960, t. 1, vol. 2. *Apud* NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, p. 137.

<sup>42</sup> Bessa, Carlos. “Fronteiras do Brasil – potente realidade geopolítica e contribuição português”. *In Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1989 II série, vol. 32, tomo 1, p. 45.

Figura 3: O triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia do Século XVIII



Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo, p. 6 A.

Para Fernando Novais, esta situação serviu para reavivar a competição colonial que, somada às tendências emancipacionistas que marcaram a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, agravou a crise do sistema colonial de forma definitiva, no que concerne ao plano de colonização portuguesa do Brasil.<sup>42</sup> Derivam daí as recomendações precisas de Portugal aos vice-reis e governadores para que, logo que lhes fosse “entregue o governo, [irem] pessoalmente ver as Fortalezas da Cidade, Armazéns e Terceiras, ordenando que se faça inventário pelo Escrivão da minha Fazenda de todas as coisas que a ela pertencem, Navios, Artilharia que houver, o calibre dela, para se poder enviar deste Reino a bateria necessária conforme ao dito calibre e plantas das ditas Fortalezas, de tudo o dito Governador me enviará cópia remetida ao meu conselho Ultramarino, para me ser presente tudo o que há naquela Praça; e o mesmo mandará fazer em todas as do seu Governo, com a distinção e clareza necessária”.<sup>43</sup>

Para Fernando Novais, essa preocupação em guarnecer o Brasil, em uma fase crítica que assinala o final do antigo sistema colonial, também foi explicitada nas Instruções passadas, em 1779, a Luís de Vasconcelos e Souza, trazidas de Lisboa quando ele veio assumir a governança do Brasil: “É demonstrativamente certo que sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência; e que o Brasil sem forças, é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem o quiser ocupar (...) o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos, muito distantes, e muito separados uns dos outros, quais são os seus domínios ultramarinos nas quatro partes do mundo, não pode ter meios, nem forças, com que se defenda a si próprio, e com que acuda ao mesmo tempo com grande socorro à preservação, e segurança dos mesmos domínios”.<sup>44</sup>

Assim ocorreu com Mendonça Furtado quando assumiu o seu cargo de governador e capitão-general da capitania do Grão-Pará e Maranhão, o qual, a partir das *Instruções Régias Públicas e Secretas* ordenadas pelo rei D. José I, deveria, entre tantas recomendações, examinar

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs. 137 e 142.

<sup>43</sup> Cf. “Regimento dos Governadores Gerais do Estado do Brasil” (1677). In *Documentos históricos*, vol. VI, p. 315. *Apud* NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, p. 137.

<sup>45</sup> Cf. “Instruções de Martinho de Mello e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa acerca do Governo do Brasil (1779). In *Revista do IHGB*, 1862, t. XXV, págs. 479-483. *Apud* NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs. 139 e 143.

também as verdadeiras condições de segurança do território amazônico, pois como alertou e se queixou o rei “O interesse público e as conveniências do Estado que ides governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se tem sentido nele, são efeitos de se não acertarem ou de se não executarem, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado”. D. José I recomendou ainda: “Fareis o exame possível onde puderdes chegar, e encarregareis ao Governador do Maranhão, que, no seu Distrito, faça a mesma diligência para examinar as fortalezas e repará-las, quanto for possível, como, também, para o estabelecimento de outras, sendo necessárias; dando-me conta de tudo o que a este respeito achardes sobre esta matéria, e especialmente sobre a fortaleza que em 8 de março de 1749, se me propôs ser precisa na costa de Macapá, examinando logo qual ela deve ser, de que força, e os meios que mais fácil e prontamente se podem aplicar a esta obra; e vos advirto que tanto esta fortaleza com todas as demais que se fizerem para defesa e segurança desse Estado, se não de fazer de forma e modo que não pareça receio dos nossos confinantes, havendo ao mesmo tempo a cautela precisa para que eles não nos surpreendam para que, pelos meios de fato, não renovem as pretensões antigas, e não queiram impossibilitar-nos para lhes disputarmos em todo o tempo por força”.<sup>45</sup>

Segundo Marcos Carneiro de Mendonça, a fortaleza a que se refere D. José I, planejada em 8 de março de 1749, é a Fortaleza de Macapá, sendo sua construção prevista ao tempo de D. João V.<sup>46</sup> Entretanto, como veremos ao longo deste trabalho, antes da construção da Fortaleza de São José de Macapá foram construídos outros fortes portugueses que a precederam.

O historiador Adler Homero Fonseca de Castro, em seu artigo “O fecho do império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje”, apresenta-nos um histórico de fortes, de origem inglesa e holandesa, construídos na região do Amapá, no século XVII, antes de 1625, quando os portugueses começaram a expulsar os “estrangeiros” daquelas terras.

---

<sup>45</sup> Cf. “Instruções Régias, Públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo, p. 27 e 35.

<sup>46</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, p. 35, 1º tomo, n.r. 39.

Porém, seus registros são apenas documentais porque não existem vestígios nos locais das suas construções.<sup>47</sup> São eles:

- Forte do Torrego I, ou Torego, ou Foherégo, Tauregue, ou Maracapu, construído na margem esquerda do Amazonas, na confluência do rio Anuerapucu, em frente à ilha de Santana, em 1612, por Philip Purcell (origem inglesa).
- Casa forte do rio Felipe (possivelmente o rio conhecido na época como Okiari), construído nas proximidades da cidade de Macapá, em 1620, durante o reinado de Jame I, proposto por Roger Nort, irmão mais novo do terceiro Barão North. (origem inglesa).
- Forte do Torrego II, construído na margem esquerda do Amazonas, na confluência do rio Anuerapucu, em frente à ilha de Santana, em 1629, por James Purcell (origem inglesa).
- Forte North, Pattacue ou Forte do rio Felipe, construído nas proximidades da cidade da Macapá, em 1629, no lugar do anterior, de mesmo nome, que havia sido destruído durante uma batalha com as tropas ibéricas (origem inglesa).
- Forte de Cumaú, construído na margem esquerda do rio Matapi, em 1632, por Roger Fry (último forte inglês construído na região).
- Forte do Maricary ou Maiacaré, construído na embocadura do rio Maricary (provavelmente próximo ao rio Calçoene), nas proximidades da foz do Araguari, provavelmente, provavelmente em 1633. Segundo o Barão do Rio Branco, o construtor responsável teria sido o general Baldegrues ou Balde Gruu, na forma truncada de se escrever os nomes em documentos dos séculos XVII/XVIII (origem holandesa).

---

<sup>47</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “O fecho do império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá”. In Gomes, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte*, págs. 138 a 152.

## 2. As reformas pombalinas

As concepções de Vilhena sobre o reformismo português estavam sob forte influência do Iluminismo e suas propostas, orientando-se “sempre no sentido de fornecer condições para a Colônia atender cada vez mais melhor os interesses da Metrópole, [portanto] o que era bom para Portugal era bom para o Brasil”.<sup>48</sup>

Para Maria Helena Carvalho dos Santos, em Portugal, diferentemente da França, o movimento Iluminista se fez em prol do poder do rei, porque as reformas foram realizadas pelos pensadores formados, também, nas escolas criadas no ministério de Pombal. Esta situação se agravou pela dependência que esses intelectuais portugueses tinham em relação ao Estado e, por isso, “não eram homens livres em relação ao poder”.<sup>49</sup>

Portanto, Maria Helena Carvalho afirma que, em consequência desse modelo educacional, estabeleceu-se em Portugal um atraso cultural perceptível na criação e reforma de suas escolas, que sucumbiam, basicamente, a dois problemas: “1º - faltavam escolas que cobrissem certos setores da população e certas áreas do ensino; 2º – essas escolas deviam formar os indivíduos úteis ao governo, fomentando-se, assim, uma consciente e comprometida base social de sustentação à teoria absolutista dos príncipes esclarecidos”.<sup>50</sup>

<sup>48</sup> Cf Luís dos Santos Vilhena. *Apud* JOBIM, Leopoldo Collor. “O reformismo pombalino e a continuidade mariana no Brasil: Luís dos Santos Vilhena, marco do pensamento político luso-brasileiro. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984 vol. I, n. 34, p. 55.

<sup>49</sup> Para esta autora, mesmo considerando-se que o termo *intelectual*, tenha se originado depois do caso Dreyfus, não é perigoso aplicá-lo aos reformadores da época pombalina. Para justificar sua afirmação, cita os colaboradores: Tolentino, Verney e Ribeiro Sanches que recebiam pensões do Estado para executar as devidas mudanças. SANTO, Maria Helena Carvalho dos. “Poder, intelectuais e contra-poder. In *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984 vol. I, n. 34, p. 124.

<sup>50</sup> SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 126. Cabe, aqui, lembrar as idéias de Locke, segundo as quais aquele que detém muitos poderes e legisla em causa própria torna-se um tirano e todos os demais são escravizados porque perdem a sua liberdade. O déspota se considera acima de qualquer lei elaborada pela sociedade civil, e esta, por sua vez, não admite o absolutismo. Em consequência desse poder absoluto, o tirano põe-se em estado de guerra com aqueles lesados em sua liberdade de ação e decisão. Cabe a um juiz justo da sociedade civil julgar e punir aquele que é visto como transgressor. Locke refuta o absolutismo, desmistificando qualquer explicação que sustente o poder do déspota, como o poder divino dos reis: “Deus não deu a Adão o poder sobre todas as criaturas, ele deu o mundo aos homens em comum para que pudessem nele sobreviver, cultivando-o. Deus não deu poder a Adão sobre Eva, e Adão decide com Eva o poder sobre

É importante salientar que as reformas educacionais pombalinas significaram mais um instrumento de poder do marquês, sobretudo, a criação do Colégio dos Nobres, pois, conforme afirmou o italiano Gorani em suas memórias, Pombal “desejava ter debaixo da mão os filhos da nobreza que tanto perseguira e vexara, para assim melhor segurar o país”.<sup>51</sup>

Desse modo, Portugal não pôde acompanhar o ritmo acelerado das transformações do século XVIII, não tendo sido capaz de implantar uma política de recuperação da identidade nacional, já que isso dependia também do fortalecimento do Estado que, segundo o conde D. Luís de Meneses (da família Ericeira), crítico da sociedade portuguesa da época, só seria possível através do desenvolvimento mercantilista e da adoção de uma política “colbertiana”.<sup>52</sup>

Ainda no reinado de D. João V, floresceu a edição de livros destinados à educação e ao desenvolvimento intelectual do homem, o que seria, segundo alguns pensadores da época, o meio para se alcançar a maturidade espiritual, colocada à prova pela valorização do conhecimento ideal para a política, a economia e a sociedade<sup>53</sup>. Dentre essas obras, imbuídas de espírito iluminista, destacou-se a de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), o qual, influenciado pelas idéias de Locke, Fénelon e Rolin, publicou seus *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, onde recomendava aos professores o ensino não somente do Latim, mas, também, da Geografia, da História, da Matemática e do Direito.<sup>54</sup>

---

seus filhos. De qualquer modo, Adão teve tantos descendentes que não se pode saber a qual deles cabe o seu poder”. (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro, São Paulo, Abril Cultural, 1978, cap. I, págs. 39 e 40 e, também, Locke. In: MICHAUD, Ives. *Locke*. Trad. Lucy Magalhães, ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1991, p. 35).

<sup>51</sup> CRUZ, Antônio. “Nota sobre os estudos menores na reforma pombalina do ensino”. In *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984 vol. I, n. 34, p. 184.

<sup>52</sup> MAXWELL, Kenneth. *O paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1996, 2ª edição, p.10.

<sup>53</sup> Apesar de Teixeira Soares apresentar alguns problemas decorrentes desse governo, especialmente notados no apego à rotina, no descaso referente às reformas administrativas ultramarinas e no regime fazendário, propostas de Alexandre de Gusmão, como também, no desinteresse pela instrução pública, que era exclusividade da nobreza e da burguesia, prejudicando o espírito reformista de Pombal. *SOARES*, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 162.

<sup>54</sup> MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 10.

Outro desses autores foi Luís Antônio Vernei, oratoriano de grande influência nessas transformações pedagógicas, autor d' *O verdadeiro método de estudar*, “um manual eclético de lógica, gramática, ortografia, metafísica, etc”.<sup>55</sup>

Segundo o professor Banha de Andrade, esses estudos representaram sérias tentativas para se desenvolver em Portugal análises de caráter mais prático, em lugar de teorias consideradas abstratas<sup>56</sup>.

Além dessas discussões, voltadas para a educação dos nobres, surgiu em Portugal, na primeira metade do século XVIII, uma corrente de pensamento preocupada em discutir idéias sobre o governo, a economia e a diplomacia. Chamados pejorativamente de *estrangeirados*, esses pensadores formavam um grupo que, embora pequeno, era bastante influente em todo esse processo voltado para o estabelecimento de propostas que pudessem recuperar o reino português, a partir da viabilização de modelo liberal próprio, grupo esse que teve como expoente D. Luís da Cunha que atribuiu o atraso mental e econômico de Portugal aos anos de *dominação espanhola* (1580-1640), quando uniram-se as Coroas Ibéricas. Além disso, D. Luís da Cunha considerava que o poder econômico inglês sobre Portugal, sentido desde o Tratado de Methuen (1703), beneficiava apenas a Grã-Bretanha. Mais ainda, o autor advertia para o número excessivo de religiosos, como os jesuítas, que invocavam questões divinas para explicar os problemas enfrentados por Portugal, criticando ainda as ações da Inquisição, que resultavam na perseguição e expulsão dos judeus que, lembrava ele, eram excelentes comerciantes<sup>57</sup>.

Segundo as pesquisas de Teixeira Soares, D. Luís da Cunha chegou a prever a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, devida à extrema dependência de Portugal em relação ao Brasil, além de antever a expansão portuguesa na América, desde o rio da Prata até o estuário do Amazonas. Além disso, propôs a criação de companhias comerciais de monopólio, seguindo os modelos holandeses e ingleses.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> Os oratorianos eram monges do reino e opositores dos jesuítas quanto a seu modelo pedagógico. Introduziram em Portugal as idéias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi. MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>56</sup> Banha de Andrade, Verney. *Apud.* MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, págs. 16 e 17.

<sup>58</sup> D. Luís da Cunha. *In:* MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p.16.

<sup>59</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 14.

Há indícios de que as reflexões de D. Luís da Cunha influenciaram a política pombalina, que ganhara força, por exemplo, em julho de 1750, quando Sebastião José de Carvalho e Melo tornou-se ministro de assuntos exteriores e da guerra, no governo de D. José I. Como ministro do rei, Pombal tinha como meta principal recuperar, para Portugal, a posição de potência europeia que decaíra como “casa velha e povoada de fantasmas”, haja vista que “a tradição de expansionismo heróico dos séculos XV e XVI esfumara-se em tristeza e abandono”.<sup>59</sup>

Aqui é conveniente apontar, em síntese, as diferenças entre os governos de D. João V e D. José I, no que tange às realizações políticas e econômicas, tendo o primeiro rei a preocupação de incentivar o enriquecimento do país através da liberdade comercial, enquanto o segundo apostou no cerceamento da liberdade dos comerciantes, ficando todas as decisões econômicas a cargo do governo.

A atuação ministerial de Pombal, como se sabe, sempre foi polêmica, despertando desde comentários apologéticos até críticas contestadoras. Teixeira Soares escreveu que é muito difícil manter-se neutro quando o assunto diz respeito ao ministro do rei D. José I, mesmo quando seu comportamento despótico aparece justificado pelo objetivo de reerguer a economia portuguesa, que estava em franco declínio. Por isso - também aqui - segundo este autor, a História não deu sua sentença definitiva aos atos pombalinos, justificando-os em nome do bem público. Porém, como observou Teixeira Soares, o ministro esqueceu-se de “moralizar pelo exemplo humano e generoso”. Em nome da modernização educacional e do desenvolvimento econômico, pôs-se contra “a nobreza covarde e a burguesia timorata”. E, ainda, em nome do Estado, “repreendeu, flagelou, berrou e prepotenciou, premiou e puniu”, pois achou que criaria uma legião de seguidores, mas esqueceu-se que o seu despotismo calou, amedrontou e silenciou<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> *Idem*, págs. 7 a 14.

Além de todos os problemas políticos e econômicos, Pombal, ainda teve de enfrentar as conseqüências do violento terremoto de 1755 que reforçara, a partir da atuação dos jesuítas, uma mentalidade supersticiosa em Portugal, que era, perante os outros países europeus, símbolo de atraso social, político e econômico<sup>61</sup>.

Segundo Kenneth Maxwell, a superação desses problemas requeria um conjunto de medidas que iam desde mudanças no sistema educacional (reformulação de todo o projeto da Universidade de Coimbra), chegando à redução do poder da Inquisição, com a criação da Real Mesa Censória, e passando pela abolição da escravidão em Portugal, mas não nas colônias, pela modernização do exército e pela reconstrução urbana de Portugal, após o terremoto.

Enquanto isso, nas colônias, em especial no Brasil, Pombal introduziu uma reforma completa na estrutura administrativa, com a criação de companhias por ações, que tinham como objetivo manter sob tutela do Estado português os produtos coloniais, além de estabelecer a criminalização da discriminação contra os ameríndios, visando, assim, desbancar os jesuítas que dificultavam o desenvolvimento do plano de colonização português de povoar o Brasil para assegurar a exploração econômica. Pombal propugnava, também, o fim da distinção e perseguição entre os cristãos novos e velhos, pois, como já afirmara D. Luís da Cunha, tinham grande poder de comércio e poderiam ser utilizados pelo Estado como tuteladores do monopólio português, continuando o Estado a ser o financiador e patrocinador das atividades econômicas, cabendo ao primeiro-ministro do rei a administração e controle da contabilidade fiscal. Entretanto, Kenneth Maxwell considera que, devido à política monopolista do Estado português, o desenvolvimento comercial ficou emperrado<sup>62</sup>.

Assim como Teixeira Soares, Kenneth Maxwell também caracteriza as ações de Pombal como provenientes do despotismo esclarecido, que teve como ponto mais expressivo a perseguição sistemática aos jesuítas, fundamentada na propaganda de um regime absolutista lógico, transformando o autoritarismo na ferramenta essencial para a revitalização da economia do Estado português.

---

<sup>62</sup> MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, págs. 17 a 24.

<sup>63</sup> MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 19.

Para o Visconde de Carnaxide, em *O Brasil na administração pombalina*, D. José I, ao escolher Pombal para seu ministro, já estava imbuído do espírito transformador do período, pois acreditava que, por ter sido diplomata em Londres e Viena, Pombal conhecia profundamente o espírito liberal que se fazia sentir naqueles países, como também na França.

Realmente, as experiências diplomáticas do ministro Sebastião José no exterior muito lhe instruíram sobre as mudanças políticas e econômicas em boa parte da Europa. Quando retornou a Portugal, percebeu que aquele país deveria se ajustar às novas regras, não somente econômicas, mas, também, de mentalidade e de visão de mundo, para poder concorrer no mercado internacional sob as regras da política liberal<sup>63</sup>.

Segundo Carnaxide, os conhecimentos adquiridos por Pombal nos anos em que morara em Londres e Viena foram importantes para identificar os problemas do reino luso; entretanto, o que essa vivência não lhe deu foi coração para compreender as especificidades do povo português: uma gente “humana e individualista pela experiência, e lírico por sugestão da natureza”, mas que “nunca poderá ser levada a fio de espada. A violência repugna ao estilo ‘paternal’ da tradição lusitana”.<sup>64</sup> Como acentuou Maxwell, uma das ações mais contrárias à tradição lusitana, talvez tenha sido o caso Malagrida, que recebeu críticas de Voltaire, para quem a ação pombalina “foi o excesso de ridículo e do absurdo unido ao excesso de horror”.<sup>65</sup>

No que se refere ao Brasil, como não poderia deixar de ser, é fácil perceber que, mesmo estando a colônia do outro lado do Atlântico, as influências dos monopólios e das ações absolutistas de Pombal fizeram-se sentir fortemente sobre ela.

---

<sup>63</sup> Cf Afrânio Peixoto. *Apud* CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 3. A esse respeito também: SOARES, Teixeira. *Op. cit.*, cap. V.

<sup>64</sup> CARNAXIDE. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>65</sup> Padre Gabriel Malagrida foi missionário e mítico jesuíta que atribuiu as causas do terremoto em Portugal (1755) a causas divinas pelo país ter se afastado da sua verdadeira religião. Por causa disto, Malagrida foi torturado e esquartejado. MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 96.

### 3. A ação colonialista de Mendonça Furtado nas terras do Grão-Pará

Para executar a política pombalina na Amazônia, foi nomeado, em 5 de junho de 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão de Pombal), que administrou as capitanias unidas de Grão-Pará e Maranhão como governador e capitão-general até 3 de março de 1759.

Pelas Instruções Régias Públicas e Secretas, de 31 de maio de 1751<sup>66</sup>, Mendonça Furtado foi orientado a incentivar, entre outras coisas, a miscigenação entre portugueses e índios, para assegurar um crescimento contínuo da população na região fronteiriça. Além disso, deveria trazer casais açorianos e importar escravos africanos que serviriam como mão-de-obra para a lavoura de algodão, no Maranhão, e arroz, no Grão-Pará.

No que interessa diretamente a este trabalho, convém registrar que essa mão-de-obra também foi destinada ao trabalho de construção de vilas e fortificações, garantindo, assim, o domínio luso na porção setentrional da América do Sul.

Para Arthur Cezar Ferreira, o governo de Mendonça Furtado na Província do Grão-Pará e Maranhão foi marcado tanto por conflitos entre o poder civil e a Companhia de Jesus como, também, pelas questões fronteiriças entre Portugal, França e Espanha, registrando-se que a instrução real era fazer valer os Tratados de Utrecht e Madri, tendo o governador assumido o cargo de Primeiro Comissário Régio das demarcações deste último tratado<sup>67</sup>.

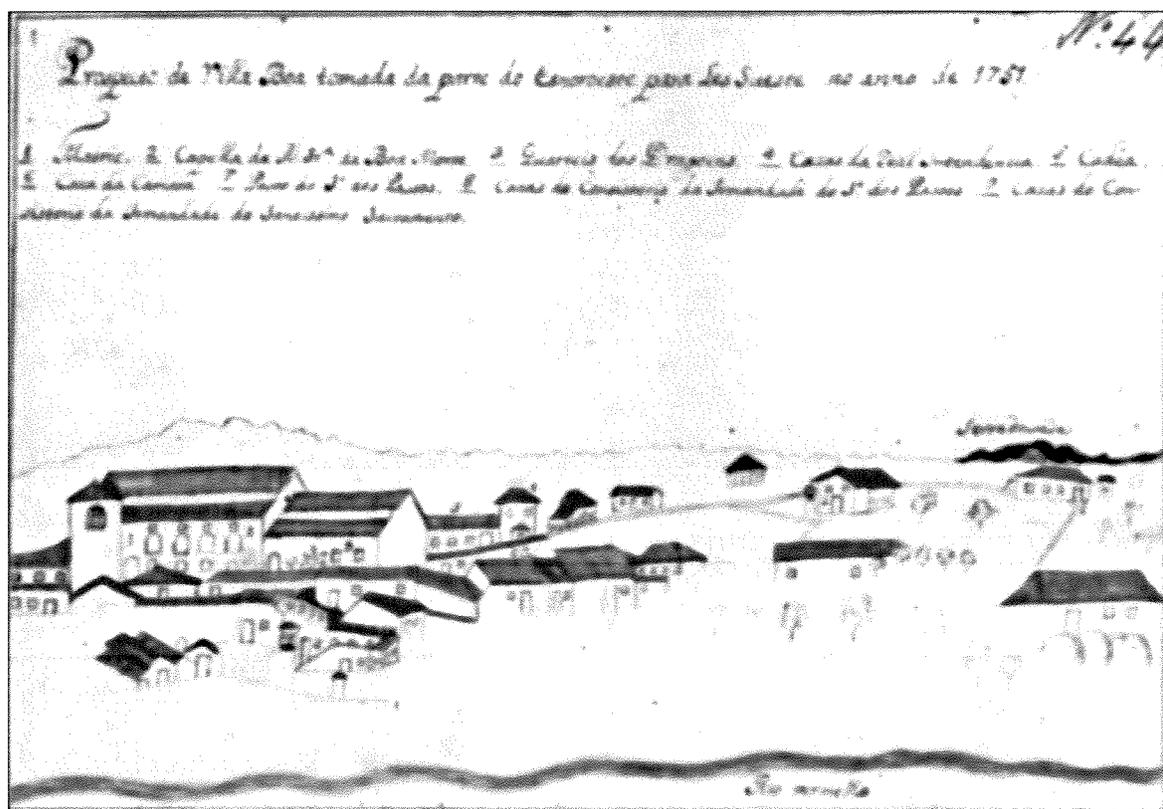
Todos esses acontecimentos só acentuavam o contraste social e político entre a Metrópole e o extremo-norte de sua colônia, pois a defesa das terras brasileiras na sua parte setentrional estava ligada, segundo correspondência de Mendonça Furtado a Pombal, apenas aos interesses econômicos que se resguardavam, principalmente, nas minas de Vila Boa, atual Goiás (Figura 4) e Vila Bela, atual Mato Grosso. Estas foram situações provocadas e sentidas pela governança de Furtado, que tentou impor à região uma política desenvolvimentista, como acontecia em Portugal sob o comando do ministro Pombal.

---

<sup>66</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo, p. 26.

<sup>67</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira e outros. *Apud*: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, p. 6.

Figura 4: Prospecto de Vila Boa tomada da parte do Es noroeste para Les Sueste no anno de 1751.



Fonte: *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 228

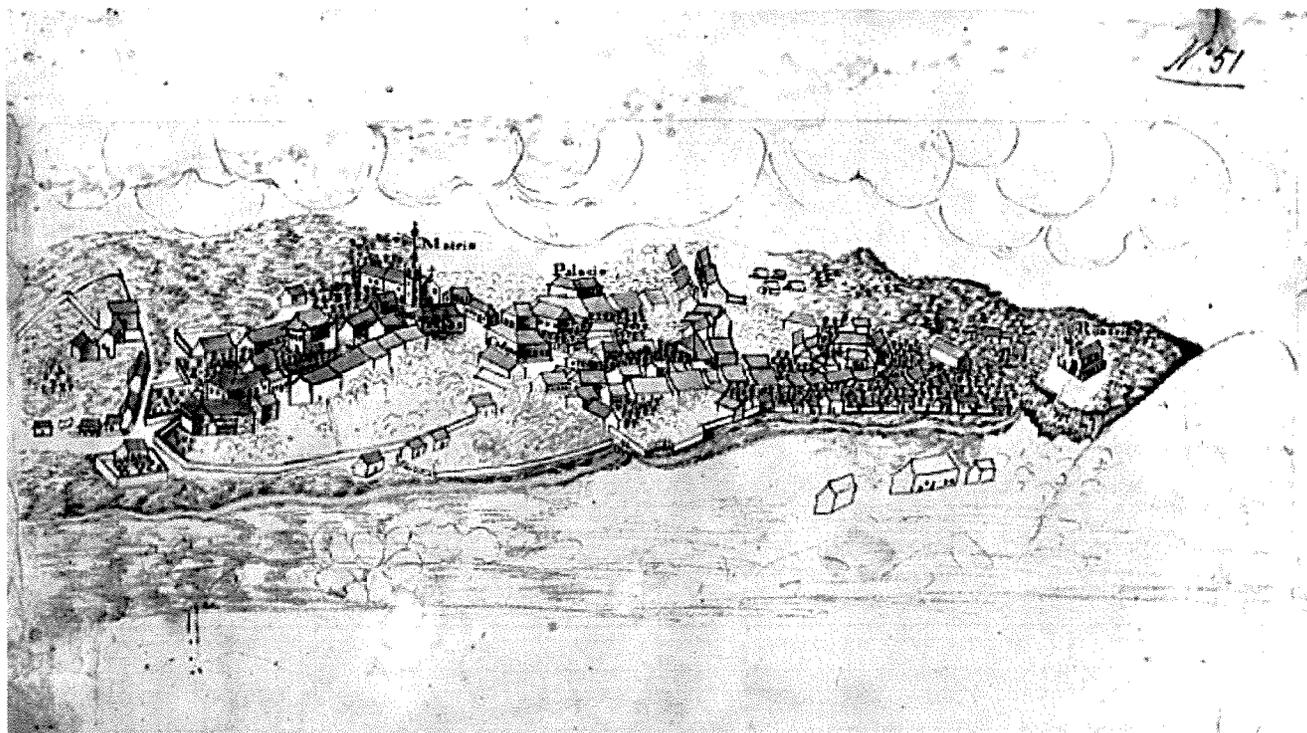
Com a descoberta de importantes jazidas de ouro no oeste do Brasil, no século XVIII, formaram-se os núcleos de Cuiabá, arraial em 1719 e elevado a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (Figura 5), em 1727, fundando-se, em 1748, os territórios de Mato Grosso e Cuiabá; e de Goiás (Figura 6), desmembrados da Capitania de São Paulo.<sup>68</sup> Em 19 de março de 1752, foi fundada Vila Bela da Santíssima Trindade, no lugar de Pouso Alegre, por Antônio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-general de Mato Grosso, em cumprimento à provisão régia de 2 de agosto de 1748, que estabelecia como sítio para esta povoação as margens do rio Guaporé, perto das descobertas auríferas, visando, sobretudo, preservar aquela porção central do Brasil das investidas espanholas. Entretanto, depois de 20 anos de existência, a povoação sofreu com as cheias do Guaporé e com a insalubridade, fazendo com que Luís Pereira de Albuquerque e Cáceres, governador da Capitania do Mato Grosso (13 de dezembro de 1772 a 20 de novembro de 1789) determinasse o desenvolvimento da capital para o lado do levante, ou seja, para uma zona mais alta que proporcionasse um ambiente mais saudável e sem risco de inundações<sup>69</sup> (Figura 7).

---

<sup>68</sup>GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua”. In *As mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 22.

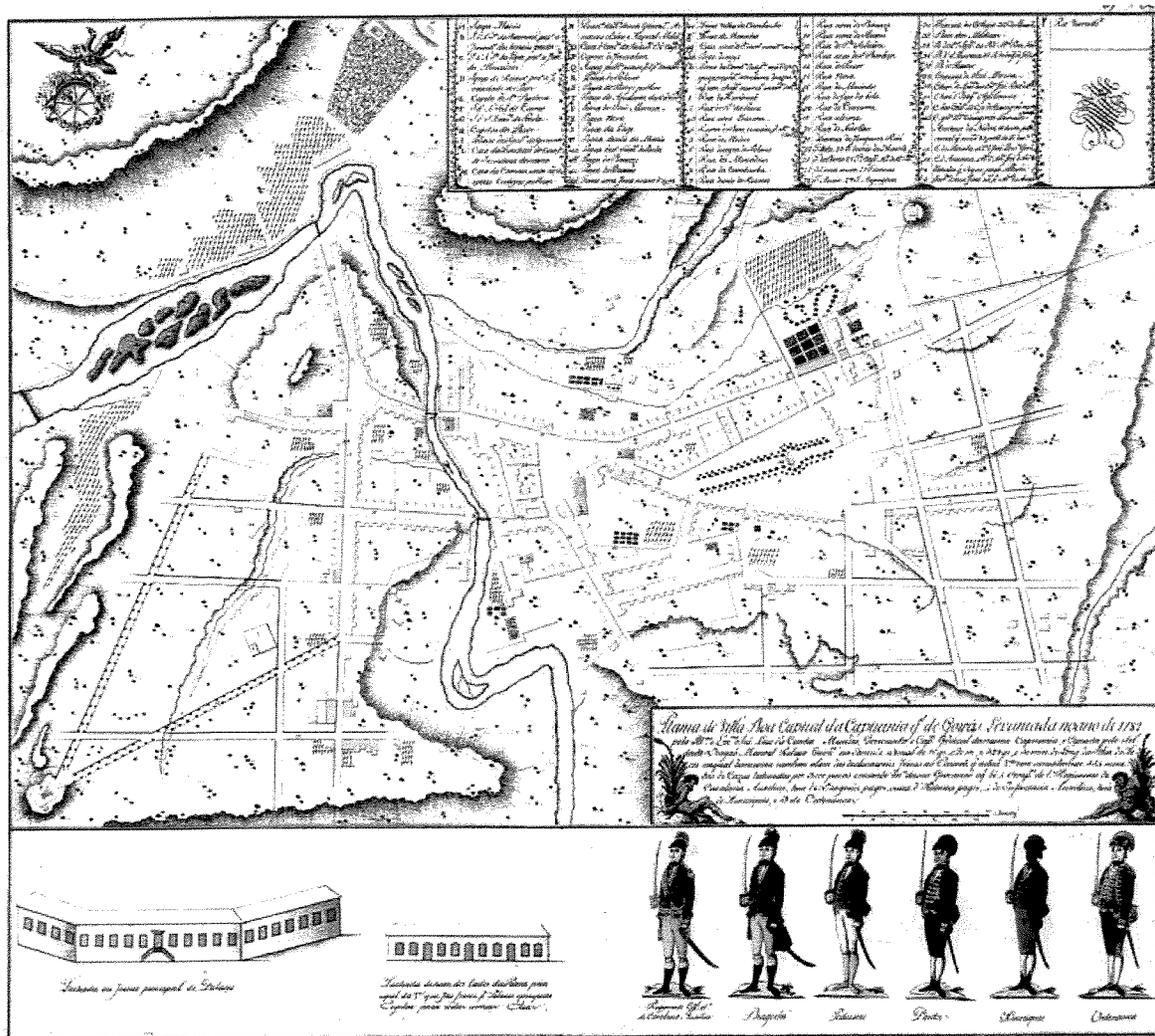
<sup>70</sup>GUERREIRO, Inácio “ A coleção cartográfica da Casa da Ínsua”. In *As mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, págs. 128 e 129.

Figura 5: Vista de Cuiabá



Fonte: *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 236.

**Figura 6:** Planta de Villa Boa Capital da capitania g.<sup>al</sup> de Goyas. Levantada no ano de 1782 pello Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr, Luis da Cunha Menezes; Governador, e Cap.<sup>m</sup> General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.<sup>es</sup> na Latitude austral de 16 gr., e 20 m. e 329 gr., e 30 min. de Long. Da Ilha do Ferro, na qual demonstra também além das declaraçoẽs feitas no Ranvoã q. A dita V.<sup>a</sup> tem actualmente 554 moradas das cazas habitadas por 3000 pessoas entrando o n.<sup>o</sup> da sua Goarniçaõ, o q. he 4 Comp.<sup>as</sup> do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoeñs pagos, outra d' Pedestres pagos, 4 de Infantaria Auxiliar, hua de Henriques, e 3 de Ordenanças.



Fonte: *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, p. 460.



Mendonça Furtado, preocupado com os descasos administrativos anteriores ao seu governo e com a proximidade da região aurífera das fronteiras francesas e espanholas, resolveu fundar, em junho de 1755, sob influência de D. Luís da Cunha e com apoio de Pombal, juntamente com grandes comerciantes, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estabelecendo um conjunto de normas que decretavam a liberdade completa e a integração da população indígena, retirando a tutela religiosa e secular dos jesuítas, concedida pela regulamentação de 1680. Porém, Mendonça Furtado entendia que a liberdade dos índios significava para Portugal sérias perdas econômicas. Daí, a regulamentação que transferia a exploração dos índios de particulares para o governo da metrópole, retirando qualquer interferência ou mediação dos “batinas pretas”, valendo ressaltar que foi justamente a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará que abasteceu a vila de São José de Macapá com os índios, negros e artífices empregados, como escravos e operários, na construção da Fortaleza de São José de Macapá<sup>70</sup>.

Segundo informações do Visconde de Carnaxide, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão deixou de distribuir dividendos em 1776, e sua extinção foi comemorada pelos comerciantes portugueses com um *Te-Deum*, pois eles se sentiam prejudicados com o monopólio que a mesma exercia. Mesmo lembrando a situação problemática da Companhia, Carnaxide considera que, durante algum tempo, só não lhe foram atribuídos créditos porque isso exigia análises que envolvem números e algarismos, o que só mudaria com o surgimento de trabalhos influenciados pelo espírito do racionalismo capitalista. Para Varnhagen, o período pombalino foi de grande prosperidade econômica, mas Carnaxide discorda desta afirmação, pois as rendas publicadas pelo autor da *História Geral do Brasil* são anteriores a 1760.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup>CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *Op. cit.*, p. 76 a 80.

<sup>72</sup>Visconde de Porto Seguro. *História Geral do Brasil*. 3ª ed., tomo IV, p. 336. *Apud.*, CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *Op. cit.*, p. 80/81. Kennety Maxwell também escreveu que os planos de Pombal, tanto para a metrópole quanto para o Brasil, estavam estigmatizados pela crise do sistema colonial. MAXWELL, Kennety. *Op. cit.*, págs. 59, 67, 169 e 179.

<sup>73</sup>Monção tinha mais de um significado. Poderia indicar tanto o vento periódico que favorecia a navegação à vela em certos trechos dos rios, ou então poderia ter o mesmo sentido de comboio, isto é, o conjunto de barcos

José Roberto do Amaral Lapa, por sua vez, compartilha com essa interpretação de Carnaxide, afirmando que a navegação monçoeira,<sup>72</sup> que ligou o norte ao centro-oeste da colônia, possuía duas características: uma, de cunho oficial, sustentada pelos interesses estratégicos, políticos e econômicos da metrópole, objetivando a comunicação, a partir de 1742, entre o Mato Grosso e o Pará; já, a segunda, funcionava a partir da ação escusa de comerciantes particulares, que exploraram o roteiro fluvial Amazonas-Madeira-Guaporé, entre os anos de 1755 a 1776, associando-se à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, por este viés, agia de maneira oficiosa, tendo ocultado da coroa os seus verdadeiros dividendos.<sup>73</sup>

Contudo, a atuação dessa Companhia foi truçulenta com outros comerciantes particulares contrários a sua atuação, os quais, assim como ela, também estavam interessados no mercado consumidor da região aurífera. A Companhia do Grão-Pará utilizou-se das monções para levar, do Pará ao Mato Grosso, manufaturas importadas, pois a riqueza que se estabelecia em Vila Bela e Cuiabá, proveniente da descoberta das minas de ouro, entre 1731 e 1734, garantia um rendoso mercado consumidor, justificando os duros percalços das viagens que duravam cerca dois a três meses.<sup>74</sup>

Segundo Amaral Lapa, além das especiarias, perfumes e roupas importadas, também faziam parte do comércio monçoeiro os escravos procedentes da África ou de outras regiões do Brasil. Nesse sentido, vale ressaltar que, durante a duração do poder da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a capitania do Mato Grosso, em diferentes momentos, chegou a importar mais escravos africanos do sul que do norte da colônia, como ocorreu entre os períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1771, quando vieram dos portos do sul 960 escravos, enquanto que do Pará tinham vindo apenas 242.<sup>75</sup>

---

cuja viagem era determinada pela periodicidade ditada pelos ventos e pelas enchentes das marés (navegação comboeira). “Monção do Grão-Pará” era uma expressão usada no século XVIII, indicando justamente as frotas de comércio que ligavam o Mato Grosso ao Pará uma vez por ano. (LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*, Editora Perspectiva, 1973, p. 57).

<sup>74</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 77.

<sup>75</sup> *Ibidem*

<sup>76</sup> Ms. F. 49 e 67(verso). Arquivo Público do Pará. *Apud*. LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 78.

A navegação comboeira, que ligou o Pará ao Mato Grosso, facilitou, também, o transporte de materiais utilizados na construção das fortificações portuguesas na Amazônia; por isso, esse sistema teve grande incentivo por parte do governo português, pois além da montagem de um eficiente dispositivo militar de defesa das fronteiras, também foi responsável pela sondagem e exploração das vias fluviais e pela fixação de núcleos humanos ao longo dos rios, facilitando ainda a obtenção de índios e escravos africanos para serem utilizados como remeiros e operários em várias obras da região.

As monções também significaram, ao lado dessa política estratégico-militar, um aparelho fiscal de controle do escoamento da produção aurífera, afirmando, contudo, a política mercantilista pretendida por Pombal para a região norte, tendo como representantes o governador Mendonça Furtado e a ação monopolista da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.<sup>76</sup>

No mais, as embarcações da Companhia levavam do norte munições, enxofre, pólvora, armas (espingarda, clavinas), metais, elementos químicos, substâncias resinosas, pelica, couros para as mais diversas utilidades, revelando o alcance do trabalho artesanal da localidade, assim como também da siderurgia em Mato Grosso, que serviu, entre outros objetivos, como base para a construção das fortificações da região Amazônica, para a qual se destinava o cobre em tachos, estanho, ferro em barras, latão, etc.<sup>77</sup>

Em seu período áureo, a Companhia de Comércio do Grão-Pará objetivou o controle do comércio regional, a competição nos mercados internacional e nacional com os produtos ingleses, logicamente com muita perspicácia e sutileza, pois a Grã-Bretanha era uma aliada importante para manter a Espanha longe das possessões portuguesas na América e, também, para facilitar a expulsão dos jesuítas da América portuguesa<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup>*Ibidem.*

<sup>78</sup> Ms. Caixa 16. Mato Grosso. Papéis avulsos não catalogados. Arquivo Histórico Ultramarino: cód. 592. Correspondência dos governadores com diversos (1770/1772). *Apud*: LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 81

<sup>79</sup> MAXWELL, Kennety. *Op. cit.*, p. 59.

Além disso, a Companhia teve a incumbência de abastecer Portugal com madeira, açúcar, arroz, couros, mantimentos e “vinho de mel”, que foram utilizados na manutenção da população portuguesa após o terremoto de 1755.<sup>79</sup>

Para Pombal, entretanto, o que importava era reformar a política mercantilista e imperial de Portugal, proteger os interesses nacionais e incentivar grandes empresários a investir no Brasil. Mendonça Furtado, à frente do governo do Grão-Pará e Maranhão, foi instruído a alcançar esses objetivos, como também deveria aplicar as premissas do Diretório, que sistematizava e tutelava a exploração indígena pela metrópole portuguesa<sup>80</sup>. No caso da vila de São José de Macapá, esta mão-de-obra e a africana foram destinadas, primeiramente, à lavoura de arroz e, depois, à construção da Fortificação de São José. De acordo com Anaiza Vergolino-Henry, foram os serviços de construções militares que mais absorveram esses escravos, postos para trabalhar nas pedreiras, nas olarias, nos fornos de cal, nas serrarias, além de serviços especializados de remeiros, canoeiros e carreteiros<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 134. As atuações monopolistas e escravistas dessa e de outras companhias criadas por Portugal também foram observadas por Locke e Adam Smith, que analisaram a escravidão conforme as variações das formas ou lugares, pois, dependendo disso, ela poderia ser relevante ou não à riqueza do país. Quando Locke estabeleceu a diferença entre os estados de natureza e a sociedade civil indicava que, nesta última, os homens iguais são os racionais e inteligentes, qualidades atribuídas apenas àqueles que detêm propriedades e as fazem produzir. Os homens que não se enquadram nessas características são inferiores, como os escravos, que estão fora da sociedade civil e podem ser explorados pelos proprietários, porque, assim como as crianças e os loucos, eles não têm discernimento para tomar suas próprias decisões e, por isso, deveriam ser tutelados pelos homens inteligentes, no caso, os proprietários. (LOCKE, John. *Op. cit.*, p. 41.) Adam Smith, em seus escritos sobre a riqueza das nações, foi contrário à escravidão na Europa porque não gerava lucro e impedia a negociação livre da força de trabalho. Além disso, a sua utilização na agricultura era dispendiosa, pois o pequeno volume da produção gerada pela terra não equivalia ao investimento oneroso destinado à mercadoria trabalho, haja vista que a produção agrícola era inferior ao exigido para o remanejamento de trabalhadores escravos; no entanto, em sua concepção liberal, o autor percebia a viabilidade econômica da escravidão nas colônias inglesas americanas, porque a agricultura estava voltada para o comércio e, por isso, sua produção era volumosa e lucrativa, diferente da desenvolvida no Brasil, que era sustentada pelo monopólio português. (SMITH, Adam. *Op. cit.*, livro III, vol. I, págs. 322 a 324.)

<sup>81</sup> MAXWELL, Kennety. *Op. cit.*, p. 53 a 55.

<sup>82</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990, págs. 54 e 55.

Amaral Lapa lembra, ainda, que, no século XVIII, além das fortificações, outras guarnições foram criadas para proteger a região Amazônica, construções que iam desde a eliminação das barreiras naturais do rio Madeira, que dificultavam a navegação monçoeira, até à criação de núcleos coloniais em cada cachoeira<sup>82</sup>.

A fortificação de Macapá foi erigida na margem esquerda do rio Amazonas, que fica na porção setentrional da América Portuguesa, valendo ressaltar que sua localização estratégica justifica a política pombalina de segurança territorial naquela região. Porém, segundo Nirvia Ravena, a Vila de São José de Macapá, durante o século XVIII, enfrentava problemas com o abastecimento de gêneros alimentícios, fato conseqüente da intensa exploração dos agentes mercantis que representavam a Companhia de Comércio do Grão-Pará, que exportava boa parte da produção agrícola da vila, dificultando, sobremaneira, a formação de um mercado interno com produção auto-suficiente que atendesse às necessidades locais, ocasionando, segundo a autora, um elevado índice de mortalidade entre os construtores do forte, conseqüência direta de doenças e pestes que se alastravam pela localidade, por conta da miséria e pobreza em que viviam<sup>83</sup>. Aliadas a essa observação estão às informações dadas por Mendonça Furtado ao rei D. José I, a quem escreveu afirmando que o falecimento da moeda provincial na região, no começo do XVIII, foi proveniente da falta de prática e conhecimento monetário por parte de seus moradores, que estavam adaptados ao sistema de trocas de mercadorias, e isto inflamava ainda mais os problemas econômicos da vila.<sup>84</sup>

Essa escassez de moedas metálicas, sentida até 1750, e o monopólio jesuítico sobre a mão-de-obra indígena somaram resultados negativos à situação econômica da capitania, agravada com a provisão de 1712, que estabelecia o açúcar, o cacau, o cravo, o tabaco e os panos de algodão como moedas correntes, inclusive para pagamento do soldo dos militares. Nota-se, portanto, que até a primeira metade do século XVIII, período anterior à criação da

---

<sup>83</sup>LAPA, José Roberto do Amaral. *Op cit.*, p. 20.

<sup>84</sup>RAVENA, Nirvia. "O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas". In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da História Paraense*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1998, pp. 30 a 35 e 42a 45.

<sup>85</sup>MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op cit.*, págs. 36 e 37, nota de rodapé 43.

Companhia do Grão-Pará, as atividades comerciais da capitania eram realizadas através das trocas de produtos.<sup>85</sup>

Entretanto, os problemas econômicos, sentidos principalmente pela vila de São José de Macapá, não desaparecem com o tempo, pois como salientou Nirvia Ravena o poder de exploração da companhia de comércio da região foi tão predatório que não permitiu a livre negociação entre pequenos comerciantes no interior da Amazônia, causando a inexistência de feiras internas. O que de fato não era prestigiado por Portugal porque, na verdade, a Amazônia era vista com zona de fronteira e caminho para se chegar ao *el dourado* do oeste. Daí a construção de um cinturão fortificado que impedisse outros países de atingirem a cobiçada região das minas de Vila Bela.

Fernando Novais nos lembra, ainda, que a prática do mercantilismo visava, efetivamente, o desenvolvimento nacional a todo custo, e para o Brasil a colonização (no sentido amplo de ocupação, povoamento e valorização) obedeceu, sobretudo, às preocupações políticas que visavam a posse da colônia “tão cobiçada pelos corsários holandeses, ingleses e franceses”.<sup>86</sup>

Kenneth Maxwell, por sua vez, afirma que o uso do termo mercantilismo para descrever as ações de Pombal não é de todo apropriado. O mercantilismo, em seu sentido mais

---

<sup>85</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997, p. 23. Sobre as companhias exclusivistas – como eram a do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco -, Adam Smith escreveu que elas eram predatórias para todos os países, acentuando que o monopólio político e econômico que elas praticavam acabavam trazendo problemas para o funcionamento do sistema colonial, porque retirava a liberdade de comércio e decisão, fatores importantes para a produtividade. Adam Smith afirmou que os países ibéricos, desde os primeiros tempos da colonização, foram negligentes com as riquezas de suas colônias; portanto, já começaram errando. Suas observações visavam as práticas mercantilistas, porque impediam a liberdade de produção do colono e a acumulação de riquezas, emperrada pelo monopólio das metrópoles que, também, desperdiçavam trabalhadores produtivos importantes para a geração de lucros, indo de encontro ao espírito do liberalismo, que crescia com a industrialização inglesa (SMITH, Adam. *Op. cit.*, vol. II, p. 64.). Locke, por sua vez, também criticava a atuação portuguesa na América, pois embora a metrópole possuísse um rico território, era incapaz de fazer a terra produzir em toda a sua extensão, deixando grande parte improdutivo e ociosa, facilitando sua ocupação por terceiros, além de incentivar conflitos entre as nações ibéricas, que dificultavam o progresso daquele continente (LOCKE, Jonh. *Op. cit.*, item 41, p. 50.)

<sup>86</sup> Cf. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, págs. 14 e 15. *Apud* NOVAIS, Fernando Antônio. *Op. cit.*, págs. 61 e 93.

estrito, propõe uma política que regulamente o comércio taxado e subsidiado pelo Estado, a fim de promover o afluxo de ouro e prata, o que não era problema para Portugal<sup>87</sup>.

Apologias e termos à parte, o objetivo de Pombal era mais amplo, pois visava conseguir uma balança comercial favorável, utilizando-se de técnicas mercantilistas, companhias de monopólios, regulamentação, taxação e subsídios para facilitar a acumulação de capital por grandes comerciantes portugueses. Em síntese, valia tudo para fortalecer o poder econômico do país para torná-lo competitivo.

Na verdade, esse era o objetivo de todas as nações européias; entretanto, a diferença estava nas práticas políticas e econômicas aplicadas em cada país para alcançar o enriquecimento.

No caso de Portugal, essas práticas nos são evidenciadas, além dos trabalhos de Nirvia Ravena e Anaiza Vergolino – Henry, pela correspondência de Mendonça Furtado enviada ao seu irmão, o ministro Pombal, pois, pelas Instruções Régias, o Capitão-General do Grão-Pará é ordenado apenas a incentivar estritamente a produção agrícola, proibindo, terminantemente, a abertura de minas naquela região, sob pretexto de que os povoadores não deviam se distrair com esta cultura das terras, sendo a produção agrícola o meio mais seguro para a subsistência do povoado de São José de Macapá<sup>88</sup>.

Amaral Lapa nos esclarece que esse incentivo, exclusivamente agrícola, baseava-se no receio metropolitano de que se despovoasse o Pará com o êxodo para as minas de Mato Grosso. O medo de que isso ocorresse era tão forte que foi expedido um alvará, em 27 de outubro de 1733, confirmado pela Ordem Régia de 1737, proibindo qualquer contato, independentemente do caminho, entre o Pará e o Mato Grosso. Essa interdição, provavelmente, visava evitar o contrabando de ouro pelos espanhóis, assim como impedir o deslocamento de mão-de-obra das atividades agrícolas e pecuárias diante de novos achados

---

<sup>87</sup> MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>88</sup> “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Grão-Pará”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, págs. 35 e 36, artigos 28º e 31º.

auríferos que eventualmente ocorressem, ampliando-se esse impedimento com a proibição de se navegar pelo rio Madeira, em 1770<sup>89</sup>.

O incentivo à produção agrícola e à atividade criatória foi, ao que parece, a primeira medida adotada pela metrópole para impedir o contrabando do ouro e, ao mesmo tempo, serviu para efetivar o povoamento da região, que funcionou como guarnição permanente das fronteiras da Amazônia, já que essa prática agropastoril fixava o homem à terra. Por isso, quando foram deslocados da cidade de Belém e das Ilhas dos Açores casais que pudessem garantir a colonização da porção setentrional da Amazônia, pelas Instruções Régias e Secretas, de 31 de maio de 1751, essas pessoas deveriam trabalhar exclusivamente na agricultura.<sup>90</sup>

#### 4. A defesa do território

Conforme Carneiro de Mendonça, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi nomeado Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará porque era da mais alta confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo e do rei D. José I, sendo esta a razão de sua escolha para administrar o Império Português na Amazônia, valorizado pela descoberta de ouro nas capitanias de Mato Grosso e Goiás. Devido à importância de tais minas, Mendonça Furtado transferiu a sede do Estado do Maranhão para Belém, porque a sede governamental ficaria mais próxima da região aurífera e, também, por se tratar de uma área de grande vulnerabilidade fronteiriça, criando-se, assim, o Estado do Grão-Pará e Maranhão.<sup>91</sup>

Pelas instruções de 31 de maio de 1751, percebe-se que o rei, preocupado em assegurar a posse sobre essas terras do Cabo Norte, recomendou ao governador não somente a política de povoamento, mas, também, alguma defesa que evitasse desordem ou dificultasse sua conquista pelos franceses e holandeses, haja vista que o rei já estava ciente das investidas

---

<sup>89</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, págs. 27 e 29. Segundo este autor, o ouro da capitania do Mato Grosso e Cuiabá foi encontrado, entre 1731 e 1734, pelos irmãos Artur e Fernando Paes de Barros na chapada de São Francisco Xavier junto ao rio Guaporé e nos ribeirões Santana e Brumado. (*Idem*, p. 55).

<sup>90</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 26, artigo 2º.

<sup>91</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 8.

desses países naquela região, razão pela qual, desde 1748, havia ordenado a fundação de missões nas ditas terras.<sup>92</sup>

Obedecendo às ordens reais, Mendonça Furtado averiguou as condições das fortificações da Amazônia, reparando algumas e construindo outras. Porém, desde 1749, já era do conhecimento do rei a necessidade de se construir no povoado de Macapá uma fortificação maior que a existente.<sup>93</sup> Dentre suas realizações, destacou-se o Real Forte Príncipe da Beira e a Fortaleza de São José de Macapá, por terem sido os pilares da rede fortificada, já que ocupavam lugares estratégicos. Esses fortes foram seguidos de outros, tais como São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira, (Figura 8) Tabatinga; e foi somente depois de tais construções, ordenadas pelo gabinete de Pombal, que a Amazônia, segundo Carneiro de Mendonça, passou da condição de *terras de ninguém* à de terras verdadeiramente luso-brasileiras.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 31, artigo 19°.

<sup>94</sup> *Idem*, artigo 28°.

<sup>95</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 8.



O mapa que aqui se vê (Figura 8) é de autor anônimo, mas, provavelmente, foi desenhado pelo coronel Manuel da Gama Lobo da Almada. A legenda que o acompanha esclarece que a comunicação dos rios é assinalada por uma linha de pontos “que corre margem” dos mesmos rios; esclarecendo-se também que na confluência dos rios Maturacá e Umarivavi as águas se repartem entre os domínios espanhóis (aldeia de São Carlos) e os portugueses. Diante destes registros fronteiriços, é possível observar três fortificações militares, localizadas no alto do rio Negro: a fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, na margem ocidental; o forte de São José de Marabitanas, na margem oriental, e a fortaleza de Santo Agostinho.<sup>95</sup>

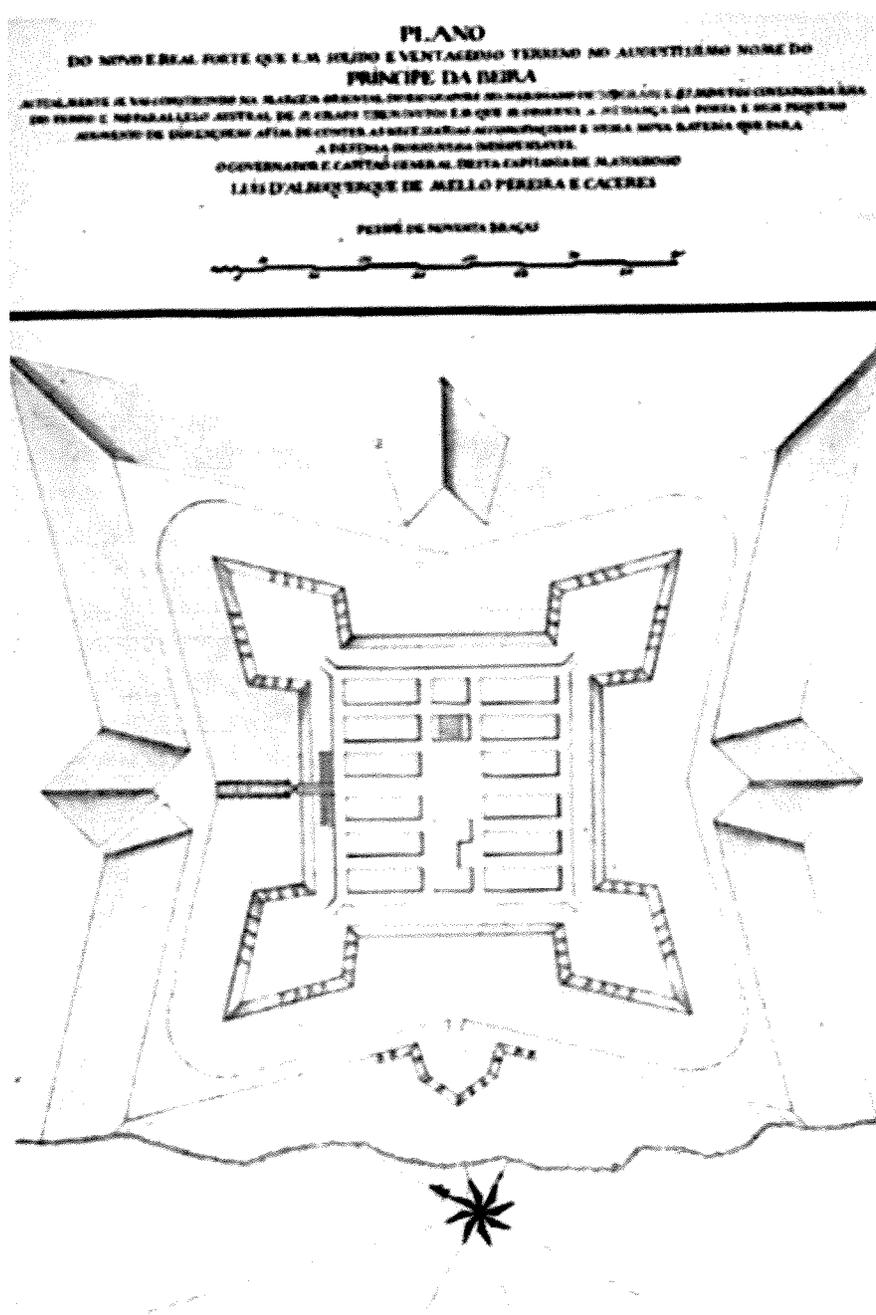
O Real Forte Príncipe da Beira, fundado em 1776, às margens do Guaporé, significou a necessidade de guarnecer os afluentes do rio Amazonas que atravessavam a capitania do Mato Grosso. De autoria do engenheiro genovês Domingos Sambuceti, a fortaleza tem o traçado de um quadrado com baluartes nos vértices e, assim como a Fortaleza de São José de Macapá, foi desenhada segundo o método de Vauban.<sup>96</sup> Na legenda que acompanha o mapa a seguir é possível ler: “Plano do novo e real forte que em sólido e ventageoso terreno no augustissimo nome do Príncipe da Beira actualmente se vai construindo na margem oriental do Guaporé no meridiano 312 graos e 57 minutos contados da Ilha do Ferro e no paralelo austral de 12 graos e 26 minutos em que se observa a mudança da porta e hum pequeno augmento de dimenções a fim de conter as necessárias accomodaçoens e huma nova bateria que para a defesa do rio julga indispensável o Governador e Capitaó General desta Capitania do Mato Grosso Luis d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres”<sup>97</sup> (Figura 9).

<sup>96</sup> GUERREIRO, Inácio *Op. cit.*, p. 164.

<sup>97</sup> GUERREIRO, Inácio *Op. cit.*, págs. 135 a 137.

<sup>98</sup> FERNANDES, Daniela Teixeira. “Descrição bibliográfica de material iconográfico”. In *As mais dilatada vista do mundo – inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 256.

Figura 9: Plano do Novo e Real Forte Que Em Sólido e Ventagoso Terreno no Augustíssimo nome do Príncipe da Beira.



Fonte: *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 139.

Além dessas fortificações foram construídos, também, os fortes de Gurupá (Figura 10), Tapajós (Figura 11), Pauxis (Figura 12) e Rio Negro, que foram registrados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a partir de 1754, quando navegou pelos afluentes do rio Amazonas para demarcar as fronteiras do norte do Brasil, fazendo valer os Tratados e Limites assinados com a França e a Espanha.<sup>98</sup>

O forte Santo Antonio de Gurupá, foi fundado por Bento Maciel Parente em 1623 e, depois de um confronto com os holandeses, foi reedificado por Domingos Sambuceti. Sua estrutura chamou a atenção do viajante Alexandre Rodrigues Ferreira que, em 1874, escreveu: “essa fortaleza se achava em boa posição, sobre um rochedo, dominado perfeitamente a boca do Xingu, sendo os navios obrigados a irem aí apresentar seus passaportes”.<sup>99</sup>

O forte Santo Antonio de Pauxis foi edificado pelo capitão Francisco da Mota Falcão, em fins do século XVII, próximo ao rio Trombetas, na atual cidade de Óbidos. A comissão de Demarcação do Madeira, registrou que “no estado actual, só pode servir para a defesa do lado de leste, do sul, ou do lado inferior do rio, porque do oeste, ou do lado de cima do rio, há um monte de terra, que occulta e embaraça os fogos nessa direcção; e sem remover-se esse monte, coberto de mato, a fortificação será incompleta”.<sup>100</sup> Este forte nunca teve suas obras terminadas.

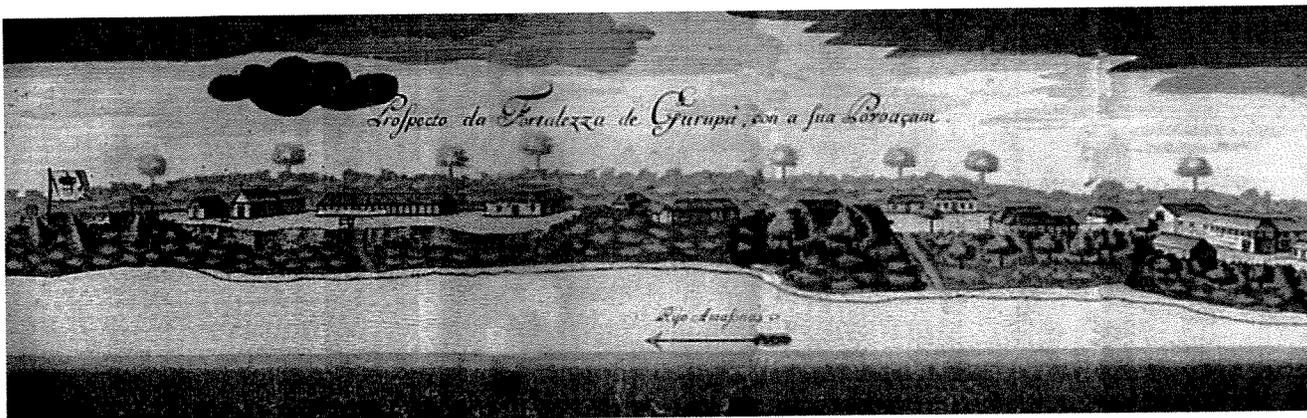
---

<sup>98</sup> Cf Diário da viagem que o Ilmo. E Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão o fez para o Rio Negro à expedição das demarcações dos reais domínios de sua majestade. In MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo II, p. 615.

<sup>99</sup> SOUZA, Fausto Augusto. *Fortificações no Brazil: época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual.* In Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brazil, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert e C., 1885, tomo 48, vol. 71, parte II, p. 66.

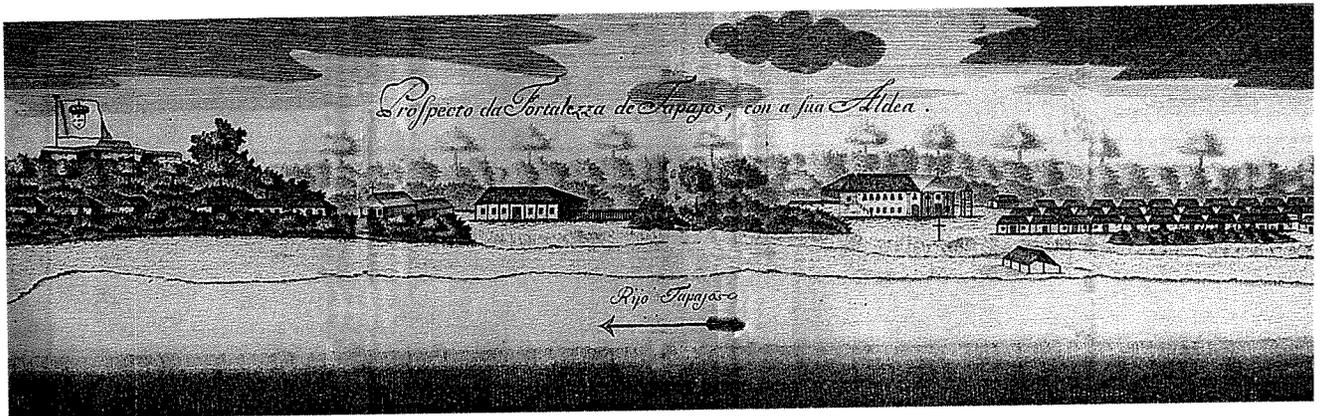
<sup>100</sup> *Idem*, p. 65. Neste artigo é possível ler informações, possivelmente, completas referentes a todas as construções militares portuguesas, dos séculos XVII ao XIX, construídas no Brasil.

*Figura 10: Prospecto da Fortaleza de Gurupá, con a sua Povoação.*



Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 2º tomo, p. 618 B

Figura 11: *Prospecto da Fortaleza de Tapajós, com a sua Aldea.*



Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 2º tomo, p. 622-A

Figura 12: *Prospecto da Fortaleza de Pauxis.*



Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 2º tomo, p. 622-B

É interessante reproduzir aqui as informações oferecidas pelo historiador Adler Homero referentes às fortificações portuguesas construídas no Amapá, antes da Fortaleza de São José de Macapá e que precederam ao governo de Mendonça Furtado. A primeira, na verdade, foi um conjunto fortificado, localizado próximo ao rio Oiapoque, composto pelas casas fortes do rio Araguari. Edificada em 1660, em local exposto aos perigos da pororoca, foi, por isso, substituída, em 1687, pelo Forte do rio Araguari ou Forte do Rio Bataboute, tendo como responsável pela construção o capitão de engenheiros Pedro de Azevedo Carneiro que a planejou em estilo temporário com os muros externos de madeira e, segundo o próprio engenheiro, de má qualidade. Pela planta, segundo a leitura de Adler Homero, era uma fortificação em forma de estrela atenuada (diz-se que uma fortificação é atenuada quando ela é formada por linhas em ziguezague) de quatro lados, com cerca de 33 metros de lado, com muros de, aproximadamente, 4 metros de altura, tendo em seu interior uma casa forte quadrada mais resistente, com menos de 9 metros de lado. Sua destruição se deu pela fúria da pororoca, em 1697, e para substituí-la foi construído o forte de Santo Antônio de Macapá<sup>101</sup>

O forte de Santo Antonio de Macapá ou Cumaú localizava-se “a duas léguas [18 km] e meia da praça de Macapá e duzentas braças [440 m.] da boca do rio Matapi”<sup>102</sup>. Sua construção data de 1688 e sua planta foi traçada também pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro, tendo suas obras sido colocadas sob a responsabilidade de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Esta fortificação foi realizada a pedido do rei de Portugal, Pedro II, em 1685, pois sentia-se a necessidade de impedir o comércio de ingleses, holandeses e franceses com os indígenas. O aval e as observações topográficas foram dados por Gomes Freire de Andrade, governador general do Maranhão (1685 – 1687), que respondeu ao rei afirmando que “a fortaleza que se pode fazer que melhor assegura estes sertões das invasões dos estrangeiros é na terra firme, aonde chamam o Torrego [antiga posição onde localizou-se o forte inglês de mesmo nome]”<sup>103</sup>.

<sup>101</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Cf CARNEIRO, Pedro de Azevedo. *Casa forte feita em um fortim de Estrela. A qual fim em o cabo do Norte em o Rio de Araguari (...)*, 1688. *Apud* CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, págs. 156 e 157.

<sup>102</sup> MEIRA, Sílvio. *Fronteiras sangrentas, heróis do Amapá*, Rio de Janeiro, s.d., p. 40. *Apud* CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>103</sup> Cf. Carta de Gomes Freire ao rei, 15 de outubro de 1685. *Apud* CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 159.

Essa fortificação era de cantaria, artilhada com 6 canhões e com grande guarnição. O término da obra aconteceu em 1695 e, dois anos depois, o forte foi atacado por tropas francesas compostas por de 43 oficiais e soldados, além de um destacamento de índios, sob o comando do capitão La Torrée.<sup>104</sup>

Além desses fortes existiu, também, a Casa Forte da Ilha de Santana, localizada na ilha de mesmo nome, atual município do estado do Amapá, datada aproximadamente 1729. Foi construída após o abandono do Forte de Santo Antônio, diante da rendição das tropas portuguesas os franceses. Esta casa forte serviu como entreposto de embarcações devido a sua fácil ligação com o rio Amazonas, mas, mesmo assim, o rei ordenou a sua mudança para outro “local mais sadio e com melhores possibilidades para a conservação dos soldados [e] da aldeia que determinará fazer junto à mesma força”<sup>105</sup>. Por esta razão, a casa forte foi abandonada; porém, como o rei não aprovava a retirada total das fortificações, ela foi reocupada e ampliada até a criação da vila de Macapá.

Com a criação dessa vila, foi erguido o Forte de São José de Macapá (I), em 1761, na atual cidade de Macapá, sendo Gaspar Gronfeld o engenheiro responsável. Na verdade, sua construção já fora planejada muito tempo antes, para substituir a casa forte da ilha de Santana, e para consolidar, definitivamente, a política de povoamento destinada a assegurar o poder português sobre a região. Esta fortificação era temporária por ser de faxina<sup>106</sup> e ter sido feita de forma muito rápida, de abril a julho de 1761, para servir de defesa urgente contra desembarques no Cabo Norte. Por este motivo o forte apresentava muitos problemas na sua estrutura arquitetônica. Na verdade, as defesas de Macapá eram de má qualidade e diminutas, o que era típico do período para a Amazônia. Desta forma, a efetiva defesa da vila deveria recair sobre os colonos e para organizá-los foram formados dois terços (regimentos) de auxiliares

<sup>104</sup> CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 159 e 160.

<sup>105</sup> Carta Régia ao Governador do Maranhão, 8 de Janeiro de 1730. *In Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Tomo III, 1904, p. 269. *Apud* CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>106</sup> Faxina (antigamente se usava a grafia fachina), no sentido militar da palavra, são ramos finos e desfolhados de árvores, que são entrelaçados, para formar cercas de contenção em trabalhos de terra, cestões ou ainda feixes de madeira para servir como aterro temporário. Um fortim de faxina poderia ser feito de várias formas: barricadas de feixes de faxina amontoados, trincheiras cujas paredes eram formadas por cestos de faxina (gabiões), cheios de terra e empilhados uns sobre os outros, ou ainda construções mais permanentes, de terra solta, cuja forma era mantida por esteiras de faxina. Segundo Adler Homero, os fortes de Macapá que precederam a Fortaleza de São José eram de faxina. (CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 164)

(milícias móveis), um de infantaria e outro de cavalaria.<sup>107</sup> Esta situação foi transformada com a construção da Fortaleza de São José de Macapá que veio a substituir esse forte de faxina.<sup>108</sup>

Mas, antes de providenciar a construção da grande fortaleza de Macapá, Mendonça Furtado formou e enviou várias expedições de reconhecimento e povoamento para a região, tendo realizado em uma delas a fundação da nova Povoação de São José, mais tarde transformada em vila: “Não me pareceu que nada estava primeiro que povoar do que o Macapá, porque temos por ali maus visinhos, e com boas terras, conforme me dizem, e na ocasião presente, sem meios, ou modo de transportar estas gentes para parte mais longe, ali os vou aquartelando, e em saindo a Frota, se Deus me der saúde, vou logo fundar a nova *Povoação de São José*, se S. Maj. fôr servido que assim se chame, e depois declarar-me se quer que seja vila ou cidade, ou que fique em Lugar; porém como fica tão longe, me parece que não poderá deixar de haver ali um Corpo Civil para governo daquela terra. Eu por ora lhe hei de deixar um Juiz do Julgado, e um Escrivão para fazer algum testamento, e ocorrer aos mais casos que sucederem; e assim se governará até S. Maj. ordenar o que quer que se faça. Ainda não tive daquele sítio mais do que as primeiras novas, pelas canoas que transportaram os primeiros Povoadores, em que eles mandaram dizer aos companheiros que estavam muito contentes, porque a terra era boa, e que tinham visto uma grande abundância de peixe e caça. Queira Deus que eles assim continuem, e que façamos ali uma povoação que livre a este Estado da lamentável miséria e ruína em que se acha.”<sup>109</sup>

O Cabo Norte, mais precisamente o povoado de São José, muito preocupou o governador, tanto que foi feita uma expedição, em 24 de fevereiro de 1752, que contou com sua participação pessoal, objetivando conhecer a região ladeada pelo rio Amazonas e, portanto, aberta aos incômodos das incursões estrangeiras. Por isso, foi providenciada para a viagem uma comitiva composta por pessoas que estavam envolvidas com a arte da navegação, com a construção de fortificações militares e com a cartografia: “Partindo do porto desta cidade de

<sup>107</sup> CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 170.

<sup>108</sup> Adler Homero nos explica que existem diferenças terminológicas entre casas fortes e redutos, que são menores; baterias e fortins, que deram origem ao forte de tamanho mediano. Estes seriam as fortificações capazes de se defender de ataques por todos os lados, por períodos mais ou menos longos, sem o apoio de obras suplementares. Nesta classificação, as fortalezas seriam a maior categoria destas obras militares, incluindo em seus elementos obras externas que aumentavam seu valor defensivo. (*Idem*, p. 173).

<sup>109</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 97.

Santa Maria de Belém do Grão Pará para a villa Nova de S. José de Macapá com 3 canoas de minha conserva, levando em minha companhia o meu capitão da Guarda Manoel da Silva e meu secretario o Capitão Gaspar da Costa e o Sargento Mor Engenheiro Carlos Gorjão Rolisso e o Capitão das Fortificações Antonio Gonçalves e o ajudante Aniceto de Távora e com infantaria de minha guarda, o Doutor Físico-Mor Manoel Ignácio, o reverendo padre Capellão D. Jozé dos Anjos Lopes (...) em 24 de fevereiro do Anno de 1752”.<sup>110</sup>

Segundo Marcos Carneiro, conforme carta escrita por Mendonça Furtado, em 4 de dezembro de 1751, informando ao ministro da viagem que faria em 24 de fevereiro de 1752, além desses *homens de ciência* que navegaram na companhia do governador rumo ao Cabo Norte também constavam, na mesma partida, mais uma leva de pessoas vindas dos Açores e quase toda a população do velho presídio e fortaleza de Mazagão, com o objetivo de aumentar a população do povoado do Macapá e, conseqüentemente, garantir o domínio português na parte norte da embocadura do rio Amazonas, medida que, segundo o autor, consolidou a construção da “grandiosa Fortaleza de Macapá” com o que praticamente ficou assegurando o poder da coroa sobre tão cobiçadas terras.<sup>111</sup>

Observa-se, na mesma correspondência, que a viagem também teve preocupações militares e científicas evidenciadas na marcação das longitudes e latitudes do território: “ficando aportado no porto da villa do Cameté... E... 4... L... 3 por esta paragem vem cortando a agulha no rumo S... e é preciso trazer Índio practico pela razão de muitas coroas de areias e algumas trovoadas para saberem as esperas, para obrigarem as canoas (...) / partindo da dita paragem ( ilha de Santa Anna) até o porto de Macapá E ... 3 ... L ... 3 ... aportando em 8 de Março o presídio onde habita o Capitão Manoel Sarrão com alguns soldados fazendo vigia com 3 peças d’artilharia situada em = „ 8 m. „ N. (...) / e de que quebra muito o mar naquelle porto (de Macapá) e fronteiro a elle com 3 dias de viagem por entre ilhas. 3 aldeas de Índios chamados Aroans pertencem aos padres de Santo Antonio e os ditos Índios costumão hir a Cayana porto dos Francezes, e a dita villa (Macapá) é habitada hoje de muitos cazais que vieram da ilha da Graciosa que embarcarão no porto a ilha Terceira, motivo porque foi S. Exa a situa-los e dar-lhe posse (...)”.<sup>112</sup>A preocupação com o assédio estrangeiro, principalmente

<sup>110</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

<sup>111</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Idem*, nota de rodapé 12.

<sup>112</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Idem.*

dos franceses, está explícita nesta correspondência, onde Mendonça Furtado alerta para o fato do povoado de Macapá fazer fronteira com as terras francesas de Cayena, na atual Guiana Francesa.

O ponto culminante das demarcações seria o lugarejo de Macapá que, segundo informa a carta, foi transformado em povoado em ato presenciado, inclusive, pela população procedente da África. A intenção, além de racionalizar o conhecimento fronteiriço, era também de oficializar a posse portuguesa sobre aquela zona tão vulnerável às investidas estrangeiras, isto por se tratar de uma região estratégica, já que por ela facilmente se poderia adentrar o interior aurífero do Brasil: “e em dia de S. Jozé 19 do dito se festejou na Matriz em aplauso da nova fundação e descarga de artilharia e mosquetaria com os mais estylos militares foi S. Exa em companhia do R.do P. e Vigário Miguel Ângelo de Moraes e as mais pessoas que acompanhavam a um lado da praça e se benzeu o lugar em levantando os paus para dar principio as cazas com Victoria dizendo Viva El-Rei e se deteve até o fim de Abril com assistência em todo esse tempo, mandando descortinar a Praça e abrir duas allas para desaguar um pery para o mar que se acha no fundo da Praça, e para o fundo da dita grandes Campinas, e nesta demora averigou o Sargento Mor a medição para a dita Praça e o grande zello de s. Exa mandando caçar e pescar para o sustento daquelle povo”.<sup>113</sup>

Em outra carta, escrita em 25 de janeiro de 1752, Mendonça Furtado informa à Fazenda Real sobre a chegada dos casais das Ilhas dos Açores, os respectivos pagamentos e seu encaminhamento para o sítio de Macapá, juntamente com um cirurgião, uma botica e um clérigo, que seriam responsáveis pela saúde do corpo e da alma dos povoadores da vila que já somavam, na ocasião, mais de 456 moradores.<sup>114</sup>

Em seguida, na viagem de 24 de fevereiro de 1752, embarcou o próprio Mendonça Furtado, que, entre outros afazeres, como informou a Diogo de Mendonça, deveria cuidar da guarnição daquela porção cobiçada pelos franceses e que, segundo o governador, não estava preparada para defender-se, sendo bastante vulnerável, apesar de sua importância estratégica: “não temos naquele sítio mais que um pequeno conduto [ou reduto?] com nome de presidio

---

<sup>113</sup> *Ibidem*.

<sup>114</sup> Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Pará, em 25 de janeiro de 1752. *In*: Carneiro de Mendonça. *Op. cit.*, p., 208.

de Macapá, o qual é fabricado de terra e sem defesa alguma”. Mendonça Furtado alertou ainda que a região “só não é a chave da margem setentrional das Amazonas, mas de todo este largo país...”.<sup>115</sup>

Além dessas informações, consta ainda na mesma carta um alerta sobre a necessidade de se construir, com brevidade, naquela povoação alguma fortificação que fosse suficientemente grande e forte. Para este feito, era preciso que o rei D. José I enviasse para lá um engenheiro que fosse hábil e inteligente, robusto e honrado, pois o que havia no Grão-Pará era muito velho e a Fazenda Real do Estado não dispunha de dinheiro para contratação de outro profissional. Além disso, queixava-se Mendonça Furtado da escassez de canoas e índios para remá-las na condução, para aquele povoado, de pessoas importantes para o estabelecimento da ordem. Relata, também, a necessidade de se chamar até a Secretaria de Estado os Procuradores das Religiões que lá estavam estabelecidas, para explicarem as razões da falta desses importantes materiais para a concretização da política colonizadora e, neste momento, o *imbróglio* entre o governador e os jesuítas começou a se complicar, acabando por finalizar-se com a expulsão dos “batinas pretas”, não somente do Grão-Pará, mas, também, de todo o império Português.

Além disso, destacava o governador que pedras não seriam problema, pois existiam em abundância na Ilha de Santa Ana, que ficava, como escreveu, “a menos de três léguas de distância daquela praça”, e para seu transporte até o canteiro de obras seriam suficientes apenas quatro canoas. Entretanto, não dizia o mesmo sobre a cal que, segundo informava, era escassa, existindo a possibilidade de a mesma ser extraída de uma concha mineral chamada “sernambi”, a qual não existia em abundância e localizava-se a uma distância que não compensava os custos de transporte. Portanto, era necessário que o rei mandasse vir de Alcântara carregamento de cal da pedra de Algarves, para misturar-se à existente na região.<sup>116</sup>

Para atender aos apelos de Mendonça Furtado sobre a necessidade de se fortificar o extremo norte, a corte enviou ao Estado do Grão-Pará o ajudante-engenheiro Henrique

<sup>115</sup> Carta escrita por Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Para, 25 de janeiro de 1752. In: Carneiro de Mendonça. *Op. cit.*, págs. 208 e 209.

<sup>116</sup> Carta escrita por Mendonça Furtado a Sebastião José. Mariuá, 14 de novembro de 1755. In: Carneiro de Mendonça, págs. 832 a 835.

Antônio Gallucio, italiano, que seria responsável pelo projeto e construção da Fortaleza de São José de Macapá. Sua vinda foi anunciada pelo Padre José Moreira, em carta escrita ao governador-general, a quem pediu proteção para o profissional que para lá fora destacado.<sup>117</sup> Em outra carta, enviada por Mendonça Furtado ao Ministro Pombal, foi apresentada a necessidade de que os trabalhadores enviados à região não fossem aplicados somente na construção do forte de Macapá, mas, também, de outros que se pretendia erguer na região. Para a resolução deste problema, e de outros de ordem econômica, foi sugerida pelo governador a criação de uma Companhia Geral de Comércio Nacional, que teria a responsabilidade de trazer e concentrar escravos negros na região, destinando-os à construção, no norte da colônia, de um cinturão fortificado.<sup>118</sup>

O problema das investidas estrangeiras na Amazônia também foi trabalhado por José Alves Júnior, que apresenta a problemática da presença estrangeira na região do extremo norte da colônia, trazendo dados que demonstram que, desde o século XVII, holandeses, ingleses e franceses já rondavam a referida área, instalando-se em fortificações por eles construídas no interior do território amazônico.<sup>119</sup>

Outra questão apontada por Alves Júnior diz respeito à política de colonização portuguesa no Grão-Pará, indicando o envio de centenas de degredados para a capitania<sup>120</sup>. Entretanto, Carneiro de Mendonça nos apresenta correspondência de Mendonça Furtado relativa ao envio de casais açorianos para aquela região, como já lembramos anteriormente. Não podemos deixar de considerar, porém, que a vinda de degredados para o Grão-Pará coincidiu com o programa das sesmarias, ou seja, em período anterior à vinda de Mendonça Furtado para o norte da colônia, sob as ordens do ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo.

Essa política colonial de povoamento implantada no Grão-Pará, antes da chegada de Mendonça Furtado à região, talvez tenha coincidido com a débil governança para lá

<sup>117</sup> Carta escrita pelo Padre José Moreira em Lisboa em 14 de maio de 1753. *In: Carneiro de Mendonça. Op. cit.*, p. 371.

<sup>118</sup> Carta escrita por Mendonça Furtado a Sebastião José. Pará, 24 de janeiro de 1754 *In: Carneiro de Mendonça. Op. cit.*, p. 458.

<sup>119</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p.13 e 14.

<sup>120</sup> *Ibidem.*

encaminhada, segundo as queixas do governador pombalino do norte da colônia, influenciando a desordem generalizada que se instalara na região e que fora denunciada por este governador, através das cartas por ele escritas a seu irmão e ao rei D. José.<sup>121</sup>

Em Mendonça Furtado, contudo, estava depositada toda a confiança de Pombal e do próprio monarca, visando à concretização nas terras do Cabo Norte de uma transformação que se fizesse sentir na economia, na sociedade e principalmente na política militar, pois dali dependia a segurança de grande parte do interior brasileiro, por se tratar de uma área litorânea e fronteira e, portanto, bastante vulnerável do ponto de vista geopolítico. Por isso, sempre que partia de Belém alguma expedição autorizada pelo governador em direção ao extremo norte, limitado pela povoação de São José de Macapá, as recomendações eram precisas no que concernia à vigilância aos estrangeiros que por ali fossem avistados. Exemplo disso são as instruções que levou o capitão-mor João Batista de Oliveira, quando foi elevar o povoado de São José de Macapá à categoria de vila. Entre outras disposições, Mendonça Furtado foi explícito quanto às recomendações relativas aos franceses e holandeses, mas o governador deixava claro que, no caso de alguns desses serem encontrados naquelas terras, deveriam ser abordados com prudência e brandura, e que o pedido de retirada fosse feito com muita sutileza e sua viagem de retorno a seus respectivos reinos fosse abastecida com todos os produtos que a terra pudesse lhes oferecer. Mas, o governador advertia que, no caso de reincidência, os estrangeiros deveriam ser retidos e o fato comunicado a ele imediatamente.

Suas ordens eram claras e objetivas, devendo o encarregado, João Batista de Oliveira, após uma abordagem pacífica que deveria se basear nos capítulos do tratado da Paz de Utrecht, assinado entre Portugal e França, usar da cordialidade, mas, no caso de algum francês atentar contra a vida dos moradores da vila de Macapá deveria, então, aquele Capitão-Mor utilizar toda rigorosa defesa de que dispusesse para fazer com que o inimigo retrocedesse à sua Praça. O mesmo deveria se aplicar aos holandeses denunciados por contrabandear as madeiras daquela região.<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Referimo-nos, principalmente à carta de 21 de janeiro de 1752, escrita no Pará pelo então governador e Capitão-General Mendonça Furtado ao ministro Pombal. In: MENDONÇA, Carneiro. *Op. cit.*, págs. 196 a 198.

<sup>122</sup> Correspondência escrita no Pará em 18 de dezembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 115.

Para anular as investidas holandesas na Amazônia, foi providenciado um plano de comum acordo entre Portugal e Espanha, em 1753, para expulsar esses estrangeiros das terras das duas coroas situadas no extremo norte do Brasil. Sobre este plano expôs o Conde de Unhão, João Xavier Telles, a Sebastião José de Carvalho e Mello: “O Conde de Perelada me comunicou nos fins do Mez de Mayo próximo precedente com o recanto do mais inviolável segredo o Projeto que remetto a V. Exa. incluzo debaixo do número 1/ Havendo o feito presente a El Rey Nosso Senhor: e havendo logo então recebido as Ordens de Sua Mag. de respectivas aos mesmo plano: tive com aquelle Embaixador huma segundo Conferencia, em que lhe respondi de palavra ‘ Que o Projeto enquanto ao intento de ficarem as Duas Coroas confinantes pela Costa do mar, hera impracticavel; Que pro aquella parte se extendiam os Domínios de El Rey Nosso Senhor, correndo ao Norte athe o Rio Iapoco; Que depois deste Rio se seguia a Costa de Surinam pertencente a Hollanda; Que nestes termos entre Portuguezes mas tão bem Francezes; Que porém, pelo que tocava ao Sertão, não teria duvida Sua Mag.de a concorrer pela sua parte para se impedir nelle o progresso com que os Hollandezes haviam procurado internar-se pelos Domínios das Duas Coroas, consertando com Sua Mag.de Catholica as medidas que parecessem mais ajustadas para reduzir os mesmos Hollandezes aos limites do que possuem sobre a Costa’.”<sup>123</sup>

Sem dúvida, a preocupação da coroa portuguesa com sua fronteira do norte foi absorvida por Mendonça Furtado, pois são inúmeras as recomendações aos oficiais que cumpriam suas ordens, especialmente para observarem com muito cuidado a ligação dos franceses com a gente que formava a população de Macapá. Esta questão era tão presente que o governador-general escreveu ao bispo D. Francisco Miguel de Bulhões, comunicando-lhe o envio do Ouvidor Geral a Macapá para se informar dos problemas de defesa que enfrentava tão vulnerável região e que este tinha, também, a obrigação de fazer valer o Regimento de defesa daquela possessão portuguesa, haja vista que a sua proximidade com a Guiana Francesa era preocupante, pois Macapá não apresentava nenhum aparelho de defesa que inibisse as investidas dos acordados pelo Tratado de Utrecht. As conquistas dos franceses naquelas

<sup>123</sup> Arquivo Histórico do Itamarati – Documentação Joaquim Nabuco, códice: 340 – 4- 2, parte III, *O Plano secreto de Portugal e Espanha contra os holandezes na Guiana, 1753*, doc 32, 9 de junho de 1753 – Secção XIII, manuscritos X, 2 –2, no 56, 58, 61, Documento compilado da Biblioteca de Lisboa. In: GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia*

regiões deveriam ser freadas a todo custo, porque, como escreveu Mendonça Furtado ao Bispo de Bulhões: “assim como se fizeram os francêzes senhores de toda a Província de Guiana, que é, sem dúvida pertencente a esta mesma Capitania. E se lhe não fizermos uma barreira forte daquela parte, se farão pouco a pouco senhores da toda a Costa Setentrional das Amazonas”<sup>124</sup>.

Por esta carta, o governador informava que, caso isso acontecesse, seria inevitável alcançar o centro da colônia, onde estavam as recém-descobertas minas de Mato Grosso, como também aquelas que viessem a ser descobertas pela coroa portuguesa. Portanto, não era só a segurança daquela imensa parte do país que estava ameaçada, mas a riqueza aurífera do interior da colônia.

A descoberta de ouro na capitania do Mato Grosso acendeu a ambição da metrópole em tornar o norte da colônia uma área economicamente ativa, como vinha acontecendo, por exemplo, com as Minas Gerais. Mas, o retorno dos investimentos feitos nas viagens do Pará ao Mato Grosso não foi o esperado, pois o volume do metal não chegava a ser expressivo, mesmo nas melhores épocas de extração. Para ilustrar, podemos citar o ano de 1760, quando as canoas voltaram ao Pará praticamente vazias. A consequência pôde ser sentida no encarecimento dos produtos negociados naquelas capitanias e na condição onerosa do comércio. Ao invés de uma considerável quantidade de ouro, retornavam para o norte produtos como: cereais, drogas, madeiras diversas e aromáticas, sal, açúcar de boa qualidade e tecidos de algodão. Estes últimos foram, até meados de 1788, os gêneros de grande expressão na Amazônia<sup>125</sup>.

Por isso, o cuidado em fortificar o norte não estava somente ligado à preocupação que Portugal tinha com o centro economicamente promissor, mas, também, de forma secundária, pela grande fartura e qualidade dos produtos agrícolas e animais daquela região, como relatou Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real, em carta escrita no Pará, em 22 de janeiro de 1752, dando satisfação do cumprimento das Instruções Régias de 31 de maio de 1751. Nesta correspondência, o governador informa que até aquela presente data tinha

---

*séculos XVIII e XIX*, Belém, UFPA/NAEA, 1999, p. 84. Além dessa carta, na mesma indicação segue uma cópia do plano secreto.

<sup>124</sup> Carta de Mendonça Furtado ao Exmo. Sr. Bispo [Dom Fr. Miguel de Bulhões] escrita em Mariuá, 4 de janeiro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, págs. 644 a 647.

<sup>125</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, págs. 84 e 85.

descoberto cerca de 39 gêneros, entre eles: “o açúcar, algodão, arroz, cacau, café, “carrapato” (mamona), canela (pouca), couros em sola, (...), jarzelim<sup>126</sup>, tabaco”. Na carta consta, também, a grande variedade de madeira disponível na região, propícia à construção de navios e móveis, mas que, segundo Mendonça Furtado, era tratada com “desprezo e ignorância” pelos habitantes que trabalhavam nas roças, que queimavam a madeira “que valeria muitos mil cruzados, para semearem uns poucos de feijões”.<sup>127</sup>

Alguns autores apresentam trabalhos interessantes sobre a prosperidade dos produtos agrícolas do Estado do Grão-Pará, destacando-se Anaiza Vergolino-Henry, que n’ *A presença africana na Amazônia colonial*, apresenta-nos dados referentes à lavoura do arroz, que foi bastante próspera naquela região entre os períodos de 1775 a 1779; portanto, em momento posterior ao governo de Mendonça Furtado. A produção agrícola do arroz era bastante expressiva, sendo o produto, até mesmo, exportado para a metrópole. Esta informação consta de documentos guardados no Arquivo Público do Pará, que tratam da espera ansiosa dos moradores das vilas de Bragança e Macapá pela chegada de “navios de pretos”, que seriam destinados à plantação e colheita do arroz<sup>128</sup>. Além disso, registram o pedido do então governador João Pereira Caldas à metrópole de mais braços para trabalharem na lavoura de arroz, que tinha sido, naquele ano de 1778, bastante promissora na vila de Macapá. No ano seguinte, o governador reiterava o mesmo pedido, pois a demanda tinha aumentado naquela vila e, em 1786, o seu pedido era atendido por Portugal, que enviou para a capitania pretos oriundos de Cacheu e, em troca, esperava receber “sucessivamente em todos os navios até 800 arrobas de arroz e achas de lenha”.<sup>129</sup>

Outra autora que escreveu sobre a rizicultura na capitania do Grão-Pará e, especificamente, na Vila de São José de Macapá, foi Rosa Elizabeth Acevedo Marin, que apresenta a produção do arroz em duas fases. A primeira coincidiu com o período de construção da Fortaleza de São José de Macapá e de algumas vilas, como a de Mazagão, onde o

<sup>126</sup> “Jarzelim: árvore de onde se extrai azeite semelhante ao de andiroba. Na região, esse azeites têm função anti-inflamatória.

<sup>127</sup> Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça com as contas dos cortes feitos de madeira no ano de 1750. Pará, 24 de janeiro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, págs. 199 a 204.

<sup>128</sup> Série Governadores com a Metrópole, 155 (2). In: VERGOLINO-HENRY. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>129</sup> Série Governadores com a Metrópole, 699 (1395), 699 (1493) e 700 (75). In: *Ibidem*

cereal entrava como parte da ração alimentícia, já que, na falta da farinha de mandioca, era ele que nutria a escassez de alimentos que rondava a vila no século XVIII. O arroz era, também, utilizado como forma de pagamento das tropas, pois o dinheiro naquelas paragens era outro problema presente. A segunda fase apresenta o arroz como produto de exportação para Lisboa, sendo a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão a tutora da comercialização do cereal.<sup>130</sup>

Mas, voltando à temática mais específica deste trabalho, é imprescindível notar que as fortificações ao longo da margem setentrional do Amazonas também funcionavam como posto de fiscalização dos produtos que se levava na navegação monçoeira, pois há registros fiscais de canoas que subiam do Pará e se fazia o recolhimento dos direitos reais no forte Príncipe da Beira. Nesses postos fiscais, os soldados inspecionavam as canoas e, quando acontecia destas transportarem ouro, recebiam então a bordo guardas que nelas seguiam até Belém, onde o imposto seria recolhido<sup>131</sup>.

Os dados a respeito do ouro que saía de Belém para a Casa da Moeda de Lisboa não apresentam, em sua contabilidade, precisão numérica relativa aos carregamentos entre 1769 a 1772, tornando-se ainda mais imprecisos quando se traz à tona o seu envio feito em pó e em barras, sendo que a Companhia do Grão-Pará não incluía a área goiana, principalmente a produção que descia pelos rios Araguaia-Tocantins.<sup>132</sup>

Entre 1772 a 1777, essa Companhia estendeu seu monopólio por Mato Grosso e outras áreas, reexportando para aquela região manufaturas e gêneros diversos que eram pagos em ouro e, até mesmo, dando cobertura ao contrabando com os espanhóis.<sup>133</sup>

Esse fato explica o grande incentivo dado pela mesma Companhia à navegação monçoeira, sendo que os comerciantes privilegiados foram aqueles de grande cabedal e que desfrutavam de largo crédito, inclusive para adquirir escravos, os quais propiciavam duplo lucro, podendo ser produto transacionável, como também, remeiros nas viagens, o que

---

<sup>130</sup> MARIN, Rosa Acevedo. *A agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial*. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). *Op. cit.*, p. 73.

<sup>131</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 85.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 86.

garantia grande economia ao comerciante que não precisava contratar trabalhadores para esta função.<sup>134</sup>

Entretanto, segundo Amaral Lapa, a fixação de moradores nas áreas de mineração sempre foi uma preocupação mais significativa, haja vista que os comerciantes e os mineiros eram volantes. Por isso, a coroa resolveu investir nos lavradores que, embora se apresentassem em menor número, eram fixados na região, razão pela qual esses homens sempre foram os preferidos por Mendonça Furtado para ocuparem as honras e os cargos públicos.<sup>135</sup>

Mendonça Furtado exerceu seu cargo de Governador-General do Grão-Pará e Maranhão até 1759, assumindo, posteriormente, a função de Secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, vindo a falecer em vila Viçosa, a 15 de novembro de 1769, não tendo a chance, portanto, de ver o andamento das obras da grande fortaleza de Macapá, tão requisitada por ele, fato acontecido somente nos governos de Fernando da Costa de Ataíde Teive (1763 a 1772), João Pereira Caldas (1772 a 1780) e João de Napolles Tello de Menezes (1780 a 1783).

---

<sup>133</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Fomento ultramarino e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755 – 1778)*, Revista Histórica, São Paulo, USP, v. 71, p. 129. *Apud*: LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>134</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, págs. 87,88 e 90.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 96 e 103.

## Capítulo II

### O DISEGNO<sup>136</sup>

“A mão e o espírito estão correlacionados quando da ação de criar (...) A mão é ação: ela toma, ela cria e, por vezes, dir-se-ia que ela pensa” (Henri Focillon, *O elogio da mão*).

#### 1. Os engenheiros militares

As mãos, como ferramentas de trabalho, podem ser tanto o produto do pensamento quanto a ação do esforço daquele que ergue e consolida as formas pelo serviço braçal, porque “através delas o homem entra em contato com a solidez do pensamento. Elas o liberam. Impõem-lhe uma forma, um contorno e, dentro da própria escrita, um estilo (...) A ação da mão define o vazio do espaço e o cheio das coisas que o ocupam”<sup>137</sup>

Por isso, pensar sobre os trabalhadores da Fortaleza de São José de Macapá é tentar buscá-los além das suas muralhas de pedra. É ir além da fria materialidade das formas geométricas que ocupam o espaço, pois, como escreveu Bruno Zevi, a arquitetura deve ser interpretada a partir dos pressupostos sociais que apresentam os edifícios como o resultado de um programa construtivo, fundamentado na situação econômica do país e dos indivíduos que promovem as construções, no sistema de vida, nas relações de classe e nos costumes e práticas da vida cotidiana, como também a partir dos pressupostos técnicos que oferecem ao construtor o desenvolvimento das ciências e suas aplicações no artesanato e na indústria, com

---

<sup>136</sup> De origem italiana, a palavra *disegno*, no sentido figurado, significa plano, propósito, intenção, desígnio. (Cf. BUENO, Beatriz Siqueira. “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, número 41, janeiro/março de 2000, p. 40).

<sup>137</sup> *Idem*, págs. 132 e 156.

atenção específica para o que diz respeito à técnica da indústria da construção e à organização da mão-de-obra. Ou, ainda, os pressupostos intelectuais que viabilizam os estilos das construções pelas influências ideológicas do período da obra construída.<sup>138</sup> A própria origem da palavra *diseño* nos apresenta a importância da prática de desenhar, sugerindo a sua importância enquanto veículo de comunicação ou instrumento de ocupação e exploração do espaço real, sempre ligado ao avanço tecnológico e científico.<sup>139</sup>

Ou seja, não nos interessa, aqui, desenvolver uma discussão a respeito das técnicas geométricas empregadas na concepção da Fortaleza de Macapá, mas sim entender o contexto histórico que influenciou os arquitetos e engenheiros que conceberam a sua construção. Interessam-nos os homens que viveram no seu espaço e, também, as relações sociais travadas durante a sua construção, desde os projetos iniciais até a sua finalização, pois “o conteúdo da arquitetura é o seu conteúdo social”.<sup>140</sup> Portanto, estamos privilegiando, como cenário, o contexto político e econômico que, conforme vimos no primeiro capítulo, explica a necessidade da sua construção no século XVIII.

Primeiramente, abordaremos o trabalho dos engenheiros que, sob influências políticas, econômicas e sociais, puseram os seus riscos e traços a serviço da ciência e das ordens reais, já que seus projetos faziam parte dos segredos de Estado e, por isso, basicamente, eram somente do conhecimento do rei, seus conselheiros, do provedor das obras e do engenheiro-mor.

A denominação que se dava aos primeiros engenheiros militares era de *oficial de engenheiros*, e não oficial-engenheiro ou engenheiro, pois dizia-se, por exemplo, *capitão de engenheiros* ou *coronel de engenheiros* como se a condição de ser engenheiro acabasse por nivelar as altas e as baixas patentes, já que se dedicavam igualmente a fazer obras. Assim aconteceu, também, com as primeiras unidades de engenharia do exército que eram denominadas, no Brasil, até o início do século XX, *de batalhões de engenheiros*.<sup>141</sup>

<sup>138</sup> ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira, São Paulo, Martins Fontes, 1996, págs. 53 e 54.

<sup>139</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição, p. 5.

<sup>140</sup> *Idem*, p. 189.

<sup>141</sup> *Ibidem*

Entretanto, os trabalhadores que propriamente projetavam e construíam as edificações em geral eram os *mestres pedreiros*, ou *mestres de risco*, denominações que ainda guardavam uma lembrança das antigas corporações medievais. Confundia-se, também, a função do engenheiro com a do arquiteto e a do construtor, sendo, às vezes, difícil fazer sua distinção com a do artista projetista e do empreiteiro de obras, não havendo em geral diferenças entre o responsável pelo aspecto mecânico-estrutural da obra, que seria o engenheiro, e o responsável pela concepção artístico-arquitetônica, o arquiteto. Segundo Silva Telles, essa indefinição era sentida, principalmente, no período colonial, quando Portugal enviou ao Brasil alguns engenheiros militares, designados indistintamente, em documentos da época, como “engenheiro-mor, engenheiro arquiteto, arquiteto-mor de Sua Majestade, ou mesmo como mestre-pedreiro, sendo o arquiteto um título comum entre os mestres de ofício, que se destacavam na arte de construir”.<sup>142</sup>

Segundo João Carlos Garcia, pesquisador do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, os engenheiros militares, além de serem versados na arte de construir obras militares e civis, também eram os técnicos responsáveis pela construção cartográfica e, por essa razão, os altos postos militares que exigiam maiores conhecimentos de engenharia e arquitetura<sup>143</sup> eram destinados a homens como Henrique João Wilckens, que foi capitão engenheiro das obras da fortaleza de Macapá, entre os anos de 1775 a 1777, e Manuel da Gama Lobo de Almada, governador e comandante que administrou a praça de Macapá, no período de 1775 a 1778.

Contudo, durante todo o período colonial, Portugal não dispôs de um considerável número de engenheiros, e para preencher essa lacuna teve de contratar muitos engenheiros estrangeiros; porém, de acordo com a afirmação de Silva Telles, é de se presumir que alguns deles não possuíam qualquer formação técnica, razão pela qual muitas obras foram entregues a pessoas bastante distantes da área, como foi o caso da *Missão dos padres matemáticos*, que executaram, em 1730, importantes trabalhos geográficos e cartográficos ou, ainda, a construção

---

<sup>142</sup> *Ibidem*.

<sup>143</sup> GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua”. In *As mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 40.

do Forte do Presépio, em Belém, no início do século XVII.<sup>144</sup> Para Maria Fernanda Bicalho, esse incipiente número de engenheiros portugueses e, em consequência, a grande quantidade de estrangeiros que atuaram nas construções coloniais do Brasil podem ser explicados pelo tímido movimento ilustrado ocorrido em Portugal, pois, até o século XVIII, os intelectuais portugueses não haviam se desamarrado de todo do pensamento escolástico. Por isso, desde o reinado de D. João V, passando por D. José I, a coroa convidou vários estrangeiros com notório saber nas áreas da Matemática, Astronomia, Física, Química e Filosofia Natural, para realizarem grandes obras civis e militares na América Portuguesa, como foi o caso dos padres jesuítas italianos Giovanni Baptista Carbone e Domenico Carpassi, que foram responsáveis pelas observações astronômicas da região de Goiás que, como já lembramos anteriormente, era grande produtora de ouro durante o século XVIII.<sup>145</sup>

Nesse grupo de estrangeiros que vieram ao Brasil - principalmente italianos, franceses e alemães - durante todo o período, encontramos Henrique Antonio Gallucio, que possuía conhecimentos de astronomia e engenharia, conforme mostrou nas demarcações de limites previstos pelo Tratado de Madri como, também, na construção da Fortaleza de São José de Macapá. Juntamente com ele veio o bolonhês Giovanni Ângelo Brunelli, que era doutor em Matemática e fora nomeado professor do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra, além de Miguel Ângelo Blasco, procedente de Gênova e, também, Miguel Antonio Cieira, que foi astrônomo e cartógrafo, sendo, posteriormente, aproveitado, assim como Brunelli, como professor do colégio dos Nobres. Todos eles tiveram importante atuação na definição dos limites do Brasil, tanto ao sul quanto ao norte, conforme acordo assinado com a Espanha.<sup>146</sup>

Silva Telles afirma que o número de técnicos estrangeiros que adentraram no Brasil, desde o governo de D. João V, é bastante elevado, notando-se a atuação de 238 engenheiros até 1822, onde constavam 86 portugueses, 22 brasileiros, 16 alemães, 13 italianos, 12 franceses, 2 suecos, 1 suíço e 1 holandês, não havendo registro da nacionalidade dos outros 85. Essa quantidade preocupou o marquês de Pombal que, em 1770, por receio de espionagem,

---

<sup>144</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>145</sup> BICALHO, Maria Fernanda B. *As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo*. In: *Nas terras do cabo norte*, págs. 28 e 29. Para saber mais sobre a atuação de padres jesuítas nas construções do Brasil colonial ver: CORTESÃO, Jaime. *A missão dos padres matemáticos no Brasil*, Lisboa, Studia, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, no 1, janeiro de 1958.

<sup>146</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 29.

decretou que todos os cargos *científicos* no Brasil, que outrora foram entregues a alemães e italianos, fossem remanejados aos brasileiros ou portugueses. Por isso, escreveu a Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, em 1751, determinando: “Observarem e notarem os ditos Estrangeiros as conveniências de todos os Países que vão examinar com o forte e o fraco de cada um deles, para voltarem à Europa instruídos, de sorte que por uma parte acendam mais a cobiça das diversas Potências: dos caminhos e veredas que dos tais estabelecimentos podem conduzir aos sertões mais opulentos e da resistência que podem achar ou não achar nos tais sertões (...), vindo por fim a vulgarizar-se e a fazer-se óbvio para qualquer do Povo o conhecimento dos ditos Sertões, cujo segredo, e não a força, teve o Brasil em segurança há mais de dois séculos, por ter sido impenetrável para os Estrangeiros”. Tal ação impediria que esses cientistas e engenheiros levassem para a Europa “mais noções do que aquelas que couberem na sua lembrança (...), evitando assim que alguns deles venham depois vender manuscritos, ou publicar cartas e relações do Sertão do Brasil”. Para esses estrangeiros cabia apenas “pertencer à curiosidade e à erudição, como são a História Natural do País e as observações físicas e astronômicas que respeitam ao adiantamento das ciências. (...) nenhum oficial ou soldado de qualquer qualidade e condição que seja possa formar cartas ou relação particular nos Países a que se dirigir, ou seja, em parte ou em todo por se evitar a confusão que depois resultaria da multiplicidade das ditas cartas e relações”.<sup>147</sup>

Mesmo antes desse episódio, Portugal já enviara para o Brasil os melhores engenheiros de que dispunha, fato que pode ser atestado, segundo Silva Telles, pelo alto padrão técnico das construções coloniais. Este foi o caso do engenheiro Gregório Gomes Henriques, enviado ao Brasil, pela Carta Régia de 1694: “Para os reparos e fortificações e o que mais for necessário, vai muito bom engenheiro e que também nos fará falta, mas, para partes tão distantes vão sempre os engenheiros mais capazes, porque, se errarem não tem quem os emende”.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup>Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, documentos catalogados por Castro e Almeida, no 15. 195: “Segunda carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Mello para Gomes Freire de Andrade, sobre os oficiais militares que se lhe enviaram, assim nacionais, como estrangeiros, com o motivo da execução do Tratado de Limites. Lisboa, 21 de setembro de 1751”. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>147</sup> TELLES, Pedro Carlo da Silva. *Op. cit.*, p.10.

No que diz respeito a este trabalho, é importante registrar que a estadia do engenheiro Gallucio na capitania do Grão-Pará, anunciada pela carta escrita pelo Padre José Moreira, em Lisboa, em 14 de maio de 1753, teve seus momentos truculentos, pois não somente este engenheiro, mas todos os estrangeiros e a sociedade paraense em geral estiveram sob os pesados olhos da Inquisição, que se estabeleceu no Grão-Pará em 1763. Gallucio, por exemplo, chamou atenção pelos seus poemas, que refletiam sua forte personalidade, enquanto Gaspar João Geraldo de Gronfeld, engenheiro alemão que concluiu as obras da fortaleza de Macapá, chegou a ser acusado de luterano pelo Santo Ofício.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> Arquivo Público do Pará, Ms. De 16 de abril de 1767, códice 1204, Documentos diversos. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 – 1769)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1978, págs. 34, 35 e 36.

Figura 13: *Pormenor do Mappa da Comarca do Sabará, Eng. José Joaquim da Rocha, 1778.*



Fonte: "A construção do Brasil urbano", *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, págs. 41.

## 2. A institucionalização da engenharia

“O construtor, trabalhando o espaço, ele o modela, por fora e por dentro, como um escultor. Ele é o geômetra quando desenha a planta, mecânico quando articula a estrutura, pintor na distribuição dos efeitos, escultor no tratamento das massas. Ele é uma coisa de cada vez e mais uma coisa do que outra segundo as exigências do seu espírito criador e o estágio do estilo”. (Henri Focillon, *O elogio da mão*)

As funções do inventor podem ser melhor compreendidas quando tentamos perceber o avanço tecnológico da engenharia a partir do século XV, momento em que o Renascimento apresenta um novo modelo de engenharia militar que, até então, não estava separada da civil.<sup>150</sup>

Silva Telles explica que, no que diz respeito ao surgimento da engenharia científica, as obras de Leonardo da Vinci e Galileu, séculos XVI e XVII, respectivamente, foram a base da engenharia moderna, pois aliaram suas bases empíricas e intuitivas às leis da Física e da Matemática. Da Vinci, por exemplo, fez a primeira tentativa de aplicar a estática para a determinação das forças atuando em uma estrutura simples, ou seja, a primeira aplicação da matemática à engenharia estrutural. Entretanto, seus estudos nunca foram publicados e permaneceram ignorados durante séculos. Galileu, por sua vez, em 1638, no livro *As duas novas ciências*, trata entre outros assuntos da resistência de vigas e de colunas, sendo esse trabalho considerado o primeiro livro no campo da resistência dos materiais.<sup>151</sup>

Os castelos com suas torres centrais estavam sendo substituídos pelas fortalezas abaluartadas nos vértices, e as muralhas deixavam os ângulos regulares para dar vez aos inclinados, melhorando, sobremaneira, o sistema defensivo das fortificações.

---

<sup>150</sup> Pedro Carlos da Silva Telles explica que o nome de *engenheiro civil*, provavelmente tenha sido usado pela primeira vez pelo engenheiro inglês John Smeaton (um dos descobridores do cimento Portland), em fins do século XVIII, fazendo assim, a distinção entre os engenheiros militares e os civis. (TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 2.)

<sup>151</sup> TELLES. *Op. cit.*, p. 2.

Os castelos com suas torres centrais estavam sendo substituídos pelas fortalezas abaluartadas nos vértices, e as muralhas deixavam os ângulos regulares para dar vez aos inclinados, melhorando, sobremaneira, o sistema defensivo das fortificações.

Esta remodelação das muralhas foi tão importante para o desenvolvimento da ciência militar que alguns historiadores percebem-na como um objeto de estudo de longa duração, iniciado na antiguidade tardia e que vem até os nossos dias. As muralhas, portanto, dividem a História da urbanização em períodos que dependem das suas construções, reparações, reconstruções e, até mesmo, de suas distribuições.<sup>152</sup>

Neste sentido, as muralhas são, efetivamente, um fenômeno técnico, militar, econômico, social, político, jurídico, simbólico e ideológico, definindo as relações do lado de dentro e do lado de fora, ou seja, da cidade e seus arredores: a periferia, os aldeamentos, lugares distantes unidos por caminhos ou pela imaginação, constituindo-se, assim, em marcos iniciais dos processos de urbanização, tanto na Europa quanto no Novo Mundo.<sup>153</sup>

Na modernidade, as muralhas estão ligadas ao progresso da técnica militar e, utopicamente, à defesa da cidade, pois muitas praças fortificadas significaram mais o desenvolvimento urbano das cidades do que propriamente um elemento exclusivamente de combate, como é o caso da Fortaleza de São José de Macapá, aqui estudada.

A destruição ou o desaparecimento das muralhas está ligado ao crescimento demográfico, ao surgimento dos transportes coletivos e, em geral, aos efeitos da revolução industrial, como também ao desenvolvimento arrojado das técnicas militares.<sup>154</sup>

Outro elemento presente nas fortificações, que representa o processo de transformação da engenharia militar e da paisagem urbana é o baluarte que, desde o século XVI, havia sido estudado por Leonardo da Vinci com a elaboração dos primeiros traços de um

---

<sup>152</sup> DE SETA, Cesare e LE GOFF, Jacques. *La ciudad y las muralhas* Trad. Carmen Borra, Madri, Cátedra, 1989, p. 11 e 12.

<sup>153</sup> *Ibidem*.

<sup>154</sup> Enquanto patrimônio histórico, a muralha não pode ser percebida a partir de um conjunto arquitetônico imóvel, haja vista que a própria cidade presente no mesmo território faz parte de um processo dinâmico urbano. (DE SETA, Cesare e LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, págs. 13 e 16)

baluarte angular, teoria surgida sob influência de Vitrúvio que, na Antigüidade, já mencionava o bastião substituindo a torre, o qual deveria ser redondo ou poligonal e não quadrado<sup>155</sup>.

Os baluartes angulares, juntamente com as muralhas, compunham o conjunto do sistema fortificado, onde cada ponto defendia o outro em uma cadeia hierárquica, eliminando os pontos indefesos ou defesas excessivas. Neste modelo poligonal, também conhecido como “strycken”, o baluarte (ou bastião) se converte no ponto mais alto do elemento defensivo e a parte avançada em forma de ângulo saliente, permitindo a vigilância da face externa da muralha, como, também, melhor precisão dos disparos contra aqueles que tentassem escalá-la.<sup>156</sup>

No lugar ocupado pelo baluarte, a partir do Renascimento, segundo Alberti, havia, anteriormente, a torre do castelo que era considerada vulnerável, por ser única. Já o baluarte tinha mais eficácia, pois repetia-se em lugares estratégicos das fortificações. Portanto, essa nova concepção do baluarte, e a ligação de um com o outro pela cortina, propiciou a melhor utilização do canhão, no que diz respeito à trajetória do projétil e, também, na eficaz defesa do interior da fortificação, pois os baluartes permitiam o cruzamento de disparos (“fogo cruzado”), dificultando, desta maneira, o avanço do inimigo.<sup>157</sup>

Os baluartes das fortificações portuguesas do século XVIII eram batizados com nomes de santos e sua formação física era composta de uma face (lado de uma frente fortificada que tem ação frontal) e de um flanco (lado de uma frente fortificada que tem ação de flanqueamento).<sup>158</sup>

Para Silva Telles, a engenharia moderna nasceu dentro dos exércitos e, com a descoberta da pólvora e depois o progresso da artilharia, as obras de fortificações passaram por

---

<sup>155</sup> *Idem*, págs. 317 e 322. A partir das idéias e teorias científicas renascentistas, a dinâmica das construções militares passou a se remodelar como, em 1729, quando o engenheiro militar francês, general Bernard Forrest de Belidor publicou *La science des ingénieurs*, que foi considerado um clássico da época, pois apresentava a cientificidade da engenharia através de estudos sobre as estruturas dos arcos e dos muros de arrimo, embora já tivessem sido empregados empiricamente desde a antigüidade, onde o construtor, na impossibilidade de calcular, tinha de exagerar nas espessuras e nas seções, dando a visão do superdimensionamento das construções daquela época. (TELLES.*Op. cit.*, 2)

<sup>156</sup> *Idem*, p. 335.

<sup>157</sup> DE SETA, Cesare e LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, págs. 334 e 335.

<sup>158</sup> BARRETTO, Coronel Annibal *Fortificações do Brasil (resumo histórico)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958, p. 27.

uma completa modificação, principalmente a partir do século XVII, quando se passou a exigir profissionais habilitados para o seu planejamento e execução. As altas torres e as muralhas retas das fortificações medievais não proporcionavam mais uma boa defesa na era dos canhões, sendo substituídas por muralhas em ângulos geometricamente planejados, de modo que cada face pudesse ser protegida<sup>159</sup>. Com isso, nasceu a necessidade de realizar obras que fossem ao mesmo tempo sólidas e econômicas e, também, estradas, pontes e portos para fins militares, forçando o surgimento dos oficiais engenheiros e a criação de corpos especializados de engenharia nos exércitos, como foi providenciado na França, em 1716, por iniciativa de Vauban e, em Portugal, em 1763, no reinado de D. José I, fazendo parte da reorganização do exército português, promovida pelo Conde Lippe, que atuou no ministério de Pombal.<sup>160</sup>

Nessas circunstâncias, a engenharia portuguesa, durante todo o século XVIII, passou a ser considerada mais seriamente, especialmente após a criação do *Regimento de Oficiais e Mecânicos* (compilado por Duarte Nunes Leão, em 1572, e que regulamentou as corporações de ofícios em Portugal e suas colônias), a partir do qual eram licenciados os mestres de risco, que foram responsáveis pela maioria das construções até o século XIX, que foi quando os artífices tornaram-se legalmente licenciados para projetar e construir, desde que tivessem suas habilidades testadas por exames minuciosos. Essa legislação prevaleceu no Brasil por mais 250 anos, sendo revogada na Constituição do Império, de 1824, que também extinguiu as antigas “corporações de ofícios”, de origem medieval, já que todo o conhecimento dos “mestres de risco” não tinha qualquer base científica, sendo transmitido verbalmente, de geração em geração. Entretanto, segundo Cláudio Bardy, esses ensinamentos empíricos dos mestres de risco foram responsáveis “por obras verdadeiramente grandiosas, equilibradas, sólidas e estáveis que ainda desafiam o passar dos séculos”, como os muitos templos barrocos, as obras públicas e, inclusive, as fortificações da época de Thomé de Souza.<sup>161</sup>

---

<sup>159</sup> Segundo Max Weber, o canhão foi o resultado e não a causa da reestruturação dos exércitos, sua organização, junto com as fortificações, representava o resultado dos progressos da razão e do crescimento da burocracia. Em outras palavras, tanto os exércitos como o modo moderno de conceber as fortificações foram transformados com a introdução da disciplina e do adestramento mental. ( DE SETA, Cesare e Le Goff, Jacques. *La ciudad y las murallas*. Trad. Carmen Borra, Madrid, Catedra, 1989, p. 337)

<sup>160</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 3.

<sup>161</sup> *Idem*, p. 11.

Além dos engenheiros e dos mestres de risco, outros profissionais também intervieram em obras de engenharia, como os chamados “medidores de obras”, que funcionavam como fiscais de obras. Todavia, a profissão de engenheiro, no Brasil, só foi regulamentada no governo de D. Pedro I, através da lei de 28 de agosto de 1828.

### 3. O engenheiro do Rei Sol

As transformações da arquitetura, sentidas desde o Renascimento, muito influenciaram a engenharia militar européia até o século XIX, destacando-se a Itália e a França como países inspiradores das construções portuguesas, quer na metrópole, quer nas colônias.

Da França veio o estilo que nasceu da genialidade do engenheiro da corte do rei Luís XIV, Sebastián Le Preste de Vauban. Devido à precisão das suas obras militares, principalmente as fortificações, Vauban tornou-se homem de confiança do Rei, que o chamava de “chefe da engenharia”.<sup>162</sup>

Nascido em Saint Léger de Foucheret, em 1633, Sebastián Le Preste ingressou como cadete do Regimento de Conde em 1651. Um ano mais tarde, Vauban trabalhou nas fortificações de Clermont, em Lorraine, atuação que lhe rendeu, em 1655, a credencial de Engenheiro e, a partir daí, seu acesso à corte de Luís XIV foi rápido. Graças à credibilidade que conquistou de seus superiores, foi enviado, entre 1660 e 1664, à Alemanha e aos Países Baixos.<sup>163</sup>

Em 1667 e 1668, a França entrou em guerra com os holandeses, tendo Vauban uma ação memorável no sítio de Maestrich (1673) e, como reconhecimento aos seus préstimos, recebeu do rei um favorecimento econômico e o título de Brigadeiro de Infantaria. Posteriormente, por suas atuações nos sítios de Andenarde e do Castelo de Bazoches, foi

---

<sup>162</sup> TOUDOUZE, Georges G. *Monsieur de Vauban*, Paris, Éditions Berger-Levrault, 1954, págs. 8 a 22.

<sup>163</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Territorio y fortificación – Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosperi: influencia en España y America*, traducción de *Veritable maniere de bien fortifier de Mr. de Bauban* por: Gerard Jalain Badoux e Daniele Steffen, España, Ediciones Tuero, 1991, p. 1.

designado Marechal de Campo (1676), sendo o primeiro Engenheiro a obter o título de marechal da França.<sup>164</sup>

Durante a segunda metade do século XVII, Vauban fortificou toda a costa francesa com muita determinação, precisão e dinamismo, recebendo, por isso, os títulos de general, general da França e marquês.<sup>165</sup>

Como engenheiro, Vauban buscou sempre potencializar o nexo entre as praças fortes com o claro domínio do território em seus aspectos econômicos e de recursos naturais de produção. Como estrategista, Vauban construiu suas fortificações não somente como obra de engenharia, mas, também, como expressão de projetos econômicos e políticos.<sup>166</sup>

As contínuas ações bélicas de Luís XIV levaram Vauban a multiplicar-se em diversos trabalhos, desde o Canal de Languedoc (1687) até os desenhos e revistas das praças fortes de Cambrai, Yprés, Tournai, Sedan, Landau e Conde (1692)<sup>167</sup>, e sua dedicação era tão grande que ele não se permitia perder tempo nas demoradas viagens que fazia pela França, percorrendo os canteiros de obra. Por isso, conta-se que, por volta de 1680, resolveu criar um veículo que fosse, ao mesmo tempo, o transporte de locomoção e sua cabine de trabalho. Nasceu, assim, uma curiosa máquina que tinha, na sua parte interna, um modelo inédito de cadeira, como uma grossa caixa bem vasta. A cobertura tinha um telhado que evitava a entrada de sol e poeira, enquanto as janelas eram largas para que o engenheiro pudesse observar a paisagem. Para compor a cadeira, planejou uma mesa que mantinha fixo o material de trabalho.<sup>168</sup>

Nessas viagens, Vauban, sob influência dos baluartes angulares de Leonardo da Vinci,<sup>169</sup> melhorou e criou métodos fortificados que serviram de modelo para muitos países europeus, principalmente para Portugal e suas colônias, até meados do século XIX, sendo a Fortaleza de São José de Macapá pertencente ao seu 8º modelo (que é uma sutil modificação

---

<sup>164</sup> *Ibidem*.

<sup>165</sup> TOUDOUZE, Georges G. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>166</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

<sup>168</sup> TOUDOUZE, Georges G. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>169</sup> *Idem*, 171. Ver também: DE SETA, Cesare e LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, págs. 324 a 330.

do 3º), caracterizado por baluartes pentagonais nos vértices, dando, no seu conjunto, o formato de uma estrela como se verá à frente.<sup>170</sup>

Um ano antes de sua morte, o marechal Vauban estruturou e produziu trabalhos que compreendiam a visão enciclopedista integrada à realidade do seu país, o que levou Voltaire a qualificá-lo como “o primeiro dos engenheiros e o melhor dos cidadãos”.<sup>171</sup>

Algumas vezes, Vauban criticou o despotismo do rei Sol. Uma delas foi quando escreveu ao Embaixador do Rei: “A parte superior ainda que pouco numerosa, afasta-se na França da inferior e se afastará sempre, porque não vejo como pode ser de outra maneira. Isto não obstante há uma diferença infinita entre a utilidade de uma e da outra: uma, que é grande, cultiva as terras e não se aproveita dela e a outra toma para si os frutos e não se dedica senão a inventar meios de obtê-los; uma possui todos seus bens, os consome e os esbanja em superficialidades e a outra morre de fome e miséria”.<sup>172</sup>

Por essas idéias, que iam de encontro aos valores de Luís XIV, Vauban foi considerado transgressor, sendo submetido a processo e condenado a manifestar arrependimento em público. Esse episódio o distanciou de Luís XIV que, mesmo diante dos acontecimentos, quando soube de sua morte, teria dito: “Perdi um homem muito afeiçoado a minha pessoa e ao Estado”.<sup>173</sup>

Vauban deixou desenhos de praças fortes e de novos planos de estratégias de ataque e defesa, tendo criado uma ágil estrutura do Corpo de Engenheiros Militares que, entre 1691 e 1715, influenciou 363 profissionais e alunos, que serviram de base para a formação do Real Corpo de Engenheiros de Portugal e Espanha.<sup>174</sup>

As influências de Vauban, na Europa, foram fundamentais para a evolução dos conceitos de projeto das fortificações. Suas descobertas permitiram o desenvolvimento das artes de ataque e defesa e, conseqüentemente, redefiniram o desenvolvimento técnico e científico da artilharia, a partir do momento em que se estabeleceu maior precisão de tiro e

<sup>170</sup> BARRETO, Coronel Annibal. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>171</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, 2.

<sup>172</sup> Cf. IRAZUSTRA, Julio. *Vauban, La nación*, Buenos Aires, 26 de marzo de 1934. *In: Idem*, págs. 2 e 3.

<sup>173</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>174</sup> *Ibidem*.

seus efeitos, pois esses sistemas consistiam na construção de muros em forma de estrela, tendo em seus ângulos salientes os baluartes que permitiam guardar cada ponto da fortificação do disparo inimigo.

Os métodos de Vauban surgiram sob influência das teorias dos engenheiros holandeses que, no século XVI, aplicaram em seu território as alternativas de fortificações menos custosas e mais práticas para substituir os complexos sistemas criados pelos italianos. Foi então que, no começo do século XVII, com apoio real, foram publicadas várias obras sob sua influência, como o *Tratado de Jean Errard de Bar Le Duc*, que incorporava as normas de fortificação com grandes baluartes e uma linha de defesa projetada em função do alcance dos disparos inimigos.<sup>175</sup>

Os princípios traçados por Errard foram desenvolvidos por Antoine De Ville, que desenhou os flancos dos baluartes perpendiculares ao terreno circundante, para que o inimigo não escapasse da mira. Complementando esses enfoques, apareceu o *Tratado do conde Blaise de Pagan*, inspirado diretamente nas propostas de Vauban. Se De Ville estudou as experiências da escola holandesa de Marolois e Dogen, que tendiam a redobrar o fogo da praça, Pagan problematizou os procedimentos de bombardeio, estudando os sistemas de artilharia e analisando as formas de construção das casamatas e baluartes interiores, incluindo a construção do armazém de pólvora no centro dos baluartes vazios.<sup>176</sup>

Os complexos fortificados criados por Vauban agregavam, ainda, os elementos externos da construção, como o conjunto de *terraplenos* e um *fosso*, permitindo, assim, maior visibilidade dos disparos, facilitando, também, a colocação das *baterias* de artilharia. Com isso, as obras Vaubanianas influenciaram grande parte dos países da Europa, passando-se a adotar esses princípios defensivos, divididos em três sistemas que serviram de base para, pelo menos, mais sete métodos. Os princípios que asseguram o “primeiro sistema” de Vauban foram geralmente adotados por Pagan, onde cada lado do bastião é defendido pelo flanco de um bastião adjacente, cruzando-se fogo por toda a extensão das cortinas. O problema deste

---

<sup>175</sup> ERRARD DE BAR LE DUC, Jean. *A fortificación reduicte em art et demostrée*, Paris, 1600. Também PIERRET, Jacques. *Des fortifications et artifices, Architecture et perspective*, Paris, 1601. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>176</sup> DE VILLE, Antoine. *Les fortifications du Chevalier Antoine de Ville*, Lyon, Barlett, 1638. In: *Idem*, págs. 4 e 5.

modelo residiu na vulnerabilidade dos baluartes, pois não permitia disparos à distância<sup>177</sup> (Figura 14).

Foi então que Vauban criou um segundo sistema de defesa, separando as obras de ação distantes daquelas mais próximas e, assim, criou a muralha interna que dava cobertura aos elementos internos do forte, que eram protegidos, também, por uma segunda muralha adjacente. Como complemento dessa modalidade, ele criou em Besançon (1687) um sistema que implicou na construção de torres bastionadas, que deram maior eficácia ao fogo defensivo. Essas torres foram construídas por cima de casamatas, sendo protegidas, adiante, por grandes baluartes chamados de contraguardias (ou revelim). Houve, portanto, uma valorização dos fossos, que passaram a ser assim construídos: um diante da contraguardia e na média lua e, outro, diante das cortinas e torres. Por isso, era imprescindível o reconhecimento dos relevos topográficos e dos acidentes geográficos para a melhor utilização e domínio do terreno. Para Vauban, essa tática objetivou, sobretudo, a redução das perdas humanas.<sup>178</sup> (Figura 14)

O terceiro sistema resultou da remodelação do segundo, sentida na diminuição dos flancos e na construção de casamatas mais salientes. Os problemas destes últimos modelos assentaram-se no aumento dos custos das obras, que foram somados a alguns inconvenientes técnicos, como, por exemplo, a ventilação das casamatas e também a inabilidade de sua defesa visual encoberta pela muralha interna.<sup>179</sup> (Figura 14)

Para autores como Ramón Gutiérrez e Cristina Esteras, Vauban não se considerava um tratadista de fortificações, mas um realizador de obras construídas sob suas experiências e inspirações. Entretanto, no que interessa a este trabalho, é importante salientar, também, que esses avanços no campo do ataque e defesa constituíam “segredos de Estado”, o que expressa as razões de retomada *tardia* dos métodos desenvolvidos pelo marquês de Vauban.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 6.

<sup>178</sup> *Idem*, págs. 7, 8 e 10.

<sup>179</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 9. Sobre os métodos de Vauban consta ainda: “No primeiro sistema, tipo construção à italiana, há uma relação entre as várias partes da fortificação, visíveis e flanqueadas. Os baluartes são espaçosos e os ângulos distam 350 metros uns dos outros. No segundo sistema, o corpo da praça não possui flancos e é constituído por uma cortina em linha reta. O terceiro sistema caracterizava-se por um conjunto de pequenas torres abaluartadas, com parapeitos sobre uma plataforma apropriada à defesa, e tendo rasgadas nos flancos dos muros maciços as aberturas para os canhões, enquanto no centro da praça se localizava o armazém da pólvora”. CD-ROM “Fortaleza Multimídia: Anhatomirim”

<sup>180</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 12.

#### 4. Permanências e mudanças nas propostas de Vauban

Vauban não se apegou a sistemas uniformes em suas fortificações, utilizando elementos ecléticos, sem se preocupar com formalidades impostas pelas “Escolas”. O certo foi que os exércitos, nas áreas de defesa, adotaram-no como modelo apenas aperfeiçoado pelos tratadistas do XVIII.<sup>181</sup>

Uma das propostas de Vauban dizia respeito aos estudos de artilharia, pois o sistema de fogo e defesa das fortificações era o que formava a unidade das construções. Os canhões, por exemplo, possibilitavam a destruição das cidades, inclusive por cima de suas defesas e para evitar esse dano era necessário abastecer as baterias de armamentos que pudessem defender o interior do forte.<sup>182</sup>

Um dos teóricos que adaptaram os métodos de Vauban foi Coehoorn, que utilizou revelins pequenos com o objetivo de afastar o inimigo da praça forte. Entretanto, foi o engenheiro Montalembert o que mais propôs modificações nos modelos de Vauban, preocupando-se, primeiramente, com os espaços vazios e a melhora dos espaços cobertos que faziam a comunicação no interior da fortificação, remodelando as minas e o sistema de inundação dos fossos, além de problematizar a colocação dos militares nos revelins e nos baluartes.<sup>183</sup>

A releitura dos tratados de Vauban alcançou seu apogeu no século XVIII, com a sanção que regulamentou a profissão dos Engenheiros Militares da França (1744), a criação da Escola de Engenheiros de Mezieres (1748) e a reestruturação do Corpo de Engenheiros (1762).<sup>184</sup> Suas produções foram intensamente estudadas em escolas francesas, como a École Nationale des Ponts et Chaussés, École Nationale Supérieure des Mines e a Génie de Mezièressomam, resultando numa grande quantidade de documentos, cartas, desenhos, croquis

---

<sup>181</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 109.

<sup>182</sup> *Ibidem*.

<sup>183</sup> LE BLOND, Mr. *Elementos de fortificación*. Imp. Joaquín Ibarra. Madrid, 1776. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>184</sup> GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 114.

e manuais que estão expostos nas bibliotecas e arquivos civis e militares de Paris, Lyon, Bordeaux, Nîmes e outros lugares da França.<sup>185</sup>

Além disso, importa registrar aqui que as obras de Vauban muito influenciaram os engenheiros portugueses e estrangeiros responsáveis pela reconstrução das cidades após o terremoto de 1755, os quais absorveram técnicas da engenharia desenvolvidas, principalmente, por italianos e franceses, passando a desenvolvê-las em todo o Reino português.

## 5. Da teoria à prática

No livro de Gutiérrez e Esteras, encontramos considerações de Vauban acerca dos seus métodos de fortificar, e o que nos chamou a atenção foram algumas teorias que permitiram não só entender algumas características do projeto de construção da Fortaleza de São José de Macapá, como também reconhecer os seus “riscos” vaubanianos.

No livro 1, por exemplo, Vauban explicou que a arte de fortificar surgiu para preservar o direito dos povos, guardando-os de qualquer ameaça e que, no princípio, as fortificações tinham uma arquitetura rudimentar, composta por simples fosso, e a terra dele extraída transformava-se em parapeitos reforçados com troncos de árvores e paus entrelaçados com galhos verdes.<sup>186</sup>

Esse tipo de defesa funcionava contra artilharias pequenas e para fazer proteção contra as flechas, mas com a utilização dos fuzis, granadas, bombas e, principalmente, com os canhões, foi necessário construir muralhas com espessura aumentada com a. Entretanto, por mais violento que fosse o canhão, não se comparava ao poder de destruição das minas - uma pequena câmara cavada abaixo do lugar que se pretendia guardar -, que eram muito perigosas

<sup>185</sup> TOUDOUZE, Georges G. *Op. cit.*, págs. 34 e 35.

<sup>186</sup> MR DE VAUBAN. Verdadeiro método de fortificar donde se mostra o método que se usa atualmente na França para fortificar as praças, org. Mr L' Abbé Du Fay e Chevalier De Cambray, Amsterdam, Por Pierre MORTIER, Librero, M. DCCII. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 164.

porque, ao serem disparadas, podiam soterrar até mesmo o soldado responsável pelo seu funcionamento.<sup>187</sup>

Vauban, em regra geral, determinou que nenhum lugar da fortificação deveria ficar fora da mira dos atiradores, munidos de pequenas armas de fogo (como os fuzis que levavam pouco tempo para serem preparados), pois era preciso anular todos os pontos vulneráveis. Alertou que os armazéns de pólvora necessitavam da máxima proteção contra o fogo e, por isso, era necessário construir um estrado de carvalho preenchido, por baixo, com carvão. Todavia, seu telhado abobadado e de grande espessura deveria ser à prova de bombas. Além disso, esses armazéns deveriam ter duas muralhas grossas, uma interna e outra externa, “com aberturas tão pequenas que um rato não pudesse passar”.<sup>188</sup>

Esse espaço a ser fortificado poderia ser, muitas vezes, a reconstrução de uma velha fortificação ou a construção de baluartes em outras, ou ainda o aproveitamento do relevo, de uma ilha ou das margens de um rio, para dominar a planície e aumentar a construção. Contudo, o resultado positivo da obra não dependia somente do conhecimento geológico, mas também da sugestão de outras pessoas envolvidas na empreitada.<sup>189</sup>

Sobre as vantagens e desvantagens dos terrenos, Vauban alertou, por exemplo, que um lugar pantanoso poderia ser tanto um obstáculo para o inimigo, por ter a sua frente uma barreira natural que dificultava a utilização de minas, como uma construção de baixo custo, porque não requeria uma guarnição importante. Entretanto, tratava-se de um lugar de difícil acesso, inclusive para as tropas de socorro. Já os lugares cercados por água resultavam, também, na impossibilidade de miná-lo, mas os disparos dos canhões inimigos tinham menos efeito, já que a água amortizava sua força e os sitiados podiam facilmente incendiar o barco inimigo, haja vista que a frota invasora estava demasiadamente exposta à artilharia da praça.<sup>190</sup>

No que dizia respeito às praças construídas ao redor de um grande rio, como é o caso da fortaleza de Macapá, as vantagens estavam na utilização de suas águas como meio para

---

<sup>187</sup> Mr DE VAUBAN. Verdadeiro método de fortificar donde se mostra o método que se usa atualmente na França para fortificar as praças, org. Mr L' Abbé Du Fay e Chevalier De Cambray, Amsterdam, Por Pierre MORTIER, Librero, M. DCCII. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, p. 164.

<sup>188</sup> *Idem*, págs. 165 e 187.

<sup>189</sup> *Idem*, p. 192.

<sup>190</sup> *Idem*, p. 193

transportar tudo o que fosse necessário à obra, resultando em custos baixos. Mais ainda, a terra era abundante para reparar as construções e edificar os recintos, era possível construir um sistema de comporta para inundar os terrenos vizinhos, a falta de água nunca seria problema e o inimigo, mesmo atacando por terra ou pelo rio, sempre deixaria uma opção de fuga ou de socorro ao sitiado. Entretanto, o rio também poderia servir aos objetivos do invasor, que poderia utilizá-lo como meio de ataque.<sup>191</sup>

Vauban chamou a atenção, também, para o fato de que a boa utilização do terreno dependia de uma minuciosa observação de suas formas e características, como as montanhas que ofereciam um terreno arenoso que podia ser de péssima qualidade, pois as pedras não aderiam à argamassa e, portanto, tinha tendência a desabamentos. As áreas pantanosas poderiam ser melhores, ainda que não fossem as mais propícias, pois quando o terreno secava os muros e parapeitos desmoronavam, sem contar que havia escassez de terra nos arredores. Entretanto, se a construção nesse terreno fosse inevitável, a obra deveria ocorrer no verão, quando a terra teria mais consistência.<sup>192</sup>

É interessante notar ainda que Bruno Zevi também faz algumas considerações interessantes a respeito do espaço da construção: para ele, “a história da arquitetura é antes de tudo e, essencialmente, a história das concepções espaciais”, e a interpretação exclusivamente técnica da arquitetura é um equívoco porque limita toda a trajetória histórica da ciência, considerada o “o aspecto visual da História”, sem contar que o *olhar científico* nos faz enxergar o significado da revolução do desenho arquitetônico, que permitiu aos técnicos projetarem no papel um edifício “como o homem o vê”.<sup>193</sup>

Porém, muitas vezes, esse *olhar científico* se contradiz, quando observamos as formas a partir dos estilos arquitetônicos e dos sentimentos que afloravam durante o surgimento dos diversos movimentos culturais. Nesse sentido, é interessante observar que existe uma tendência que nos permite uma leitura por assim dizer *humanizada* das formas geométricas, como por exemplo, as linhas retas e curvas, que significam, consecutivamente, rigidez, decisão,

---

<sup>191</sup> *Idem*, págs. 194 e 195.

<sup>192</sup> *Ibidem*.

<sup>193</sup> ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira, São Paulo, Martins Fontes, 1996, págs. 27, 142 e 143.

força e hesitação, flexibilidade ou valores decorativos<sup>194</sup>. Essa *mélange* de formas é perceptível na Fortaleza de São José de Macapá, principalmente nos arcos das portas e nos tetos abobadados.

Os engenheiros militares não podem ser percebidos, como já lembramos, à parte do processo de formação do Império português, pois munidos de seus aparatos de trabalho - régua, prancheta, compasso, penas e papel - chegaram a regiões que os olhos do rei não alcançavam, concebendo projetos com o objetivo de garantir e expandir as riquezas da Coroa portuguesa.<sup>195</sup>

Assim aconteceu com o capitão Engenheiro Gaspar João Gerhaldo Gronfeld que, a pedido do governador Manoel Bernardo de Melo e Castro, desenhou, em 1761, a planta do forte de faxina construído na vila de São José de Macapá, inaugurado em 31 de julho de 1761, e que substituiu o antigo forte de Santo Antônio de Macapá<sup>196</sup>. Entretanto, foi no governo do Capitão General Fernando da Costa Ataíde Teive que o engenheiro italiano Henrique Antônio Gallucio examinou o terreno e aprovou a nova planta geral da Fortaleza de São José de Macapá.<sup>197</sup>

Da mão desses engenheiros saíram algumas grandes obras destinadas à manutenção do Império português, sempre preocupado em resguardar as fronteiras do extremo norte da cobiça de estrangeiros, principalmente franceses. Assim, a formação técnica dos engenheiros militares fez parte, também, da política expansionista de Portugal.

Entretanto, como escreveu Serrão Pimentel, era preciso *methodo* para desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares. Desde o século XVI, Portugal já vinha desenvolvendo sua ciência da construção militar, fato explícito na Aula do Paço, criada em 1562, e que consistiu no projeto educacional que fazia circular as produções tratadísticas de outros países da Europa, principalmente entre os especialistas portugueses. Esses textos científicos eram traduzidos e estudados, havendo ao mesmo tempo um intercâmbio

---

<sup>194</sup> *Idem*, 161

<sup>195</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 58.

<sup>196</sup> BARRETO, Coronel Annibal. *Op. cit.*, págs. 55 e 56.

<sup>197</sup> *Ibidem*.

alimentado pela vinda de engenheiros italianos para Portugal e a ida de portugueses para estudar na Itália.<sup>198</sup>

No período da União Ibérica, Felipe II também promoveu grande incentivo à institucionalização do ensino de arquitetura, com a criação da Aula de Riscar, com sede no Paço da Ribeira, em Lisboa, contendo em sua estrutura curricular aulas de cosmografia, esfera, geografia, hidrografia, astronomia, astrologia, náutica e, mais tarde, por expressa ordem régia, arquitetura militar. Em Madri, nesse mesmo período, houve uma preocupação tal qual a de Portugal, no que concerne à profissionalização do ensino de arquitetura, consolidado na criação, em 1582, da Academia de Matemática y Architectura.<sup>199</sup>

Por volta de 1641, ano definidor do período restaurador da soberania portuguesa, foi fundada em Portugal, no Paço da Ribeira, a Aula de Artilharia e Esquadria, transferida, em 1647, para a Ribeira das Naus, sob a designação oficial de Aula de Fortificação e Arquitetura Militar ou Aula da Esfera, que funcionou na Escola de Santo Antão, onde se ensinava matemática aplicada às fortificações, à engenharia e à navegação. Para alguns pesquisadores, essa escola foi a precursora do ensino da engenharia em Portugal e no Brasil, com destaque, naquele período, para Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes.<sup>200</sup>

Manoel de Azevedo Fortes, durante muito tempo, foi o engenheiro-mor do reino português. Ele nunca esteve no Brasil, mas sua influência como construtor foi grande, graças aos seus projetos, aos alunos que formou e ao seu célebre livro *O engenheiro português*, considerado uma enciclopédia de todos os conhecimentos de engenharia de sua época,<sup>201</sup> valendo ressaltar que a primeira versão do projeto da Fortaleza de Macapá foi de sua autoria.<sup>202</sup>

Luís Serrão Pimentel, por sua vez, organizou, em 1647, a Aula de Fortificação e Arquitetura, transformada, a partir de 1790, em Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, a qual serviu de modelo para as instituições fundadas no Brasil. Além disso,

<sup>198</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *A praça da guerra – aprendizagens entre a aula do Paço e a aula de fortificação*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, no 41, janeiro/março de 2000, p. 32.

<sup>199</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>200</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, págs. 3 e 83.

<sup>201</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>202</sup> *Ibidem*.

escreveu, em 1680, o *Methodo lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, sendo este o primeiro tratado dessa natureza impresso e publicado em Portugal. Entretanto, não se pode negar que Serrão Pimentel muito se influenciou pelas produções francesas e holandesas para elaborar esse tratado da arquitetura militar portuguesa, que também carregava em seus traços as teorias cartesianas esboçadas nas definições métricas e práticas para cada elemento da praça de guerra, promovendo, assim, o afastamento da arquitetura portuguesa dos padrões manuelinos<sup>203</sup> (Figura 15).

Para Margarida Tavares, o *Methodo lusitânico de desenhar fortificações* não resultou na produção de um modelo de cidade militar. Seus desenhos são, especificamente, voltados para uma análise tipológica dos espaços oscilantes entre a hierarquia e dimensões e, também, da tipificação e zoneamento dos equipamentos complementares. Seu programa aproxima-se de uma figura dentro de um regulamento urbanístico, fixando um conceito operativo de praça de guerra.<sup>204</sup>

Além do mais, essa obra faz parte do projeto de institucionalização do ensino das aulas de engenharia militar, criadas em 1647. Na primeira lição, sob influência do método de Serrão Pimentel, propunha-se que: “Nas cidades, villas, ou lugares antigos, que de novo se fortificam, senão podem dispor as partes interiores com a perfeição que nas que de novo se fabricam; mas convém que nós cheguemos quando puder ser a mayor regularidade”. A prioridade era, portanto, o equilíbrio entre o ideal, o conveniente e o possível ao período, a partir da diferenciação entre o que *poderia* ser feito e o que *deveria* ser feito.<sup>205</sup>

Portanto, o método lusitânico instruía que as praças de guerra deviam ser flexíveis para serem adaptadas ao espaço geográfico, já que o império português expandia-se em áreas

---

<sup>203</sup> *Idem*, p. 45. Gostariamos de retificar duas colocações feitas no texto de Pedro Telles: o nome do forte é São José de Macapá e, não, São Pedro como está registrado. A segunda refere-se ao período de construção, que foi de abril a março de 1761, e não 1738 a 1764 como está registrado.

<sup>204</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>205</sup> *Ibidem*

naturalmente diversas. Nesse sentido, as fortificações significaram uma efetiva modernização das técnicas defensivas preparadas para o impacto da artilharia.<sup>206</sup>

Segundo Beatriz Bueno, esse tratado não significava uma mera representação gráfica, mas a instrumentação necessária para a viabilização do projeto e da obra.<sup>207</sup> Já para Margarida Conceição, o seu pragmatismo objetivava a estabilização de um método científico de fácil transmissão, capaz de preparar técnicos habilitados a atuar tanto na fundação de novas cidades, como na intervenção em tecidos consolidados. Tal método foi aplicado em situação quase informal nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, São Luís do Maranhão, Recife e Belém, sendo que essas praças foram, posteriormente, reformadas pela atividade de Manuel de Azevedo Fortes.<sup>208</sup>

No século XVII, houve também uma intensa contribuição dos jesuítas para o ensino científico, graças à vocação pedagógica e supranacional da Companhia de Jesus. As aulas dos jesuítas refletiam a velocidade das inovações introduzidas na arquitetura militar, as quais foram testadas nas grandes campanhas de fortificação durante o domínio espanhol, mas que já vinham sendo aplicadas desde o período Sebástico.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> *Ibidem.*

<sup>208</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>209</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, págs. 31 e 32.

<sup>210</sup> *Ibidem.*

Figura 15: Frontispício do *Methodo Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares & Irregulares* de Luís Serrão Pimentel.



Fonte: "A construção do Brasil urbano", *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 33.

As produções teóricas mais estudadas nessas instituições eram o *Tratado da Esfera*, de Pedro Nunes, de 1537; *De Crepusculis*, de 1542, e o *Livro de álgebra em aritmética e geometria*, escrito em 1535 e publicado em 1567. Pedro Nunes foi o primeiro professor da Aula do Paço (ou Escola Particular de Moços Fidalgos, ou, ainda, Lição dos Moços Fidalgos), criada em 1562 por Dona Catarina, tendo utilizado todos esses tratados e participado do processo de intensificação do estudo das ciências matemáticas (aritmética, geometria, cartografia, cosmografia, astrologia e arquitetura). Foi, também, o tradutor para a versão portuguesa do tratado *De architectura*, de Vitruvio (1541), além de cosmógrafo-mor (1547), sendo, por isso, o instrutor dos mareantes acerca das noções de astronomia e cartografia, aulas ministradas nos armazéns da Ribeira das Naus.<sup>210</sup>

Um dos exercícios práticos mais importantes aplicados por Pedro Nunes na Escola de Moços Fidalgos chamava-se *Da forma dos exércitos, da fortificação dos redutos e trincheiras, do tempo de sair delas ao inimigo, do modo de assaltá-lo e combatê-lo*. Porém, foi Antônio Rodrigues quem recebeu a responsabilidade pelo ensino especializado da arquitetura, uma cátedra pioneira no contexto português. Quando era professor da Aula do Paço, entre 1572 e 1577, este português formado na Itália associou a tratadística italiana e a matemática portuguesa nas suas aulas.<sup>211</sup>

Além da criação dessas escolas, organizou-se em Portugal, durante o século XVI, o estatuto sobre a função prática dos profissionais responsáveis pelas construções militares. Entretanto, sobre o posto destinado à edificação não se esclarecia se ele era de responsabilidade do mestre de obras, do arquiteto ou do engenheiro militar, já que este último aparece como projetista e transmissor de um saber essencialmente teórico, apesar de já estarem institucionalizadas em Portugal as seguintes funções:

---

<sup>210</sup> Até o início do século XIX, os termos “aula” e “academia” eram sinônimos e empregados indistintamente para designar instituições de ensino. Deve ser observado que, por essa época, dava-se pouca importância à denominação exata das instituições. (TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 3).

<sup>211</sup> A Aula do Paço objetivava a formação militar dos fidalgos e a divulgação da prática conceitual do desenho como formador da figura do engenheiro militar. CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, p. 29.

- Provedor das Obras Reais, que coordenava e gestava o financiamento das obras.
- Mestre de Obras de Fortificação do Reino (1549), que era o responsável técnico/prático pelas construções.

Destaca-se, ainda, que o engenheiro militar deveria ser versado em um conjunto de saberes constituintes da Ciência Náutica, nascida da cultura humanista e com raízes nacionais mais aprofundadas, fundamentando o desenvolvimento das disciplinas bélicas (fortificação, balística, castramentação) e a direção da cultura arquitetônica portuguesa, consubstanciando o Estilo Chão, que inscreve tanto a geometrização inerente à engenharia militar, como uma reinterpretação portuguesa dos valores clássicos de base tratadística.<sup>212</sup>

E interessante registrar que a construção das fortificações no Brasil colonial, como não podia deixar de ser, exigiu dos engenheiros o conhecimento do relevo, o que fez crescer em importância a atuação do agrimensor, também conhecido como piloto, porque, como os navegadores, também trabalhava com uma agulha magnética. Também foi imprescindível o levantamento geográfico e topográfico, assim como o mapeamento do vasto território do Brasil, incluindo todo o litoral e a faixa de fronteira, o que foi providenciado em grande parte pelos padres matemáticos responsáveis pelo *Novo Atlas do Brasil*, onde determinavam as longitudes e o meridiano de Tordesilhas, conforme as informações dadas pelas « Comissões de Demarcação de Limites » que percorreram o Brasil de norte a sul para efetivar os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

No Brasil, a criação de instituições voltadas ao ensino da engenharia data de 1699, no Rio de Janeiro e, em 1710, em Salvador (Figura 16). A Aula de Fortificação do Rio de Janeiro teve sua inauguração adiada algumas vezes por falta de livros, compassos e outros instrumentos, sem contar que a escola não tinha sede própria e, por isso, muitas aulas foram ministradas em fortificações da cidade. Somente após 1730, foi providenciada uma instalação

---

<sup>212</sup> *Ibidem*. O estilo Chão foi adaptado do maneirismo para o contexto português com uma feição castrense, fruto do pragmatismo dos seus conceptores, mesmo nos tempos do Barroco e do Rococó (BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 49).

apropriada para o ensino da arte de desenhar e erigir fortificações. É interessante notar que essas aulas foram as primeiras instituições laicas de ensino que existiram no Brasil, pois, até então, todos os níveis educacionais eram ministrados pelos jesuítas. Em 1767, a aula do Rio de Janeiro transformou-se em *Aula do regimento de artilharia do Rio de Janeiro* e, em 1774, foi ampliada para incluir uma cadeira específica de arquitetura militar, tendo seu nome mais uma vez mudado para *Aula militar do regimento de artilharia*. A partir daí, a escola recebeu mais materiais didáticos, incluindo o livro *O novo curso de Matemáticas* e um volume do *La science des ingénieurs*, ambos escritos por Belidor. Além dessas obras constavam, ainda, quadrantes, pranchetas, círculos dimensórios, bússolas, níveis de ar e madeira. A escola do Rio de Janeiro, em 1792, foi transformada em *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, tornando-se um instituto de ensino superior com organização à altura das suas congêneres. Ela foi a antecessora da *Academia Real Militar*, fundada pelo príncipe regente D. João, tendo sido substituída, em 1810, pela *Escola Politécnica*, atual *Universidade Federal do Rio de Janeiro*.<sup>213</sup>

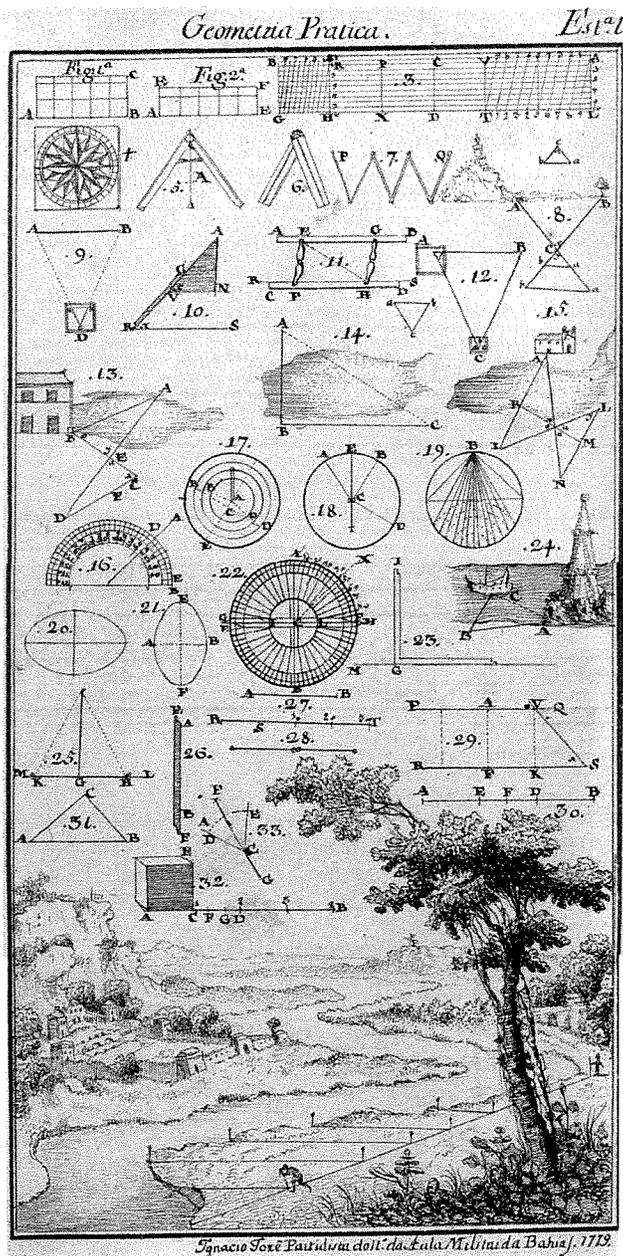
Durante o século XVIII, outras escolas de engenharia foram fundadas no Brasil, tais como *A aula de Geometria*, em Recife, e a *Aula de Arquitetura e Desenho*, em Olinda, e até o século XIX os oficiais formados nessas escolas e, também, na Europa, foram aplicados em várias atividades da engenharia no Brasil, construindo fortificações, palácios, igrejas, conventos, aquedutos e moradias.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> TELLES. *Op. cit.*, págs. 88 e 89.

<sup>214</sup> *Ibidem*.

Figura 16: Caderno de risco dos alunos da Aula Militar da Bahia – *Geometria Pratica*.



Fonte: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 48.

## 6. A praça de guerra.<sup>215</sup>

Esse tipo de construção militar também dependeu do grande número de especialistas estrangeiros que, em Portugal, ocupavam cargos importantes, com destaque para Alexandre de Urbino (1588 – 1596), fortificador dirigido ao Brasil e que já tinha prestado importantes serviços à coroa portuguesa, como no cerco de Mazagão, em 1562. A partir dessa construção, os baluartes tiveram suas primeiras implantações nas praças de guerra, após sua adaptação das construções religiosas (canônico) para as militares, o que se deve ao engenheiro italiano Benedetto da Ravena, que experimentou com êxito a utilização do bastião poligonal.<sup>216</sup>

No Brasil, as praças de guerra não tinham um caráter exclusivamente defensivo e guarnecedor da fronteira. Posicionavam-se como instrumentos de efetivação da soberania e domínio do território pela coroa portuguesa, expressando a concretude colonizadora, principalmente depois da Restauração e ao longo do século XVIII, e tendo um caráter político e prático, urbanizador na sua essência e finalidade. Tal afirmação pode ser sustentada quando comparamos os modelos arquitetônicos das fortificações brasileiras com as européias, principalmente no que diz respeito à geometria das muralhas.<sup>217</sup>

Por volta dos séculos XVII/XVIII, as fortificações portuguesas refletiam, sincronicamente, a formação da própria escola francesa de fortificação, pois Portugal contratou vários técnicos franceses e holandeses para modernizar e potencializar algumas fortificações por estarem obsoletas para a época e com um tempo de vida que vinha desde as concepções

---

<sup>215</sup> As fortificações também podiam ser denominadas de praças de guerra, derivando da noção renascentista de “cidade ideal” ou “cidade militar”, sendo, portanto, uma escala maior e moderna da cidade ou vila fortificada. (TELLES. *Op. cit.*, págs. 88 e 89). Segundo Adler Homero, durante o século XIX utilizou-se o termo *praça de guerra* para caracterizar a Fortaleza de São José de Macapá, o que não é correto porque trata-se de uma definição de cidade fortificada e, no caso de Macapá, utilizou-se apenas uma fortificação irregular para cobrir a defesa da vila. (CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, n.r., 122p. 173.)

<sup>216</sup> Segundo Rafael Moreira, Mazagão foi a primeira obra portuguesa integralmente abaluartada e como sublinhou Walter Rossa, foi a única cidade fundada *ex-novo* pelos portugueses na África. (CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, p. 26).

<sup>217</sup> *Idem*, págs. 31 e 32.

manuelinas. Nesse processo de modernização, foram fundamentais as teorias de Sébastien le Preste de Vauban, que desenvolveu seus celebrados sistemas entre 1680 e 1706.

Mr. de Vauban, quando fortificava uma praça, tinha, primeiramente, o cuidado em flanqueá-la para, em seguida, construir prédios em lugares adequados, aproveitando, ainda, as vantagens do terreno para construir uma cidade que assegurasse o domínio sobre a região. Para ele, uma boa fortificação permanente deveria conter flancos, faces defendidas por fuzis dos flancos opostos e cortinas, porque, juntos, esses elementos evitavam a destruição da praça pelos canhões inimigos.<sup>218</sup>

Em *O engenheiro português*, publicado em 1729, Manoel de Azevedo Fortes afirmava que, “o corpo de engenheiros era parte de uma estrutura do exército e encontrava-se atrelado ao corpo de artilheiros”. Este cosmógrafo-mor lamentava que, ao longo do século XVII, a profissão de engenheiro deixara de ser estudada por fidalgos para tornar-se prática de homens ligados à *mechanica* da medição e, por isso, perdera o caráter nacionalista com que nascera, direcionada à educação do jovem futuro rei D. Sebastião, de onde vem a denominação “Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira”.<sup>219</sup>

Esse ensino fora interrompido no tempo dos Felipes (1580 – 1640), sendo reintroduzido, em Portugal, durante o período de Restauração, por Serrão Pimentel. Naquele momento, não havia uma preocupação com a elitização da engenharia, mas sim com a concretização de uma política nacionalista, haja vista que muitos técnicos eram de variada origem social.<sup>220</sup>

Em sua obra, Azevedo Fortes aponta algumas obrigações do engenheiro militar, relacionando atividades que iam desde acompanhar os exércitos em tempo de guerra, supervisionar as obras da praça em que residia, realizar levantamentos geográficos, hidrográficos e topográficos, bem como desenhar os prospectos, plantas e elevações dos edifícios que se pretendesse construir. E, ainda, lecionar a matéria, fazer a planta e orçamento das obras, supervisionar e executar os leilões de arrematação de sítios, como também escolher

---

<sup>218</sup> Mr. DE VAUBAN. “Verdadeiro método de fortificar donde se mostra o método que se usa atualmente na França para fortificar as praças”. Org. Mr L’ Abbé Du Fay e Chevalier De Cambray, Amsterdam, Por Pierre MORTIER, Librero, M. DCCII. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, págs 188 e 191.

<sup>219</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>220</sup> *Idem, ibidem.*

o sítio adequado e, finalmente, dar o parecer final sobre todos os projetos de obras que se deviam executar, respondendo, também, pela supervisão do trabalho dos empreiteiros e mestres de ofícios encarregados da execução das obras de fortificação. Porém, antes da execução das obras, o projeto deveria ser aprovado pelo Conselho de Guerra ou pelo Conselho Ultramarino.<sup>221</sup>

Segundo Beatriz Bueno, com *O engenheiro português*, Azevedo Fortes muito contribuiu para o aumento do número de engenheiros militares portugueses ou mesmo brasileiros que, durante a segunda metade do século XVIII, demonstraram grande habilidade técnica na arte do desenho.<sup>222</sup>

Um desses engenheiros foi o português Diogo da Sylveira Vellozo, nomeado, em 1702, Capitão-engenheiro da nova colônia do Sacramento, devendo-se a ele diversos tratados referentes aos conteúdos das lições apreendidas nas aulas de risco. Em seus escritos, Vellozo sublinhava a importância do engenheiro e seus conhecimentos: “E porque podem ser muytos outros e vários os intentos, deve o Engenheiro ser muyto circunspecto e previsto para saber bem informar ao Príncipe, e aos seus ministros do Conselho de estado e guerra, a quem toca a deliberação dos lugares que se devem fortificar... Engenheyro chamão hoje todas as nações políticas ao architecto das fortificações, nome que lhe derão os peritos da arte militar, porque com engenho e industria faz tanto serviço nas funções da guerra, quanto os outros soldados com o valor do animo e força do corpo... Deve por tanto ser dotado de hum sublime engenho, e em primeyro lugar deve saber Geometria, porque sem ella não poderá dar Razão solida das suas operações: deve saber Arithmetica para saber dar Razão da somma das despezas: deve saber Riscar, porque seria couza vergonhoza não poder mostrar ao seu general, a planta da futura obra”.<sup>223</sup>

Assim como vários engenheiros do seu tempo, Vellozo também foi muito influenciado por Serrão Pimentel e Azevedo Fortes, relacionando o conceito de desenho ao ato de raciocinar soluções para os problemas militares. E a resposta vinha através das plantas que, segundo Focillon, não podiam ser entendidas a partir da *épura*, mas na sua totalidade

<sup>221</sup> *Idem*, págs. 46 e 47.

<sup>222</sup> *Idem*, p. 50.

<sup>223</sup> VELLOZO, Diogo da Sylveira, 1742, v. 20, cap. 7º. *Apud*. BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 50.

expressa na materialização das formas geométricas; na construção, portanto, pois a importância do desenho está na sua projeção espacial.<sup>224</sup>

Além da construção conceitual do desenho, é curioso notar que o sentido da guerra, entre os séculos XVII/XVIII, estava mais ligado à questão da defesa do que ao ataque. A consequência disso é o desenvolvimento das chamadas “praças fortes”, que surgiram sob influência de Vauban, que, como já vimos, foi o grande reformador e construtor desses elementos militares na França, a partir de 1660.

Segundo Paul Allies, Vauban fundiu a ideologia da “praça forte” com a teoria da fronteira e do espaço centralizado: “A praça forte é, todavia, a confirmação das respostas de um ponto formado com o território e a arma de um período onde a natureza dos conflitos não havia, até aqui contribuído para concentrar as forças e ainda menos para as dispor segundo os fatores tempos e espaços. A praça forte faz penetrar o princípio da não divisibilidade das forças dentro do espaço e conduz a pensar a respeito dos militares e os seus países. Ela é proteção indireta do espaço interior; ela é perfeitamente adaptada à conveniência de um território não ocupado ou menos ainda plenamente controlado: Se o inimigo não alcançar a fortaleza, ele não dominara o território”.<sup>225</sup>

Juntamente com os escritos de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes, os manuais de Vauban, durante o período pombalino, foram as referências teóricas que fundamentaram a ação prática dos engenheiros portugueses.

Em Portugal e nas colônias, o método Vauban foi utilizado nas construções militares até o fim do século XVIII. Entretanto, na França, desde o início daquele século, as teorias vaubanianas estavam superadas, sendo substituídas pelas de Bélidor, que foi autor do tratado *La science des ingénieurs dans la conduite des travaux de fortifications e d'architecture civile* (1729/1749). A novidade desse tratado e método era a mistura da arquitetura civil com a tradicionalmente chamada arquitetura militar.<sup>226</sup>

<sup>224</sup> *Épura*: representação no plano, mediante projeções de uma figura no espaço. ( FOCILLON, Henri. *O elogio das mãos*. In: *A vida das formas*, págs. 43 e 44).

<sup>225</sup> ALLIES, Paul. *L'invention du territoire*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1980. *Apud.* . BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>226</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 52.

Com o reinado de D. Maria I (1777/1808), o ensino de engenharia em Portugal enveredou pelos novos rumos da *École des Ponts et Chaussées*, que baseava-se nas premissas de Bélidor. Sob essa influência, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em Lisboa, estendendo-se até o Rio de Janeiro, em 1792. Com essa instituição de ensino, a arquitetura militar da metrópole e de sua colônia foi inteiramente modificada, deixando de ser privilegiada a ênfase teórica. A partir de então, a construção civil passou a ser central nos projetos voltados para as obras de pontes e estradas, tornados símbolos de uma política de integração territorial.<sup>227</sup>

## 7. Técnicas e materiais da construção

Para garantir as fronteiras dos territórios do Novo Mundo, prescritas no *Uti-possidetis*, e se guardar dos constantes ataques de índios e estrangeiros, Portugal valorizou sobremaneira as fortificações e a defesa das cidades, desde 1551, com o governo de Thomé de Souza, que já contruía fortificações de pedra e cal.

Devido às distâncias, dificuldades de comunicação, bem como ao isolamento político, todos os efeitos do progresso da ciência e da técnica de construir só se fizeram sentir em Portugal e, principalmente, no Brasil, bastante tempo depois do seu surgimento nos países mais avançados da Europa, como foi o caso da siderurgia, que só aparece de forma mais desenvolvida no Brasil a partir do século XVII, isso devido ao barateamento e melhoria dos processos de se trabalhar o ferro, permitindo o uso em massa desses materiais na arte de construir que, até então, era inteiramente baseada na pedra e na madeira.<sup>228</sup>

Para construir a Fortaleza de São José de Macapá, os engenheiros tiveram de se adaptar às condições materiais oferecidas pela região. Entretanto, a Amazônia dispunha de grande variedade de madeira e pedreiras que foram de suma importância para a construção desse forte. De Portugal vinha, em grande quantidade, a pedra de Algarves, que foi

---

<sup>227</sup> *Ibidem*.

<sup>228</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 5.

imprescindível para a fabricação da cal, já que a concha mineral, que eles chamavam de *sernambi*, não oferecia a liga necessária para a obra.<sup>229</sup>

Nuno da Cunha de Atayde Varona escreveu ao Governo do Estado do Grão-Pará várias cartas dando conta dos serviços realizados e do pagamento dos operários empregados na construção do forte de São José e, numa dessas correspondências, o comandante da praça de Macapá mencionou a grande quantidade de *acapuz*, - madeira nobre da Amazônia - aplicada nos arremates da fortificação, que podia ser encontrada, em abundância, «na boca do rio Coronú». Informou, ainda, que havia três pedreiras destinadas à obra: uma junto ao canteiro, outra no rio Uanará-pecú e, a terceira, na boca deste mesmo rio. Estas duas últimas tinham suas pedras deslocadas até a obra através de duas canoas conduzidas por 42 índios.<sup>230</sup>

Para todas as construções militares, os alicerces foram sempre feitos em fundação direta de alvenaria de pedra, em geral rejuntada com barro ou, excepcionalmente, de pedra seca ou argamassa de cal. Nas cadeias, eram colocadas pedras grandes nos alicerces para dificultar as fugas. Já nas paredes e pilares das construções litorâneas, era utilizada a alvenaria de pedra organizada e montada com vários tamanhos, sendo as menores e as lascadas enfiadas nos intervalos das maiores, fazendo-se a união de todas com argamassa de barro, no caso das construções simples, e, nas de grande dimensão, usando-se cal e areia.<sup>231</sup> Além disso, em algumas fortificações, inclusive na de São José de Macapá, é possível admirar adornos de arcadas, cantarias e abóbadas.

Era de praxe Atayde Varona escrever periodicamente à sede da capitania, informando sobre o andamento das obras do forte e sobre a utilização das pedras na construção dos baluartes: «No aterro do baluarte de Nossa Senhora da Conceição, se continha e igualmente no São Pedro, e os pedreiros effectuando-lhe o cordão, e gurita do angullo saliente do mesmo baluarte para passarem ao baluarte de São José em que effectivamente se trabalha nos alicerces, para se dar princípio a muralha./ As dez canoas continuam no transporte da pedra do Rio

<sup>229</sup> Carta de Mendonça Furtado ao marquês de Pombal: Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, págs. 833 a 835, tomo 2. Consta ainda uma carta de Mendonça Furtado ao rei D. José I, relatando sobre o não cumprimento de suas reais ordens referentes à chegada da cal na vila de Macapá. (Pará, 31 de janeiro de 1754. *Idem*, p. 483, tomo 2).

<sup>230</sup> Arquivo Público do Pará, doc 38, São José de Macapá a 3 de abril de 1765. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 83.

<sup>231</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, págs. 31 a 40.

Arapecú, e tem fornecido daquelle material o necessario para alvenaria e cantaria : Na pedreira [duas palavras ilegíveis] concervou sette officiais applicados a cantaria que deve formar a sapatta do mesmo baluarte./ Com a providencia dos dez carros que nesta ocazião [Vossa Excelênci] houve por bem mandar, serão destinados os que couberem no possivel ao aterro do baluarte de Nossa Senhora da Conceição, que ainda lhe falta hum a quase porção de terra».<sup>232</sup>

A cantaria de pedras aparelhadas foi muito empregada como elemento estrutural e ornamental, revestindo parcial ou integralmente as fachadas. Para preparar a argamassa que grudava todas essas pedras, que também compunham uma muralha, foi muito utilizado, até o século XIX, o azeite de baleia, que resultava em extraordinária dureza, razão de seu emprego em fortificações, muralhas, cais, pontes e outras obras que deveriam ter grande resistência<sup>233</sup>, como também na iluminação, pois sua faina se prolongava noite adentro, assim como nos estaleiros, onde servia na calafetagem de navios e barcos.<sup>234</sup>

Myriam Ellis escreveu que os portugueses e brasileiros só passaram a ter conhecimentos da pesca da baleia e da utilização das técnicas baleeiras no Brasil a partir de 1602, primeiramente no recôncavo baiano e, depois, no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Antes, porém, esse mateiral era importado de Cabo Verde e de Biscaia. Os meses de maio, junho e julho eram os mais propícios para a captura desse cetáceo e seu beneficiamento consistia no dessecamento « dos corpos pela população da orla marítima, que removiam-lhes a manta de toicinho que fundiam para apuração do óleo; se as encontravam ainda com vida, acabavam de matá-las, impedidas de arpoá-las no mar, por desconhecimento da técnicas apropriadas em que eram incontestáveis autoridades, na época, os bascos, franceses e espanhóis ».<sup>235</sup>

Para desmanchar uma baleia eram utilizados cerca de 80 escravos, pois uma baleia atingia, às vezes, cerca de 22 metros, chegando a produzir 10.000 litros de óleo. Sob as ordens do feitor da praia, esses homens separavam a carne da gordura e dos ossos, distribuindo-a,

<sup>232</sup> Arquivo Público do Pará, código 68 (1766). *Oficio de Nuno da Cunha de Atayde Varona enviado para o Sr. Fernando da Costa de Atayde, S. José do Macapá, 11 de março de 1766*. In: GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Op. cit.*, págs. 145 e 146.

<sup>233</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>234</sup> ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*, São Paulo, Edições Melhoramentos Editora da Universidade de São Paulo, p. 25.

<sup>235</sup> *Ibidem*.

depois, entre os baleeiros ou vendida-na às negras quitandeiras, que a assavam ou moqueavam para o consumo popular, que a usava fresca ou salgada. Todo esse processo acontecia no *engenho de azeite ou casa do engenho de frigr baleias, de beneficiar o azeite*, ou simplesmente, *fábrica*, « que era o principal setor da armação, o centro nevrálgico que comandava e para o qual convergiam os trabalhos cotidianos, o eixo, a mola mestra das atividades e da vida que aí se desenvolviam, a própria razão de existência da feitoria baleeira ».<sup>236</sup> Próximo ao engenho de azeite, construía-se a *casa da venda do azeite* e o *armazém de barbatanas*, que funcionavam como lugares de negócios e dispensas onde se acondicionavam os cascos (barris ou pipas) com óleo de baleia para serem vendidos para outras capitânicas, sendo o Rio de Janeiro a sede da *Administração Geral do Contrato da Pesca da Baleia*.<sup>237</sup>

## 8. Vida e trabalho no canteiro de obras

Para Silva Telles, as construções dos fortes para a defesa do litoral e das fronteiras terrestres do Brasil são de grande relevância histórica, pois mesmo com grandes dificuldades tecnológicas e a distância em que se encontravam de Portugal, foram erigidos cerca de 300 fortes, fortins e fortalezas. Muitos desapareceram, mas a maioria resistiu à ação do tempo, permitindo observar suas técnicas de construção, tanto no litoral quanto no interior, pois « em toda a extensão da costa do Brasil não há nenhum ponto estratégico de importância econômica e política que não tenha sido fortificado ».<sup>238</sup>

No que diz respeito à construção da Fortaleza de São José de Macapá, essas dificuldades não foram pequenas, pois são inúmeras as correspondências da praça para o governo do Grão-Pará e, destes, com a metrópole, informando sobre os diversos percauços que enfrentaram os trabalhadores envolvidos na obra.

As doenças tropicais, por exemplo, eram avassaladoras, debilitando e matando, independentemente do cargo ocupado e da etnia, muitos operários. Foram freqüentes as

<sup>236</sup> ELLIS, Myriam. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>237</sup> *Idem*, págs. 41, 66 e 128.

<sup>238</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 22.

queixas do comandante da praça do governo de Atayde Teive sobre moléstias como « o sarampo que graçava » e « se vai propagando de sorte nestes moradores, que se achão doentes no mayor numero de cem : Ficando no Hospital 55 Indios da Fortificação, e 98 Pretos e da Serraria 22 : Havendo já destacontagioza queixa falecido 10. Aos Pretos ainda se lhe não tem communicado esta enfermidade, e os 7 que se achavão auzentes já foraõ reconduzidos, e fica onumero delles sendo de 169 ; por terem falecido sinco ».<sup>239</sup>

O engenheiro Gallucio também foi vítima das moléstias tropicais e, depois de ter contraído a malária, veio a falecer em consequência delas, em outubro de 1769, conforme atestou o Cirurgião Mor, Julião Alves da Costa.<sup>240</sup>

Gallucio enviou várias cartas ao Pará, reclamando da falta de saúde e, muitas vezes, chegou a pedir dispensa para tratar-se na sede da capitania, como expressou na carta que escreveu a Ataíde Teive, governador do Pará, em 11 de julho de 1769, solicitando licença devido ao fato de ter contraído malária. Seu falecimento foi comunicado ao governador por Marcos José Monteiro de Carvalho, mestre de campo e comandante da vila de Macapá, que lhe escreveu em 27 de novembro de 1769 e, na mesma data, Henrique João Wilckens, capitão engenheiro, informou à capitania que havia assumido a direção da construção da fortificação, função que ocupou até 15 de dezembro do mesmo ano, quando foi substituído pelo engenheiro João Gerhaldo Gronfeld, responsável pela conclusão da obra.<sup>241</sup>

As doenças não livraram nem mesmo Mendonça Furtado, que escreveu várias cartas a seu irmão queixando-se de terríveis sensações: « Ilmo. e Exmo. Sr. Meu irmão do meu coração : Deus Nosso Senhor queira que me chegue a certeza de que V. Exa. Tem logrado aquela constante saúde que eu sempre lhe desejo. / Eu não tenho passado nada bem, porque os meus defluxos me têm perseguido em forma que por duas vêzes tenho parado com a expedição d'este iate, vendo-me embaraçado em ambas de sorte que não podia ter a mais leve aplicação. Agora, pela mercê de Deus, fico com melhoras e vou cuidando em me pôr pronto

<sup>239</sup> Arquivo Público do Pará, doc. 56, carta escrita por Nuno da Cunha de Atayde Varona ao Governador da capitania: *S. José do Macapá, 9 de abril de 1765.*

*In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. Op. cit., p. 81.*

<sup>240</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência diversos com o governo*, cód. 200, d. 62, Macapá, 26 de outubro de 1769. Como também: BARRETO, Coronel Annibal. *Op. cit., p. 57.*

<sup>241</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 200, ds. 12, 62, 63 e 82.

para sair daqui com já tive a honra de dizer a V. Exa., e espero na misericórdia divina que, com a mudança de ares, me há de conservar a saúde, para poder dar contra da minha obrigação »<sup>242</sup>

Sem dúvida, os ares amazônicos foram de grande estranhamento para os estrangeiros estabelecidos no Grão-Pará, que assim os descreviam : « O clima é calidíssimo e sumamente irregular, não tem tanto de sadio como me diziam. Como os poros andam sempre abertos e de repente vêm umas grandes ventanas, há infinitas constirpações e bastantes estudores, é necessario grande cuidado em não aproveitar o fresco. As noites ordinariamente são excelentes porem sempre é clima totalmente oposto ao nosso, e na linha equinocial. »<sup>243</sup>

Muitas vezes, os oficiais responsáveis pela construção da fortificação informavam que a obra havia sido paralisada pelas condições do tempo chuvoso, que não permitia, por exemplo, a secagem e o cozimento dos tijolos : « No baluarte de Sam Pedro deixarão de trabalhar os oficiais de pedreiro por falta de tijolo, que se fica enformando para se acabar a guritta, para peittos e rampa, e se continua no atterro do mesmo baluarte ; e no de Nossa Senhora da Conceição. Os referidos oficiais trabalhão todos em canteria para o baluarte de São José, e aos alicerces do mesmo baluarte tenho aplicado toda a força possivel de gente para com amayor brevidade se dar principio a muralha, para a qual ha huma boa quantidade de pedra material.»<sup>244</sup>

Pelo documento observamos que, assim como o baluarte de São José, o de Nossa Senhora da Conceição e o de São Pedro, também foram construídos em área alagada, visto que a construção da Fortaleza de Macapá acompanhou a forma da enseada que tinha, na sua lateral, um pequeno porto.

Além dos fatores advindos da natureza, que contribuíram sobremaneira para as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos homens que se encontravam no canteiro de obras da fortificação, pesava, ainda, a distância em que se encontrava a vila de Macapá, não somente de

<sup>242</sup> 71ª carta escrita por Mendonça Furtado para o marquês de Pombal: Pará, 8 de março de 1754. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 532, tomo 2.

<sup>243</sup> Carta de Mendonça Furtado ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real: Pará, 22 de janeiro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 110, tomo I.

<sup>244</sup> Arquivo Público do Pará, códice 68 (1766). *Ofício de Nuno da Cunha de Atayde Varona enviado para o Sr. Fernando da Costa de Atayde, S. José de Macapá, 27 de Março de 1766.* In: GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Op. cit.*, p. 146. Sobre as condições do clima interferindo no andamento da obra, há dados em: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 77.

Portugal, mas, também, da sede do governo, pois ficava a vários dias de viagem de Belém, que era o posto de abastecimento de tudo o que fosse necessário para a sobrevivência dos operários, pois de lá vinham a carne vermelha, galinhas, remédios e sal.

Porém, de todos esses problemas, talvez o que mais perturbou, primeiramente, Mendonça Furtado, quando da sua chegada a Macapá, foi a falta de técnicos experientes que pudessem administrar a obra: « Sempre me parece que nos devemos acautelar para o futuro e executar-se com a maior atividade a real ordem de S. Maj. Que pròximamente veio para se fortificar o Macapá, e como, além de não haver por ora, todos os meios que são precisos para aquela importante obra, faltou um administrador perito e inteligente que superintenda na administração dela e faça o desenho para o fazer executar, exporei a V. Exa. Nesta matéria o que compreendo./ A primeira coisa que me falta é um oficial engenheiro tal que possa idear e fazer executar o seu desenho, e que cuide em dar conta de si com honra e com eficácia. »<sup>245</sup> Esta exigência deveria ser cumprida, pois como frisou o governador, tratava-se de uma construção militar que seria o pilar de defesa não somente da « chave da margem setentrional das Amazonas mas de todo êste largo país.»<sup>246</sup>

Por isso, o engenheiro deveria atentar para a construção que deveria ser erguida em terrenos diferentes daqueles da Europa, às margens de um grande rio e onde havia muita variação de relevo. Vale ressaltar que Vauban já alertara para as construções em lugares pantanosos e sugeriu em seus escritos que as obras nesses lugares deveriam ocorrer no verão, para evitar desabamentos. O baluarte de São José, por ter sido construído em terreno dessa característica, exigiu muito esforço do sargento mor Gaspar João Gerhaldo Gronfeld e do seu ajudante, o engenheiro Domingos Sambuceti, ambos enviados para substituírem o primeiro engenheiro da fortificação, Henrique Antonio Gallucio, que havia falecido.<sup>247</sup> Porém, antes dele, houve a atuação do sargento mor engenheiro Manuel Guedes, que desenhou para a vila de São José uma fortificação com cinco baluartes (Figura 17).

<sup>245</sup> 135ª carta de Mendonça Furtado ao marquês de Pombal: Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 834.

<sup>246</sup> *Ibidem.*

<sup>247</sup> Carta de Henrique João Wilckens, capitão engenheiro, para Fernando da Costa de Ataíde Teive, Governador da Capitania do Grão-Pará, comunicando a chegada de Gaspar João Geraldo Gronfeld, Sargento Mor, a fim de dirigir as obras da fortificação (Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 200. d. 82, Macapá 15 de dezembro de 1769). Sua chegada aconteceu no mesmo mês do funeral de Henrique Antônio Gallucio (*Idem*, d. 81).

Esses técnicos, juntamente com os operários, tomaram várias providências para evitar o desmoronamento do baluarte, conforme parecer do sargento mor, escrito para o governador João Pereira Caldas, onde faz várias observações a respeito das condições da Fortaleza de Macapá: « Tres considero serem os damnos e ruinas que ameaçaõ o corpo da quella praça ; sendo o primeiro urgente, o segundo contingente, e o terceiro mais remoto. / O primº. Prejizo que actualmente se experimenta, tem sido originado peça abertura do foço aquatico, cujo sempre eu foi de parecer se não devia effectuar em semelhante terreno de sua natureza tão pantanoso : pois essa abertura do foço devia justamente causar os estragos que se estão vendo com a entrada que vaõ fazendo as agoas do Amazonas no terreno exterior da quelle lado da Fortaleza; accabando de infraquecer, emforma que ficará incapaz de nelle se construir qualquer obra projectda. E as mesmas agoas do rio em breve tempo chegando ao baluarte S. Jozé concorreraõ pa. a sua ruina. A este taõ urgente detrimento sou de parecer se deva dar remedio mandando Vª. Exª. Construir hum caes que impeça a entrada do rio na quelle terreno e qualquer comunicação do fosso aquatico que com o tempo deve ser secco, para o que também sou de parecer que Vª. Exª. Mande fazer a abertura do estreito ou igarapé da casa das canoas por onde antes da construção da quella Fortaleza tenhaõ despejo as agoas da quelle lago». <sup>248</sup>

Especificamente sobre o baluarte em questão, informou que os danos eram visíveis nas: «fendas que mostra justamente se receia venha a ter ruina o angulo da espada da parte do foço aquatico, e venha a abbater a maior parte do flanco e boa parte da face». Então, Gronfeld propôs a construção de um « engradamento, cuja largura não excede mais do que hum palmo à largura do pé da muralha sobreposta; e na maior parte daquelle pessimo terreno, se poseraõ as estacas humas sobre as outras, athé assentarem no solido, que em parte se achava na profundidade de sessenta palmos ». <sup>249</sup>

E assim fizeram o engradamento que sustentaria o baluarte de São José, que ameaçava desabar, « mas como esta resiste ao impeto das terras, o pezo total tende pª. fora do ingradamento; por cujo motivo a estacaria e ingradamento sobredtº. devia ter tido maior largura para a parte de fora da muralha ; e ainda na parte interior do baluarte, aquella porção de

<sup>248</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência diversos com o governo*, cód. 238, d. 6, Belém, 21 de março de 1773.

<sup>249</sup> *Ibidem*.

terreno pantanoso que actualmente sofre o pezo das terras, devia comprehenderse na d<sup>a</sup>. estacaria e ingradam<sup>o</sup> (...) por cujo motivo me parece seria conveniente collocarse na d<sup>a</sup>. Face e flanco a artilharia que la se achar de maior calibre, e fazeremse repetidas descargas da mesma, porque se com esta esperienzia vier a cahir, sera menos mal do que se iço acontecera em occasiõ de algum ataque». Podemos notar pelo referido documento, que as recomendações de Vauban sobre os terrenos alagadiços foram constraridas talvez por não serem, naquela época, do conhecimento dos profissionais. Um reparo que além do desgaste físico dos operários, tornou a obra mais onerosa com uma « despeza a oitenta mil cruzados ».<sup>250</sup>

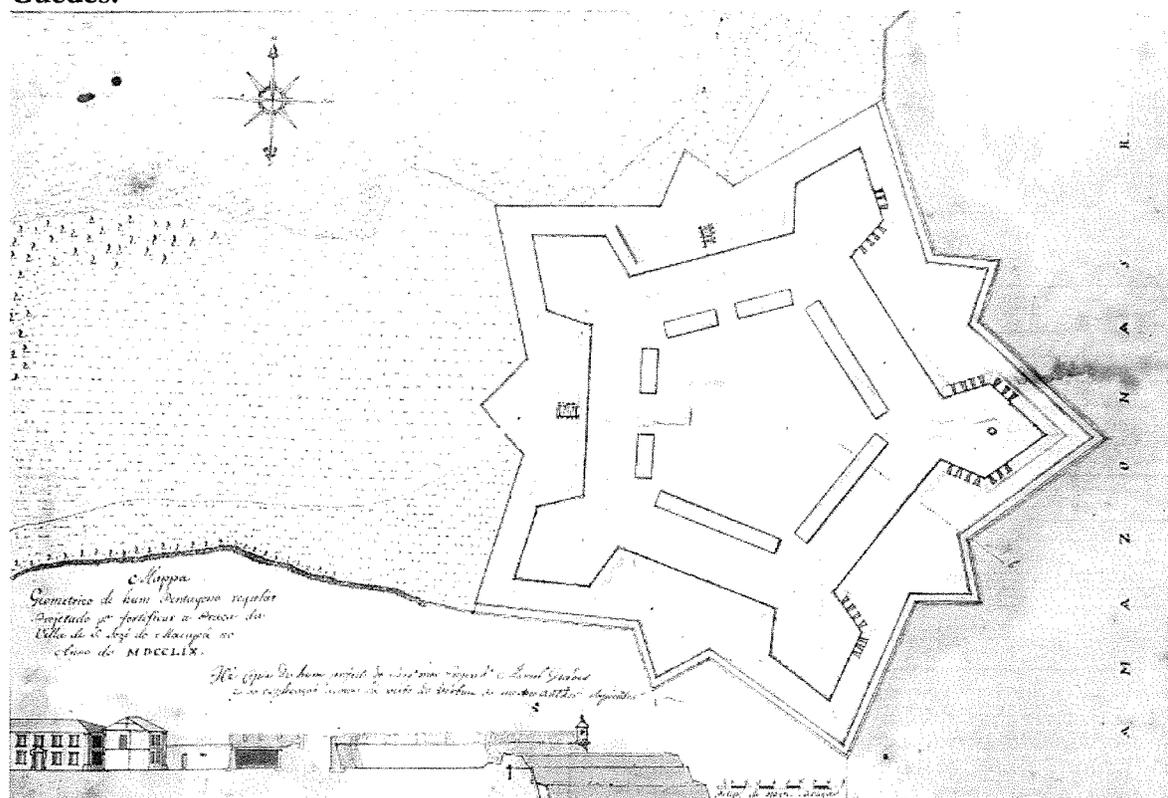
As observações de Gronfeld se dirigiram para toda a lateral da fortaleza que fora construída do lado do rio Amazonas: « O terceiro detrimento ainda que mais remoto hé na minha estimação o que mais se deve ponderar. Achase o corpo daquella Fortaleza de figura quadrada com dois lados sobre huma rebanceira exposta ao impeto das agoas do rio, na forma que se vê na planta. Hé certo que este terreno e rebanceira hé formado de hum petrificado imperfeito ou pissarra bastante solida : mas tambem hé evidente que o rio continuamente a vai minando e a vai precipitando a pedaços. O angulo flanqueado do baluarte N<sup>a</sup>. Senh<sup>a</sup> da Conceição julgo que em menos de trinta annos as agoas o hão de minar athé padecer ruinas: A bateria baixa sobre o mar emparte já executada ; tambem dentro de doze ou quinze annos as mesmas agoas haõ de destruilá; e em muito menos tempo ha de acontecer o mesmo ao redente M. Enfim, Exm<sup>o</sup>. Snor, p<sup>a</sup>. se poder conservar o corpo da quella Fortaleza por muitos séculos futuros, sou de parecer se deva executar nos does lados expostos ao rio huma obra ou estrada encuberta, revestida de boa canteria gateada ; o que lhe serviria não so de amparo ; mas ainda lhe augmentará a sua defesa. A d<sup>a</sup>. Julgo se possa efectuar com hum milhão de cruzados ».<sup>251</sup>

Estas propostas de Gronfeld não foram atendidas e, provavelmente, o processo de urbanização eliminou as áreas alagadas, conservando a integridade física dos baluartes ameaçados. Além disso, mesmo com as fissuras visíveis no lado externo do baluarte de São José, o processo de restauração iniciado em 1997 eliminou o perigo de desabamento de parte da muralha.

<sup>250</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência diversos com o governo*, cód. 238, d. 6, Belém, 21 de março de 1773.

<sup>251</sup> *Ibidem*.

Figura 17: *Mappa Geométrico de hum Pentágono regular projetado p.<sup>a</sup> fortificar a Praça da Villa de S. Jozé do Macapá no ano de 1759/ Sarg.<sup>to</sup> mor Engenh. Manoel Guedes.*



Fonte: *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Insua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 266.

### Capítulo III

#### OS TRABALHADORES DA PEDRA

##### 1. A companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a escravidão negra na Amazônia

Quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado partiu do Tejo para o Pará, foi com ordens expressas de conquistar e libertar o índio, pois, segundo D. José I, “tendo-se permitido captivarem-se índios, foi preciso reprimir-se o excesso, com que se usava daquela permissão, mandando-se publicar varias leis, pelos senhores reis meus predecessores”.<sup>252</sup>

Mendonça Furtado foi designado por Pombal para resolver os problemas econômicos, sociais e fronteiriços do norte da colônia e, obediente à política de fomento ultramarino, o governador atuou com rigor para integrar o Estado do Grão-Pará ao complexo da economia mundial, traçando programas de valorização dos recursos alimentares destinados ao consumo interno e ao giro mercantil atlântico. E foi, ainda no primeiro ano de seu governo, que Mendonça Furtado percebeu inúmeras irregularidades quanto à utilização da mão-de-obra indígena por parte do colono, que “sem capital, deprimido por condições climatológicas desfavoráveis, ocioso por comodismo, entregava ao índio todos os afazeres” e “se o senhor era agricultor, era o índio que trabalhava a terra”.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> *Instruções regias públicas e secretas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Pará e Maranhão. In: D' AZEVEDO, J. Lucio. Os jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*, Belém, Secult, 1999, série lendo o Pará, p. 348.

<sup>253</sup> DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971, págs 137 e. 156.

Diante de tantos problemas econômicos e administrativos, não era de se admirar que os moradores sofressem da carência de gêneros de primeira necessidade, e quando chegava um navio nos portos de São Luís e Belém, “os moradores eram tomados de alegria e enlevamento à maneira de náufragos abandonados”.<sup>254</sup>

Embora no começo do governo de Mendonça Furtado existissem no Pará e Amazonas cerca de 63 aldeias, a maioria encontrava-se despovoada e em precárias condições, como já informava Mendonça Gurjão ao Conselho Ultramarino, em carta escrita em 1750: nas aldeias e fazendas dos religiosos haviam morrido: “10.777 pessoas além de 7.600 dos moradores, sem contar a gente das fazendas mais longínquas, nem as das Vilas de Cameté, Vigia e Caeté, nem a que andava dispersa pelos sertões, podendo-se calcular em 40 mil pessoas a perda total”.<sup>255</sup>

Segundo o cronista L. M. Baena, já em 1720, a população aldeada em toda a capitania do Pará somava 216 indígenas, distribuídos em 63 missões, das quais, “19 dos jesuítas, 9 dos religiosos do Santo Antônio, 10 dos capuchos da Piedade, 15 dos carmelitas, 7 dos Capuchos da Conceição da Beira do Minho e 3 dos frades mercenários”.<sup>256</sup>

As ordens religiosas nem sempre eram vistas com bons olhos, sobretudo, a Companhia de Jesus, que se colocava como advogada dos indígenas que viviam nas aldeias e que eram verdadeiros celeiros para prestação de serviços aos jesuítas. Por isso, estes religiosos eram tidos “como um obstáculo quase intransponível à desenfreada cobiça dos colonos”. Somando-se a tudo isso havia ainda o problema das epidemias, que agravavam sobremaneira o drama do colonizador.<sup>257</sup>

Para solucionar o problema da mão-de-obra, Mendonça Furtado inspirou-se nas medidas tomadas pelo Estado do Brasil, que há muito já introduzira os escravos negros transportados dos centros de resgate da África para as fazendas e demais serviços. Com essa medida, assegurou a conquista agrícola das terras inexploradas do norte, sob a justificativa de

<sup>254</sup> BAENA, *Compêndio da Era Pombalina*, p. 241. *Apud*: DIAS, Manuel Nunes. *Idem*.

<sup>255</sup> Cf. *Ofício do Governador Francisco Xavier de Mendonça Gurjão, de 15 de agosto de 1750*, A. H. U. – M.R., n. 17 (1601-1834). *Apud*. DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 128.

<sup>256</sup> BAENA, L. M. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. *Apud.*, DIAS, Manuel Nunes, p. 128.

<sup>257</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 134.

que “não pode a ruína deste Estado ter melhor princípio de restabelecimento que de hua Companhia de Comercio Nacional para se introduzirem negros nelle com que se fabriquem as excelentes e infinitas terras que se acham ao dezamparo”.<sup>258</sup>

Porém, a introdução dos escravos africanos exigia fartos investimentos de que não dispunham os colonos. Diante desse impasse, o governador dirigiu a responsabilidade da empreitada para a Companhia de Comércio do Grão-Pará, pois entendia que seria o único meio de arrancar o Estado do abatimento em que se encontrava. O fundo desse investimento veio dos lavradores mais abastados, convencidos de que o estabelecimento desse projeto escravista traria a fortuna esperada. A contribuição de cada investidor interessado somou a renda de 32 mil cruzados, vista como “insignificante para hum objecto tão grande”.<sup>259</sup>

Mendonça Furtado, juntamente com alguns lavradores e comerciantes, convenceu a Real Fazenda de que a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará traria vantagens econômicas não somente para Portugal, como também para a capitania do norte da colônia. No reino, as propostas do capitão-general foram recebidas com entusiasmo e Sebastião José de Carvalho e Mello começou, desde logo, a providenciar a sua efetivação através do alvará régio de 7 de junho de 1755.<sup>260</sup>

Um dia antes da aprovação do alvará que criou a companhia, foi criada a lei que restituiu “aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade das suas pessoas e bens” e os nativos passaram a ser tutelados “pelos governadores, Ministros e pelos seus principaes e justiças Seculares, com inibição das administrações dos Regulares, derogando todas as Leys, Regimentos, Ordens e dispositivos”.<sup>261</sup>

Com a “emancipação” do índio e a criação da Companhia de Comércio e Navegação, o poder dos jesuítas no Pará não resistiu às investidas pombalinas. Para a administração das

<sup>258</sup> Carta de Mendonça Furtado, datada do Pará a 18 de janeiro de 1754, para Diogo de M. Côrte Real, in: A.H.U. – M.P. 1773-1775. *Apud.* DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, págs. 158 e 159.

<sup>259</sup> *Ibidem.*

<sup>260</sup> Cf. *Estatutos da Instituição da Companhia*, guardados no A.H.U. – M.M. no 23 (1755 – 1757). *Apud.* DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>261</sup> Cf. *Alvará com força de Ley. porque Vossa Magestade há por bem renovar a inteira e inviolável observância da Ley de doze de Setembro de mil seiscentos sincoenta e três, em quanto nella se estabeleceo que os Índios do Grão-Pará e Maranhão sejam governados no temporal pelos governadores...* Lisboa, 1755. *Apud:* DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 16.

aldeias, foi nomeado um diretor com ordens de “pelo trabalho civilisarem as Povoações (...) E como leva aquêlê prêmio, naturalmente hão de promover o comércio por que quanto mais se lhe engrossarem os Índios em cabedaeas por meio da agricultura e comercio, tanto mais proveito se lhe segue, e este foi o fundamento que me moveo a estabelecer o ordenado na sobredita forma”<sup>262</sup>

Com a lei de 3 de outubro de 1759, impressa na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, confirmou-se a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus “dos seus Reinos e Domínios”<sup>263</sup> e, a partir desta data, competia ao governo do Estado proceder contra aqueles que tivessem negócios com os jesuítas. Além disso, os padres foram excluídos da administração das aldeias e expulsos, por fim, das capitânicas do Pará e Maranhão. Finalmente, “era de direito ouvi-los acerca de seus bens móveis e de raiz para serem seqüestrados pela nobreza”<sup>264</sup>.

Segundo Nunes Dias, a Companhia do Grão-Pará, “que nascera no cérebro de Mendonça Furtado”, funcionou como estratégia do marquês de Pombal para livrar o Estado da ingerência dos religiosos nos negócios seculares e foi, também, uma inteligente manobra para libertar o reino da “perniciosa” ação dos mercadores estrangeiros, sobretudo dos chamados comissários volantes a serviço dos interesses ingleses.<sup>265</sup>

Conforme Anaiza Vergolino, existem vários documentos guardados no Arquivo Público do Pará referentes aos escravos importados para o Estado do Pará, em período que vai de 1753 a 1801, procedentes de Bissau, Cacheu, Luanda, Benguela, Cabinda e Moçambique. Quanto ao tráfico interno, há registros que apresentam escravos procedentes do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, sendo este último o lugar de maior fornecimento.<sup>266</sup>

<sup>262</sup>Cf. “Carta datada do Pará a 21 de maio de 1757 – A.B.A.P.P., doc. No 156, t. IV, págs. 184 e segs. Pará, 1905. Sobre a nova administração das aldeias veja-se: *directorio Que Se Deve Observar Nas Povoaçoes dos Índios do Pará e Maranhão Enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*. Lisboa, 1758, t. IV, págs. 25-68, Coimbra, 1819. *Apud*: DIAS, Nunes Manuel. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>263</sup>Cf. Ley porque Vossa Magestade he servido exterminar, proscrever e mandar expulsar dos seus Reinos e Domínios, os Religiosos da Companhia denominada de Jesus. Lisboa. 1759. *Apud*: DIAS, Nunes Manuel. *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>264</sup>DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 156.

<sup>265</sup>A.B.A.P.P. – doc. no 340, t. VIII, págs. 151 e seg. Pará, 1913. *Apud*: DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 156.

<sup>266</sup>VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, págs. 49 e 50.

Contudo, o colono desprovido de verbas tinha dificuldades em negociar os africanos, conforme se lê em documentos datados de 1761 a 1765, que mencionam três modalidades de compra e venda de escravos: à vista, através de dinheiro ou ouro; ou crédito e fiado, que eram as formas mais usadas. Ainda em 1775, há registros sobre moradores da capitania do Pará que necessitavam de mais trabalhadores, mas não possuíam dinheiro suficiente para a aquisição. A respeito desse problema, em Macapá, o governador do Estado, João Pereira Caldas instruiu ao comandante da praça Manoel da Gama para que procedesse com “os moradores, que não tiverem dinheiro para a compra. Ou toda aquantia, devem solicitar as suas fianças, em segurança da Companhia; obrigando outros os seus bens, e ainda mesmo os Escravos, que já alguns delles terão”.<sup>267</sup>

Porém, a compra de escravos para os serviços públicos era feita através das verbas procedentes das Câmaras e destinadas à construção de imóveis públicos. Os valores de compra, fixados pela Junta da Companhia, conforme documentos de 1774, correspondiam ao preço de custo praticado na África, acrescido apenas das despesas da viagem.<sup>268</sup>

Entretanto, a criação da Companhia do Grão-Pará provocou, ainda mais, a cobiça dos comerciantes, não somente de Belém, mas também de diferentes vilas da capitania, porque havia uma espécie de pressão conjunta dos moradores que, através dos seus representantes no Senado da Câmara, exigiam dos governadores mais escravos, e estes, por sua vez, dirigiam à metrópole os pedidos de importação de escravos.

Havia, assim, uma sucessão de pedidos de escravos, feitos tanto por particulares como pela Câmara das diversas vilas. Assim sucedeu com João Pereira Caldas, governador do Estado do Pará, que escreveu uma carta em 1775 para Manoel da Gama, comandante de Macapá, comunicando a chegada a Belém de três corvetas da Companhia carregadas de escravos que seriam destinados aos moradores da referida vila.<sup>269</sup>

A metrópole também se manifestou quanto à necessidade que tinha a capitania do Grão-Pará de mais escravos. Mendonça Furtado, em 15 de junho de 1763, escreveu para

<sup>267</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com diversos*. cód. 597, d. 370. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>268</sup> Arquivo Público do Pará. *Op. cit.*, cód. 259, d. 20. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>269</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 39.

Ataíde Teive, governador do Pará, informando que tomou conhecimento da carência de operários e afirma que “fará ver essa necessidade aos Administradores da Companhia Geral do Estado de remeterem mais escravos ao Pará”.<sup>270</sup>

O governador João Pereira Caldas, para fazer valer as ordens da metrópole, escreve à câmara de Macapá informando que havia encaminhado àquela vila um grande número de escravos chegados de Benguela, observando que eram da “melhor sorte de Escravatura”. Na mesma correspondência, chamou a atenção para o número excedido de “200 Escravos que em menos de um ano, tenho feito aí introduzir para o aumento das lavouras”.<sup>271</sup> Mas, mesmo depois do alerta do governador, os moradores da vila ainda argumentavam sobre a necessidade de se importar diretamente os escravos para os serviços das lavouras, sem contar as boas condições de seu porto.<sup>272</sup>

Desde 1760, os governadores que comandaram o Pará já escreviam à metrópole informando sobre a necessidade crescente de escravos para o desenvolvimento do Estado e o descontentamento com as atividades da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. São muitos os documentos onde se menciona a escassez de escravos, o que gerava conflitos e reclamações por parte dos moradores, principalmente quando atracavam nos portos as corvetas com número insuficiente de pretos.<sup>273</sup>

A Companhia de Comércio justificava o reduzido número de escravos descarregados no Estado em razão da pobreza de seus moradores; porém, este argumento não era aceito pelo governador Melo e Castro, que esclarecia a Mendonça Furtado: “tendo apresentado a VEx<sup>a</sup>. a urgentíssima necessidade q há de pretos neste Estado, repetidas vezes, etambém q o Administrador Bernardo Simoens Pessoa fez aos Deputados da Junta para mandarem pouco pretos em razam da pobreza estes moradores (...) os intereces da terra semedem pello numero dos escravos, quanto mais houver tanto maior deve ser apotencia do Estado” justificava sua

<sup>270</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência Metrópole com governadores*, cód. 597, d. 370. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>271</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com diversos*, cód. 599, d. 272. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>272</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 195, d. 45. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>273</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 698, d. 516 e cód. 696 ds. 319 e 3. In VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 46.

firmação narrando que “há poucos dias chegou a este Porto hum navio q veio de Bissau com duzentos e oito pretos, elogo q estes desembarcarõ e venderã todos em duas oras com dinheiro avista sendo tanto o concurso e confuzam dos moradores q os queriaõ comprar q mefoi preciso mandar huma guarda de soldados para evitar algumas dezordens”.<sup>274</sup>

O problema da utilização da mão-de-obra escrava africana na Capitania do Pará complicou-se com as medidas de incentivo ao tráfico, particularmente o “Indulto do Perdão dos Direitos Concedidos por S. Magestade aos que levarem Escravatura direto dos portos de Angola à Capitania do Grão-Pará”,<sup>275</sup> que isentava os traficantes dos impostos fiscais no caso da importação direta, mas proibia o comércio com estrangeiros e o uso de outros portos que não fossem os do Reino de Angola e, dali, para a Capitania do Grão-Pará. Além disso, era proibido sobrecarregar as embarcações e, ainda, o comerciante ou o capitão e mestre da corveta, quando da chegada à capitania, deveria se apresentar pessoalmente ao Juiz da Alfândega da cidade para tirar certidões da quantidade de escravos desembarcados no porto. E, finalmente, após 2 anos, o favorecido deveria reapresentar-se ao General com a sua Aprovação Régia, declarando que ainda estava em gozo dos benefícios do Perdão dos Direitos.<sup>276</sup>

Ao contrário do que se esperava, essa medida não engordou o Erário Régio e logo apresentou os primeiros problemas, dentre eles a concorrência comercial, especialmente a inglesa. O segundo problema era referente às fraudes cometidas por embarcações que entravam no porto de Belém gozando de isenção de taxas, porém, com o número de escravos reduzido, pois muitos haviam sido negociados no Maranhão. Além desses problemas, houve, também, o ataque francês aos navios portugueses e brasileiros que faziam comércio na costa africana.<sup>277</sup>

---

<sup>274</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 696, d. 449. *Idem*, págs. 47 e 48.

<sup>275</sup> Mesmo sendo essa lei oficializada em 1794, há referências de seu vigor desde 1753. (Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 695, ds. 4 e 34. *Idem*, p. 41).

<sup>276</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 195, d. 45. *Idem*, p. 42.

<sup>277</sup> Sobre a deficiência do tráfico de negros para Capitania do Grão-Pará existem poucos documentos no Arquivo Público do Pará, como: *correspondências de diversos com governadores*, cód. 260, ds. 71 e 80, *governadores com a Metrópole*, cód. 70, s/d e cód. 702, d. 89.

Esse contingente de negros desembarcados no Pará foi direcionado a vários serviços e, no que nos interessa, no caso da Fortaleza de São José de Macapá, serviu como mão-de-obra no cultivo da terra e, também, nos serviços das construções urbanas e militares. No que diz respeito a sua utilização na construção da fortificação dessa praça, são muitos os documentos, como o de 3 de abril de 1765, onde se informa que os escravos negros trabalhavam nas pedreiras que serviam de apoio à construção do forte, pois o mesmo se encontrava na boca de dois rios – o Uanará-Peru e o Cururu -, sendo investidos no local 131 trabalhadores efetivos, dos quais 119 eram negros. Além desses serviços, atuaram também nas serrarias como carreiros e em trabalhos pastoris.<sup>278</sup>

É interessante notar que os negros e as negras também eram destinados por particulares aos “serviços de Sua Magestade”, havendo ainda referências a escravos de ganho que trabalhavam nas obras públicas.<sup>279</sup>

É evidente que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi a principal responsável pela introdução de trabalhadores escravos negros no norte da colônia; porém, quando se trata do reaproveitamento interno desses operários, encontramos Domingos Sambuceti e Gaspar Gronfeld, engenheiros que assumiram as obras do forte de Macapá após a morte de Gallucio, informando a Ataíde Teive, governador da capitania, que muitos trabalhadores aplicados nas obras do Forte de Santo Antônio do Gurupá foram remanejados para a construção da Fortaleza de São José de Macapá.<sup>280</sup>

Porém, ainda em 1773, Gronfeld, sargento mor das obras da Fortaleza de Macapá, informava a João Pereira Caldas, Governador e Capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, sobre a inviabilidade financeira que existia na utilização de trabalhadores negros, e dava preferência à mão-de-obra indígena, o que era impossível, segundo o seu parecer, devido o reduzido número desses trabalhadores na região, sentido já naquela época. Segundo ele, além de todos os inconvenientes provenientes da restauração daquelas obras, o Estado deveria ser

---

<sup>278</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 78, d. 75. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>279</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 292, d. 50. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>280</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, cód. 238, d. 3.

cauteloso, também, com os gastos despendidos com os trabalhadores, pois alertava que “nunca estes cálculos podem ser certos. A farinha da terra, que he o pão que se da aos operários, não tem preço determinado. Se as sobred<sup>s</sup>. Obras se houverem de fazer com pretos alugados, cada hum destes fará huma despeza de sette ou oito vitens por dia. Hum índio que vence o salário de doze testoes por mês, alem de dois vinténs por dia que pode importar o sustento, faz huma despeza diária de quatro vinténs que he a metade do que se gasta com hum preto. Se os trabalhos sobred<sup>s</sup>. Se podessem fazer só com índios seria a despeza moderada: mas eu duvido que V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. o possa conseguir. Os trabalhos da quella Fortaleza de Macapá, a fábrica de Nau, o corte e conduçoens de madeira que há tantos annos vão nas Charuas p<sup>a</sup>. o Reino, e as freqüentes despedçoens p<sup>a</sup>. o Mattogrosso, todos tem sido trabalhos que tem sensivelmente diminuido o numero dos índios deste estado sendo já tão sensível a falta delles”.<sup>281</sup>

E, ainda, segundo o engenheiro, para resolver o problema de sustentação dos baluartes da Fortaleza, como já expusemos anteriormente, era necessário muitos índios rapazes, mas, como a resposta do governador João Pereira Caldas foi negativa, então a solução foi comprar negros da África, somando-se na época “hum numero de seiscentos, ou settecentos com os quaes se poderão fazer os trabalhos sobred<sup>s</sup>., fazendose unicamente a despeza de os sustentar; e concluídos todos esses trabalhos repartir os d<sup>s</sup>. pretos pelos moradores da quella villa p<sup>a</sup>. os pagar dentro de dois annos, no fim dos quaes ficava imbolsada a Real Fazenda, as obras feitas com poca despeza, e consideravelmente augmentados aquelles moradores”.<sup>282</sup>

Esta inviabilidade do trabalho indígena nas obras não significa que não tenha sido empregado em funções ligadas à construção da Fortaleza, pois alguns documentos fazem referência aos índios como pescadores de peixe-boi, tainha, pirarucu e outros peixes, que alimentavam todos os outros trabalhadores (Anexo 1).<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> *Idem*, cód. 238, d. 6.

<sup>282</sup> *Ibidem*.

<sup>283</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 182, d. 59, período de 1767 - 1768.

Anaiza Vergolino nos revela, porém, que não é possível definir um número preciso de trabalhadores escravos empregados durante toda a construção, pois eram constantes os casos de fuga registrados em muitos documentos guardados no Arquivo Público do Pará, existindo relatos sobre diligências onde se chegava a aprisionar e restituir mais de 40 fugitivos de uma única vez. Os fugitivos eram pretos e pretas que se juntavam aos escravos da câmara. Para intimidá-los, além dos castigos, a ronda noturna era intensificada, a vigilância dos alojamentos era permanente e o contato entre escravos da câmara e dos particulares era proibido.<sup>284</sup>

Mesmo diante dessa imprecisão, é possível encontrar algumas informações isoladas a respeito do número de negros empregados nas obras da fortificação, como um documento enviado ao Pará, em 1767, dando conta dos pagamentos e serviços realizados por esses trabalhadores (Anexo 2). Pelo anexo desta correspondência é possível notar o número de negros empregados nas obras da fortificação e, também, na pedreira do rio Araperu entre os meses de setembro e outubro, sendo visível, neste último mês, o acréscimo de trabalhadores para as duas funções. Mas, percebemos, também o significativo aumento de trabalhadores enfermos, mortos e ausentes, com pouca variação de um mês para outro.<sup>285</sup>

## 2. Condição social

Sem o trabalho desses operários, as teorias acerca da engenharia militar do século XVIII não teriam vida, pois foram suas mãos que consolidaram os riscos dos engenheiros que associavam a lógica do traçado arquitetônico à inspiração para desenvolverem seus *disegnos*.

No caso da Fortaleza de São José de Macapá, nos anos de 1765 e 1767, foram aplicados cerca de 250 a 350 operários, entre índios e negros, destinados à obra propriamente dita, às pedreiras e às serrarias, trabalhando também como carreteiros, cozinheiros, serventes, caçadores e pescadores. Já as mulheres apareciam como «serventuárias da casa».<sup>286</sup>

<sup>284</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, *Idem*, págs. 57 a 59.

<sup>285</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 78, d. 75. In: HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 90.

<sup>286</sup> Segundo Anaiza Vergolino, os serviços das fortificações militares parecem ter absorvido grande parte da mão-de-obra, não somente dos negros, mas também dos índios escravos, porque a construção de uma

Os documentos referentes às fugas dos negros desembarcados na Capitania do Pará, durante o século XVIII, são inúmeros e, por isso, fixamos-nos principalmente nas pesquisas feitas pela professora Anaiza Vergolino, complementada por nossa investigação no Arquivo Público do Pará, onde há documentos interessantes sobre escravos fugitivos, também chamados de “peças”, e que eram descritos por suas características físicas: “me fugirão dam<sup>a</sup>. Rossa Sette pessas apr<sup>a</sup>. Foy hua negra (...) tem hú segنال nopeito que pouco já seenxergava terá perto desencoenta annos, não he mto. Altaw, mas he gorda rexumxuda, pernas grossas, peitos grandes cahidos (...) outra (...) he alta rexumxuda ebem parecida, peitos pequenos, como aquelles que chamao atacados emais duas negras (...) orelhudas Eoutro Negro (...) he hu tanto magro Enão mto. Alto”.<sup>287</sup>

No que diz respeito, especificamente, à vila de São José de Macapá, a incidência de fugas era constante, principalmente entre os operários da fortaleza. O incômodo era tão grande que Ataíde Teive, governador da capitania, escreveu para Nuno da Cunha de Atayde Varona, Comandante da praça, questionando sobre o tratamento dado aos escravos. A resposta foi eloqüente: “Quanto a aspereza comque VEx<sup>a</sup>. mediz são aquitratados os Prettos do Senado da Camara, que concorre para asua fuga, eu oignorava; pois nem o Administrador mo participou nunca nem os Prettos seme queixarão e ouvindo agora ao Adminstrador, me asegura este terem sido os mesmos Prettos maltratados pello Sargento Antonio Jozé Pinto”<sup>288</sup>

Atayde Varona governou a vila de São José de Macapá durante grande parte da construção do forte, sendo, portanto, o principal responsável pelos operários que ali se encontravam. Sua correspondência para Ataíde Teive acerca do andamento das obras e fugas de escravos é abundante: a de 19 de fevereiro de 1765, por exemplo, comunicava aos “Millitares, e Paizanos desta vila. Que na manhã de Sabbado 16 do corrente mês, seauzentaraõ da obra da Fortificaçõ, quatro trabalhadores Pretos Boçaes, Escravos do Senado da Câmara da Cide. Do Pará, doscento esenta equatro q’. o mesmo Senado embeneficio e adiantamento da referida obra mandou de Ordem do Illm<sup>o</sup>. eExm<sup>o</sup>. Senhor Gen<sup>al</sup>. do Estado para nella

---

fortificação necessitava de uma grande infraestrutura de materiais e de trabalhadores. (VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, págs. 54, 55 e 56).

<sup>287</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com diversos*, cód. 587, d. 98. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>288</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 76, d. 9. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 57.

trabalharem effectivamente. Eporq. os referidos quatro Escravos fugidos he bem de presumir se concervem pellas raças buscando nellas o mantimento de milho e pacovas: Mando atodos os sobreditos Militares epaizanos, que encontrarem os referidos quatro Escravos, os prendaõ econdaõ imediatamente aminha precenza.”<sup>289</sup>

O comandante da vila usou de vários recursos para tentar reduzir as fugas, relatando ao Estado que “Com incançavel cuidado evigilancia, continuo no trato ecommodo dos cento esententa equatro Pretos do Senado da Camera dessa Cidade, senque possa conseguir o evitarlhes as doenças e as fugidas (...) Com a Tropa eos milhores Índios tenho feito todas as posiveis diligencias (...) os faço vigiar de noite pellos seus Cabos (...) Dedia tenho reconmendado aso Cabos ogrande cuidado comque os devem vigiar, tanto nas horas de trabalho, como nas do descnço, não lhes permitindo nestas sagirem do districto daCasa de seu alojamento p<sup>a</sup>. ver seposso conter estes Escravos. Parecem que seria muito conveniente preceder aprizaõ dos Calcetas, o castigo moderado, dos açoutes; paraque otemor comtivese aos mais das Idea de fugirem”.<sup>290</sup>

Entretanto, Atayde Varona sempre fez questão de demonstrar ao governador da capitania o zelo com que tratava os escravos da Câmara à disposição dos serviços da Fortaleza de Macapá: “Não continuando já na perniciosa ideya de figirem que portodo o meyo que me ocorre lhe dezejo destruhir tanto em os fazer praticar naminha presenza, com em os fazer vigiar, dando-lhe o bomtrato que experimentaó, para lhe acautellar não só as ausências mas aconservaçã dasaude, emque intereza o Real Serviço, eo Cabedal do referido Senado. Comtudo tem chegado ater o Hospital 55, e achar-se nadatadesta com 52 acistidos de vitella, egalinhas, todos aquém oCirurgiaõ asjulga necessárias. Este grande n<sup>o</sup>. de doentes não só Pretos, mas também de Índios da Fortificação, daSerraria eAnauerapocú, com alguns soldados, meobligou indespençavelmente alhe fazer mais hua casa depalha: Separando os de bixigas, e de sarampo quevieraõ em Calcetas dessa Cidade. Em distinta Caza, paraque as queixas

<sup>290</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 31, d. 26. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 60. Além deste documento encontramos também referentes às fugas, na mesma secção de correspondências: cód. 61, ds. 14, 36, 44, 56. É importante salientar que o número de documentos a respeito deste assunto não se esgota nestes documentos, havendo no Arquivo Público do Pará um universo maior de referências.

<sup>291</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 21, s/n. In VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 78.

contagiosas saraõ communicazem aos Pretos, emais Índios, como meponderou, e requereo oCirurgião: Tendo até opresente falecido 3 Pretos, e 4 Indios; E não ficando os referidos doentes de ividente perigo. Logo que os sobreditos Pretos chegarão ordenei que toda adespeza que fizeram os mesmos Pretos saons, edoentes fosse separada”<sup>291</sup>.

As fugas realizavam-se em bandos formados por negros e negras de particulares e da Câmara, que tinham ao seu favor o meio físico da região, pois a bacia hidrográfica do Amapá é formada por lagos, furos, igarapés e pelos rios Oiapoque, que separa o Brasil da Guiana Francesa, o Cassiporé, o Calçoene e o Araguari, que é formado por muitas cachoeiras propícias à formação de mocambos.

O grande número de amocambados dessas regiões alarmou o Senado da Câmara de Macapá, que chegou a propor ao governo da capitania mudanças extremas com relação aos escravos capturados nesses mocambos, devendo as tropas de resgate devolvê-los aos seus donos que, por sua vez, deveriam vendê-los para “deffirentes Paizes donde nunca mais aqui apareçam porque do contrário nos ameaça outra mayor ruína, porque cada hum destes escravos he hum Pilloto para aquelles continentes de donde agora vem emuito bem podem conduzir osque aqui há”<sup>292</sup>.

As tropas de resgate eram compostas pelo capitão do mato do distrito da vila e de outros locais que, eventualmente, estivessem de passagem pelo lugar de onde partiam as diligências. Além destes, havia também os chamados auxiliares brancos e índios, tidos como “necessários e indispensáveis para formar um competente Corpo ou Corpos que possam opor-se a qualquer resistência por parte dos fugidos” e para ajudá-los eram assinadas portarias que determinavam a participação de Comandantes, Principais e Diretores dos distritos sob a jurisdição das diligências. Todos eram instruídos a agir com “cautela, eqüidade e prudência”,

<sup>292</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 21, d. 36. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>293</sup> Arquivo Público do Pará. *Representação do Senado da Câmara de Macapá ao Governo do Pará, em 21 de fevereiro de 1793*, cód. 259, d. 72. Apud SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filippe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997, p. 94.

sem, contudo, cometer excessos ou maltrato com aqueles que se entregassem voluntariamente.<sup>293</sup>

Os escravos pertencentes a particulares tinham sua captura paga pelos seus respectivos donos, já a Câmara do Senado do Amapá encarregou-se de editar ordens que instruíam a população sobre como proceder com os negros fugitivos, que deveriam ser presos e conduzidos ao governador. Àquele que não procedesse conforme as instruções oficiais, facilitando a fuga, ficando com um fugitivo para seu serviço ou contatando com mocambos responderia ao rigor da lei.<sup>294</sup>

As autoridades receavam que esses fugitivos atravessassem a fronteira e fossem para o lado francês da fronteira, para juntarem-se aos negros da Guiana libertos, o que poderia ocasionar movimentos abolicionistas na Amazônia. Para conter essa ameaça, as tropas de resgate foram instruídas a agir com rigor, castigando fisicamente os escravos considerados incitadores, como também intensificando as rondas noturnas para evitar o livre trânsito de negros pelas ruas, os quais deveriam ser vigiados constantemente, “tanto nas horas de trabalho como nas do descanso, não lhes permitindo nestas saírem do distrito da Casa do seu alojamento”.<sup>295</sup>

Conforme Anaiza Vergolino, a vigilância das autoridades não intimidou a formação de quilombos na Amazônia, constantes durante o século XVIII, principalmente nas campinas do rio Unará-peru e lagos do rio Araperu (locais onde existiam as pedreiras que abasteciam a construção do forte de Macapá) e, ainda, nos rios Flexal até o Araguari, Negro, Santarém, região do Amazonas que vai até o Tapajós, Tocantins, Anajás, Macacos, Oeiras, Portel e Acará.<sup>296</sup>

Quando chegavam a esses lugares, os negros eram tratados a fim de se recuperarem dos desgastes sofridos durante a fuga, recebendo cuidados que iam desde a sangria até uma dieta que incluía galinha e, nesses mocambos, parte da produção agrícola era negociada com

<sup>294</sup> Arquivo Público do Pará. *Representação do Senado da Câmara de Macapá ao Governo do Pará, em 21 de fevereiro de 1793*. cód. 610, d.407. *Apud* SOUZA JUNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>295</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>296</sup> Arquivo Público do Pará. *Ofício de 16 de setembro de 1765*, cód. 61, d. 44 e, também, *Ofício de 26 de 1765*, cód. 58, d. 36. *Apud* SOUZA JUNIOR, José Alves. *Op. cit.*, págs. 79 e 84.

<sup>297</sup> Cf. mapa 6. *Apud* VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 60.

os franceses, a quem os negros também forneciam tijolos para as construções militares, recebendo em troca proteção e armas. Além disso, alguns amocambados possuíam curral de gado e usavam roupas tingidas de caapiranga (planta de onde se extrai o anil).<sup>297</sup>

### 3. Índios operários

Como já foi mencionado, com a chegada de Mendonça Furtado ao Grão-Pará, sua primeira providência, conforme instruções do rei D. José I, foi observar a exploração dos índios na região, pois a carência destes nos serviços Reais preocupava a Coroa.

Com a emancipação dos indígenas, as autoridades portuguesas redefiniram as bases de exploração dessa mão-de-obra, relocando-a para as obras civis e militares da Coroa, inserindo-se neste contexto a construção da Fortaleza de Macapá, onde os índios foram empregados como remeiros das canoas que transportavam pedras, lenhas para o forno de cal, madeiras e palhas para cobrir as casas que produziam os tijolos. Anaiza Vergolino observou que foram apenas esses operários que trabalhavam sob calcetas; porém, isso não significa que os negros estavam livres da escravidão.<sup>298</sup>

Conforme o mapa de trabalhadores enviado, em 1765, por Atayde Varona a Ataíde Teive, podemos perceber que os índios e os negros trabalharam juntos na construção do forte. Sobre esses operários, informava que «na presente data seachão empregados em diferentes destinos, respectivos a obra da Fortificação; como dos que faltaó p<sup>a</sup>. complemento dos 182 concinados por ordem de VEx<sup>a</sup>. Para a mesma obra, e dos que andaó nas calcetas e são aditos e ella por varios motivos: Iguamente o n<sup>o</sup>. Total dos Pretos escravos da Camera o estado delles etrabalho aque está applicados p<sup>a</sup>. que VEx<sup>a</sup>. Reflectindo com a sua alta comprehençãõ

---

<sup>297</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>298</sup> Calcetas são argolas de ferro fixadas no tornozelo do prisioneiro, ligadas a sua cintura ou ao pé de outro prisioneiro. (VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 55).

sobre a interessante matéria do adiantamento desta obra possa dar aquelas providências que aprezente conjuntura permitir de aumentar-lhe o numero de operarios »<sup>299</sup> (Anexo 3).

Os índios eram excelentes remadores, pois conheciam profundamente as águas dos rios da Amazônia e dos furos das matas, sabendo tirar o melhor proveito da fauna e da flora da região. Além disso, possuíam experiência nas práticas de navegação, sabendo vencer as correntezas, transpor as cachoeiras, desviar a canoa dos penedos utilizando os remos, fazendo-a girar ou mergulhando na água ou, ainda, dentro dela se locomovendo para conduzir o barco nos trechos mais difíceis. Enfim, « estavam sempre à vontade como se fossem peixes ». <sup>300</sup> Por sua habilidade com os remos, os índios serviram, no que diz respeito à construção do forte de Macapá, como transportadores pelo rio Amazonas dos materiais necessários à obra.

Os índios, além de exímios remadores, também se destacavam na construção dos barcos e nos reparos dos mesmos ou, ainda, na substituição de uma embarcação durante as viagens e, neste caso, chegavam a improvisar estaleiros em lugares preferencialmente desligados do continente, evitando assim o ataque de tribos hostis. Seus conhecimentos se estendiam, inclusive, à escolha das árvores que pudessem oferecer a melhor madeira, que deveria ser a mais leve e, ao mesmo tempo, resistente e os paus não poderiam afundar com facilidade. O serviço de abrir os troncos era feito com fogo e, por isso, deveria ser realizado de madrugada, quando o vento era menos intenso, evitando, assim, o risco de incêndios. <sup>301</sup>

No estaleiro, eram confeccionados a estopa, extraída das membranas situadas entre a casca e o tronco da árvore denominada jacepocaia, ou da castanha do maranhão (mais conhecida como castanha do Pará), que era mais propícia e, também, a resina extraída da cumáá – árvore excelente para a calefação - utilizada para brear as embarcações. <sup>302</sup>

<sup>299</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 61, d. 38. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 83. O mapa de trabalhadores transcrito logo depois deste documento é um anexo do mesmo.

<sup>300</sup> D. Luís Pereira e Cáceres, governador do Mato Grosso. *Apud*. LAPA, José Roberto Amaral. *Economia Colonial*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973, p. 44.

<sup>301</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, 45

<sup>302</sup> FONSECA, José Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a boca do rio Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas de Mato Grosso por ordem mui recomendada de S. M. Fidelíssima no ano de 1749*, p. 38. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 45.

Conforme escreveram Gonçalves Fonseca e Virgílio Noya Pinto, para esses serviços os índios podiam receber jornais ou salários, o que não descartava a escravidão, que, apesar de proibida, era muito comum, misturando-se a eles os africanos em situação semelhante, embora considerados de alto custo para a realidade econômica da capitania.<sup>303</sup>

As aldeias ribeirinhas abasteciam os comboios com provimentos necessários à viagem, servindo também de área para descanso dos comboeiros. Os administradores religiosos mantinham nesses lugares engenhocas, ferrarias e carpintaria, além de produzirem algodão. Era de lá que o governo, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará, costumava fornecer índios para cada embarcação. Entretanto, a quantidade utilizada sempre era insuficiente, porque ao longo das viagens muitos iam se perdendo por diferentes motivos, fossem as fugas, as mortes, as doenças ou os naufrágios, que davam cabo da tripulação mais importante dos comboios.<sup>304</sup>

Os homens responsáveis pelas monções tinham muita cautela e atenção, procurando evitar que os índios se aproximassem da mata sob qualquer pretexto, e quando havia a necessidade de penetrar para além da margem do rio, para apanhar lenha e caça, isto era feito com o acompanhamento de sentinelas. Contudo, esses cuidados não impediam as fugas, o que obrigava, muitas vezes, os passageiros e os donos dos barcos a pegar nos remos para concluir a viagem.<sup>305</sup>

O mesmo ocorria com os índios destinados diretamente às obras da Fortaleza de Macapá, onde serviram como carpinteiros – como citamos anteriormente, isto era raro – e, também, como pescadores para as autoridades que se sentiam desconfortáveis com a carne de búfalo e a farinha de mandioca que, além disso, quase sempre demoravam a chegar de Belém. Já as índias eram geralmente empregadas em serviços domésticos ou nas lavouras, conforme concessão feita, em 1776, por João Pereira Caldas ao governador de Macapá: «Concedo sincoenta Indias aesses Moradôres por tempo de trez mêzes, lhes facilitará huma maior comodidade para as suas novas sementeiras, e para o apanho do algodão q ainda estiver em

---

<sup>303</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 44.

<sup>304</sup> *Idem*, p. 46.

<sup>305</sup> *Ibidem*.

termos de aproveitar-se».<sup>306</sup> Gronfeld, sargento mor da vila, chegou a requisitar para Ataíde Teive uma índia velha para lavar roupa.<sup>307</sup>

A excessiva exploração do trabalho indígena contrariava a lei de 6 de junho de 1755, onde Pombal ordenava para a Amazônia uma política indigenista que objetivava emancipá-los e pretendia reconhecê-los como trabalhadores assalariados e colonos. Com essa lei, as aldeias mais populosas deveriam ser transformadas em vilas, enquanto a repartição das terras adjacentes aos índios era feita considerando-se os direitos hereditários. O ministro ordenou ainda que, para garantir a civilização dos nativos, fossem construídas igrejas e se convocassem missionários para o trabalho de *descimentos*, que eram as transferências dos índios de suas tribos para as aldeias, com também a conversão, pois estes religiosos haviam se mostrado mais habilidosos que os colonos no trato com os índios.

Entretanto, os índios não aceitavam qualquer relação de trabalho com os colonos o que dificultava o pagamento de seus vencimentos. Por isso a coroa resolveu transformá-los em colonos ou em soldados para garantia militar do território, contrariando ainda mais as ordens de Mendonça Furtado, que escreveu ao rei solicitando: «Mande, por uma lei, declarar que todos os descendentes de índios estão habilitados para todas as honras sem que aquele sangue sirva de embaraço, e que os Principais, seus filhos e filhas, e que casar com elas, são nobres e gozarão de todos os privilégios que como tais lhes competem/Habilitados assim os índios, se irão sem dúvida os europeus misturando com eles sem embaraço, e ficará mais fácil o povoar-se este larguíssimo país que, sem aproveitarmos a gente da terra, é moralmente impossível».<sup>308</sup>

Mendonça Furtado justificou esse plano de ocupação territorial com uma carta escrita a Diogo de Mendonça Corte Real: «Com elles [índios-colonos] novas povoações que enchem estes sertões porque não pode haver outro caminho de serem povoados senão pelos naturais do país»<sup>309</sup>

<sup>306</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência do governo com diversos*, cód. 306, d. 207.

<sup>307</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 213, d. 43.

<sup>308</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751 – 1759*. Apud SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>309</sup> “Carta de 18 de fevereiro de 1754, de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real”. Anais do Arquivo Público do Pará, tomo III, p. 207, d. 119. Apud SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 48.

João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Pará, em ofício escrito em abril de 1773 a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, também manifestou sua preocupação com a situação dos índios, diante da exacerbada exploração dos colonos e a ruína das povoações. Como solução, propõe o fornecimento de escravos negros por conta da Fazenda Real, poupando, assim, os nativos para que pudessem « aumentar suas nações e para o comércio do Sertão e suas aplicações, para as quais são absolutamente necessários; a necessidade de se atender a essas propostas, pelos graves prejuízos econômicos e sociais para a Fazenda Real e para as mesmas povoações de Índios visto serem necessários como operários à jornada para a continuação das obras da Ribeira da cidade do Pará, Fortaleza de São José do Macapá, da vila Nova de Mazagão e mais serviços reais a prestar naquela capitania, e tendo em atenção os abusos praticados por alguns moradores e senhores de escravos ». <sup>310</sup>

Por este documento, percebemos que o governador do Pará sustenta e justifica sua opinião sobre utilização da mão-de-obra indígena que, em se tornando rara, trazia prejuízos econômicos à capitania. Este assunto, conforme citamos anteriormente, já havia sido debatido entre Pereira Caldas e o engenheiro Gronfeld em carta escrita em 1773.

Juntamente com os índios e os negros, escravos ou assalariados, subsistiram também homens brancos pobres e mestiços, que eram levados a dividir o mesmo espaço nos quartéis e fortalezas, lugares onde também padeciam com problemas de atraso dos soldos, rações insuficientes, castigos corporais e a submissão à rígida disciplina militar. Por tudo isso, era comum a deserção desses homens, que acabavam se refugiando nos quilombos. <sup>312</sup>

Segundo Souza Júnior, além desses homens, que serviram à política de supremacia portuguesa na região norte, foram enviados para a capitania do Grão-Pará e Maranhão alguns portugueses degredados. <sup>311</sup> Sobre o emprego de presos nas obras da fortificação, encontramos as ordens do governador João Pereira Caldas, escritas em 1775, a Manoel da Gama Lobo de

---

<sup>310</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. A-C-L-C-U. 013, cx. 70, d. 5993.

<sup>311</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>312</sup> *Ibidem.*

Almada, comandante da vila de São José, para que empregasse homens malfeitores nas obras da Fortaleza de São José de Macapá.<sup>312</sup>

Porém, desde 1767 registrava-se o emprego de trabalhadores condenados nas obras do forte, pois como comunicou Nuno da Cunha de Atayde Varona à sede da capitania, que o cabo da esquadra, Antônio José Morgado havia entregue à Fazenda Real, além da farinha e munição, “o Pretto de José da Costa Official de Pedreiro, que VEx<sup>a</sup>. Ouve porbem mandar emferros; doqual tomou entregue Ajustiça por haver aque intentado odt<sup>o</sup>. Pretto, com huma nunca vista ouçadia forçar amulher de Josê daS<sup>a</sup>. que em calceta está cumprindo o seu degredo no trabalho da obra da Fortificação; que (ilegível) do mesmo Pretto efoi pronunciado aprizaõ, motivo porque se auzentou (destruído) cujo crime cometeo de pois de haverlevado sinquente açoutes de Ordem minha, por hir huma noitte deitarce com a sobre ditta mulher dizendo ser o Alferes Roberto de Maré naõ só aos cabos das Canõas do açouque, mas a todos os das que vem de mandar este Porto».<sup>313</sup>

Existem, também, solicitações de indultos para presos que cumpriam pena nas obras do forte como, por exemplo, o pedido feito, em 1773, por Gronfeld ao governador da capitania para que perdoasse a culpa de alguns degredados que padeceram « por quatro annos em huma calseta nos trabalhos da quella fortificação de Macapa. Devendo agora informar a V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. Sobre a malícia deste facto, e sobre as peniciosas consequências que às vezes se originaõ de otros semelhantes; tenho ponderado e me parece que todo o procedimento que os ditos prezos tiveraõ na sua culpa poderá ser bastante para V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. Uzar de sua piedade e absovelos».<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup>Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 238, d. 4.

<sup>314</sup>Arquivo Público do Pará. *Correspondência do governo com diversos*, cód. 291, d. 13. Gronfeld enviou, em 11 de agosto de 1770, um mapa dos índios que estavam trabalhando na fortificação, entre eles aparece também um degredado. (*Correspondência de diversos com o governo*, cód 213, d. 55)

Gronfeld referia-se a três homens que injustamente haviam sido acusados do roubo de uma planta da Fortaleza de Macapá desenhada por Gallucio, mas em defesa dos presos escreveu que « não consta que desse risco tirassem copia; também se não pode presumir o mostrassem a pessoa alguma de suspeita; e também pelo dezembaraço com que o andaraõ mostrando pelas ruas parece que ignoravão [a culpa] que cometiaõ». <sup>315</sup> O Auto de Devassa aberto sobre este caso teve por objetivo investigar se estas plantas da Fortaleza, que eram segredos de Estado, tinham sido entregues aos franceses.

#### 4. Condição de vida e trabalho na Amazônia colonial

O problema das doenças merece tratamento a parte, já que, embora possuísem boa resistência, o trabalho metódico e continuado, a alimentação deficiente, as desafiantes dificuldades que enfrentavam nos comboios, levavam esses remeiros, muitas vezes, a adoecer, necessitando-se de mais horas de descanso do que o permitido pelo branco e, também, de alimentação mais adequada do que a simples ração diária de farinha que recebiam <sup>316</sup>. Com esse cuidado, as viagens tornavam-se mais demoradas e provocavam, inclusive, atrasos nas obras, pois esses índios transportavam, entre outros materiais, as pedras necessárias ao levantamento das muralhas do forte.

A associação do fatigante trabalho às longas viagens resultava na disseminação das moléstias que assombravam as embarcações, dizimando a tripulação, somando-se, também, a essas vítimas os brancos, desacostumados à umidade da Amazônia. O tratamento básico que os colonos adotavam para moléstias como a malária era a quina, planta típica da região. Para as picadas de cobras, freqüentes durante as viagens, “sarjava-se as vítimas na parte ofendida para, em seguida, cauterizá-la através da teriaga de Veneza”. <sup>317</sup>

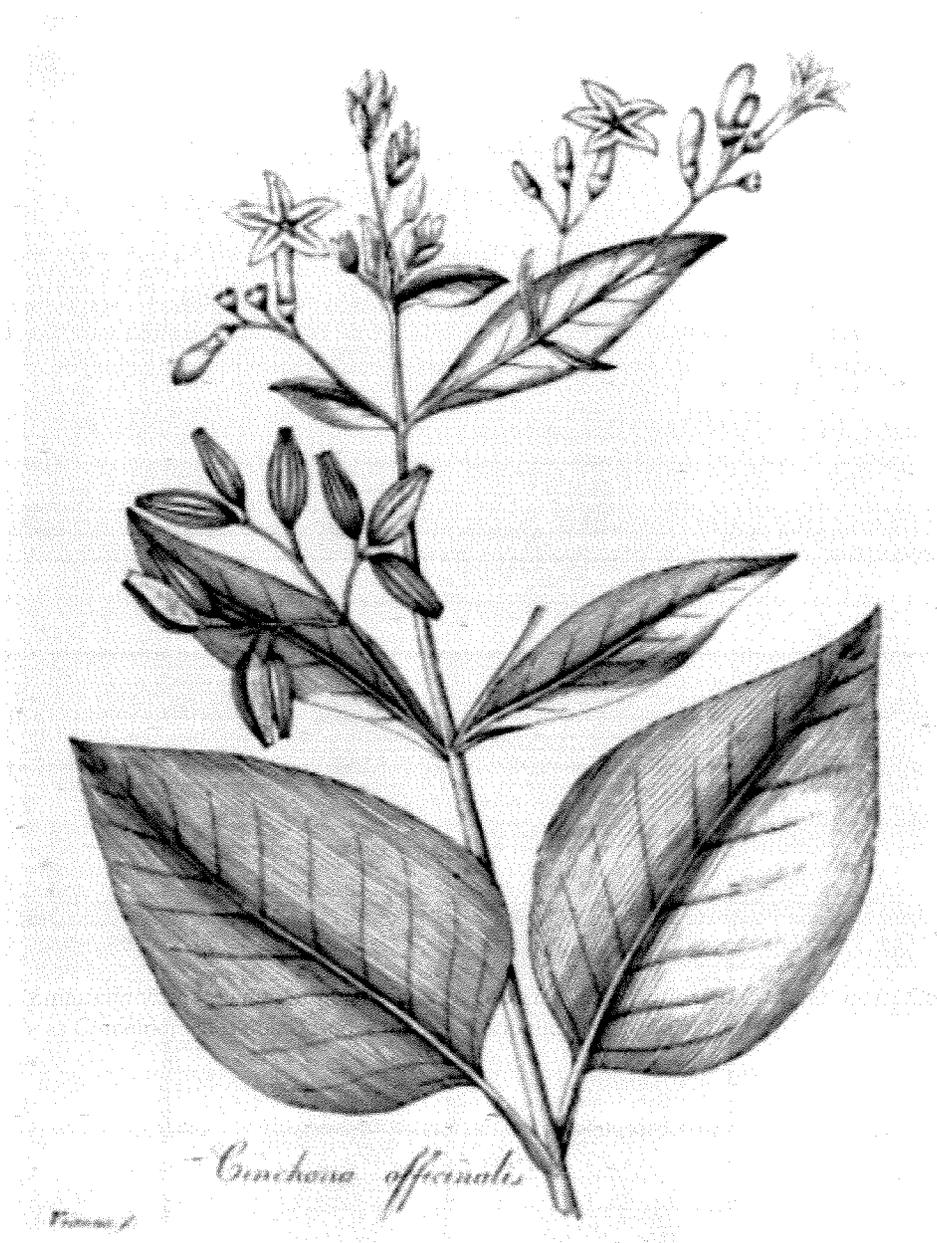
<sup>315</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 68, d. 76.

<sup>316</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p., 44.

<sup>317</sup> Segundo Taunay, a *teriaga de Veneza* era o cozimento de grande mistura de drogas conhecidas na farmacopéia colonial, muito consagrada na Europa. Esse conhecimento era aplicado também nas monções do Tietê. (TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das bandeiras paulistas*, v. 11, p. 136. *Apud.* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 59.

**Figura 18**

Desenho da planta de quina (*Cinchona officinalis*).



**Fonte:** Arquivo Público do Pará, cód. 542, d. 06, data 1797, local M. 06, p. 05. In: *Catálogo Anais Tomo IV - Descrição da planta de quina* (*Cinchona officinalis* - Vianna F). Desenho a nanquim sobre papel, s/d, s/a.

Na falta desses remédios, utilizava-se o bico de ave acauã e o unicórnio de inhuma<sup>318</sup>, transformados em pó que, misturado à água, servia tanto para beber quanto para passar na ferida. Da raspagem dos esporões das anhumas, os monçoeiros do sul extraíam, também, um antitóxico eficiente. Além desta ave, eram utilizados os ossos da acauã<sup>319</sup> transformados em pó, o qual servia como soro antiofídio «suficientemente poderoso para recuperar vítimas que se acham agonizantes, já sem fala, com o peito sufocado e que, com 10 dias de aplicação de dosagens e tratamento local, além de dieta alimentar nos primeiros 5 dias, acabavam por curar-se inteiramente»<sup>320</sup>

Todos esses remédios existiam graças aos conhecimentos dos indígenas, que extraíam da fauna e da flora as substâncias utilizadas para curar as doenças típicas dos sertões. Conforme vários registros das ordens dadas por João Pereira Caldas, Governador do Grão-Pará e Rio Negro, ao Provedor comissário de Macapá, a quina era a erva mais requisitada pela vila de São José de Macapá à Capitania. Sobre esta necessidade encontramos, dentre outros documento, um de 1776, onde o governador envia pelo *aspeçado* Rodrigo José Barbosa a remessa para a vila de «oito lascas de quinna em pó, quatro onças de mercurio dosse, outras tantas de espirito de vitríollo em hum vidrinho».<sup>321</sup>

Mesmo diante desses cuidados, o trabalho não se tornava menos fatigante, o que provocava altos índices de mortalidade, haja vista que «permaneciam dias continuados dentro d'água, principalmente sofrendo os efeitos dos repiques, (...), ondas que desciam da cabeceira do rio, adoeciam com facilidade, sendo muitas vezes levados à morte por essas moléstias».<sup>322</sup>

Geralmente, com era comum na época, o tratamento dos enfermos acometidos de diarreia e febres intermitentes, dava-se de forma muito precária e, para que não se retardassem

<sup>318</sup> Ou anhuma que é ave anhimídea que vive em pântanos e banhados. (Mini dicionário Aurélio, p. 44)

<sup>319</sup> Ave falconídea, diurna, cujo canto é tido como de mau agouro. (Mini dicionário Aurélio, p. 8)

<sup>320</sup> FONSECA, José Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a Boca do rio Madeira pela Escolta que por este rio subiu às minas de Mato Grosso por ordem mui recomendada de S. M. Fidelíssima no ano de 1749*. In: *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses*, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. IV, n. 5. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>321</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência do governo com diversos*, cód. 306, d. 208. Nesta secção existem muitos documentos sobre a remessa de remédios à vila de Macapá, entre tantos podemos citar no mesmo códice os documentos: 207, 129, 131.

<sup>322</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 60.

as viagens, eram misturados aos sãos. Esta situação mudava quando o doente era algum remeiro. Neste caso, logicamente, a monção era obrigada a estacionar, mesmo que por poucos dias para esperar a devida recuperação ou, no pior dos casos, para inumação do cadáver.

No canteiro de obras da Fortaleza, os problemas intestinais eram causados, sobretudo, pela comida estragada dada aos operários, conforme podemos constatar nas informações relatadas por Francisco Alfonço da Costa Carvalho que “a des [dia 10 de dezembro de 1771] chegou Mauricio de Seichas do pesqueiro real com cento e quarenta e seis potes de manteiga e seis centa, sincoenta e oito arroba e vinte e oito Libras de peixe boi, que logo se entrou a dar aos operários por não estar já muito bom e creio que não chegará acabar de se distribuir antes de se arruinar de todo”.<sup>323</sup>

Mas, segundo os personagens envolvidos nas viagens que abasteciam a vila de Macapá com alguma provisão, a pior praga que podia se manifestar eram as nuvens de mosquitos que se formavam com a falta de vento. Mesmo com a ocorrência desta situação, a navegação não podia parar, e a falta de abrigo tornava os viajantes vulneráveis às picadas, causando-lhes inchaços e febres. O ataque desses insetos, conhecidos pelos índios com *carapanãs*, dava-se principalmente ao cair da tarde, e «como nem sempre era possível usar-se o mosquiteiro, isto é, tenda de morim que se armava sobre a rede, o recurso que restava aos comboeiros eram queimar a bordo folhas de fumo, com cuja fumaça se lograva afugentar os insuportáveis carapanãs»<sup>324</sup>

Sobre os índios que adoeciam no canteiro de obras da Fortaleza de Macapá são muitos os registros, como o escrito em 1776 por Atayde Varona, Governador da vila de São José de Macapá, informando ao governador do Pará que as “obras da Fortificação se continua; aind que falta a gente de que necessita pelo grande numero de operários que ficam no Hospital”.<sup>325</sup>

Em outra correspondência de 1777, escrita por Diogo Silva, enfermeiro da vila, informou a Ataíde Teive que: « Neste hospital em o mês de Março entrarão oitenta e oito

<sup>323</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência do governo com diversos*, cód. 173, d. 62.

<sup>324</sup> MARTIUS, Carlos Frederico Filipe Von. *Viagem pelo Brasil*, Rio, Instituto Geográfico do Brasil, 1938 (em co-autoria com J. B. Von Spix), v. 3, p. 122. *Apud.* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 6.

<sup>325</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 164, d. 22.

emfermos e destes fallecerão três: achaõsse treze índios; seis calcetas; tres rapazes; doze prettos; doze soldados; e vinte e nove povoadores da v<sup>a</sup>. Nova. Somão todos setenta e quatro ». <sup>326</sup>

Notamos na carta de Feliciano Ramos Nobre Moura, provedor geral, a Athaide Teive, governador do Grão-Pará, que a situação tornava-se mais difícil quando algum índio pescador adoecia, o que dificultava o envio para a “bahia salgas peixe para os dias de abstinência de carne, e logo na próxima ocasião ficou um índio e pescador picados de arraia. Rogo a V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me mande o cabo da canoa Manoel Friz, que trouxe a Macapá para me poder prover com peixe para a Quaresma”. <sup>327</sup> Esta situação comprometia o abastecimento da vila de pescados que alimentavam todos os moradores.

A bordo das embarcações, a ração diária era à base de farinha de mandioca, associada ao peixe seco, sendo, às vezes, complementada durante as paradas nas aldeias, feitorias, fortalezas e vilas com frutas, palmitos silvestres, pescado, tubérculos e raízes conhecidas pelos índios. Estes mantimentos era conduzidos por uma canoa chamada de *armazém* e o abastecimento de peixe era feito pela « canoinha de pescar » conduzida por um índio pescador, cuja função era abastecer a expedição com alimento fresco sem o estacionamento do comboio. <sup>328</sup>

A caça, embora fosse mais trabalhosa que a pesca, também era praticada. « Caçavam-se antas, javalis, veados, cotias, espécie de coelhos, porcos do mato, pacas, papagaios, araras, jacus, jaós, patos silvestres, marrecos e marrecões, mutuns e macacos, este último somente em situação de muita carência de alimentos, pois sua carne não era muito apreciada. Alguns animais e aves, como ocorria com os peixes, em certas áreas tinham a carne insípida, sendo por isso refugados » <sup>329</sup>

<sup>326</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 213, d. 14.

<sup>327</sup> *Idem*, cód. 156, d. 09.

<sup>328</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, págs. 70 e 73.

<sup>329</sup> FONSECA, José Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a Boca do rio Madeira pela Escolta que por este rio subiu às minas de Mato Grosso por ordem mui recomendada de S. M. Fidelissima no ano de 1749*. In: *Coleção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses*, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. IV, n. 5. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 73.

De todos esses produtos que compunham a dieta alimentar monçoeira, eram as tartarugas as mais apreciadas, pois existiam em abundância nas praias do Amazonas. Além da carne aproveitava-se seus ovos para fazer manteiga, que substituíam a do leite de vaca, e o azeite que servia tanto para temperar carnes quanto para a iluminação.<sup>330</sup>

No canteiro de obras do forte, a farinha também era o alimento principal e a sua falta era sempre reclamada pelos comandantes que governaram a praça de Macapá no período de construção da fortaleza, pois era componente indispensável para “a alimentação das tropas, índios, operários da fortificação [de Macapá] e o povo”<sup>331</sup>. Mas, a carência deste gênero preocupou Ataíde Varona, comandante da praça, que escreveu para o governador do Pará informando a “falta de farinha e arros [arroz] que se experimenta neça cidade”. Porém, mesmo estando a vila abastecida de arroz, Varona alertava que era insuficiente para alimentar a todos, pois como informou “estes moradores vão colhendo, tendo perdido huma grande parte delle com as sucessivas chuvas que ainda continuão (...) logo que estes moradores acabarem a colheita deste gênero, verey a quantidade que há”.<sup>332</sup>

Muitas vezes, a escassez de farinha e outros alimentos foi denunciada pelo comandante da praça ao governador do Grão-Pará, que suspeitava de soldados que faziam o comércio ilegal desses produtos. Foi o que ocorreu, em 1766, quando o capitão Manoel Gonçalves Meninea denunciou o soldado Manoel da Silva Rabello, cabo da canoa que transportava peixe, sal, farinha, carne de boi e madeira da vila de Anajás para a Fortaleza de São José de Macapá, que respondeu processo por “ter xegado a noticia que o ditto cabo fazia salgás de peixe e carne com os índios da mesma canoa em grave prejuízo do serviço de sua Magestade”. Consta nos autos deste processo que o soldado utilizava-se dos serviços dos índios, de propriedade do Senado, para comerciar diretamente com os colonos sem prestar contas com a Fazenda Real.<sup>333</sup>

Um ano depois deste ocorrido, Atayde Varona, “Coronel e Comandante da Praça do Macapá”, denunciou a Atayde Teive que no rio Anajás havia suspeitas “de furtos de farinha,

<sup>330</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>331</sup> Arquivo Público do Pará, *Correspondência do governo com diversos*, cód. 132, d. 42, período 1763.

<sup>332</sup> *Ibidem*.

<sup>333</sup> Arquivo Público do Pará, *Autos de Devassa*, cód. 168, d. folhas 162, 166, 173 e 174, período 1766.

negócios de carne, salgas e colhetas de timbó para pescar e vender, que deliberei logo que expedice estas Canoas para nessa cidade mandar a aquele Rio o Alferes José de Brisson Machado com um sargento e alguns soldados”.<sup>334</sup>

Mas, além da falta de peixe e farinha, o que mais incomodava as autoridades era a carência das carnes de frango e de boi, como se queixou Gronfeld a Ataíde Teive : « a carne de touro, que aqui costuma haver me faz mt<sup>o</sup>. mal, o frango e galinha, quasi não ha ». <sup>335</sup> Por isso eram muitos os pedidos de boi, não somente para a alimentação, mas, também, para “carrearem na obra da Fortificação”; porém, o transporte destes animais era sempre complicado, dado o pequeno porte das embarcações que não agüentavam peso excessivo.<sup>336</sup>

A chegada de carne de boi, salgada e fresca, sempre foi muito festejada pelas autoridades, pois somente a alta patente tinha o direito de consumi-la. Outro produto consumido por todos, e não menos raro, era o feijão<sup>337</sup>.

De outras vilas – quando não era desviada - vinha para Macapá a base alimentar, que além da farinha como já citamos, era composta de peixe boi, pirarucu e manteiga de tartaruga, pescados abundantes na região amazônica. De fato a Amazônia, por mais inóspita que parecesse aos olhos dos europeus, sempre foi rica em produtos que curam e alimentam; portanto, nos parece que as difíceis condições de sobrevivência sentidas, principalmente, pelos operários do Fortaleza de Macapá foram provenientes da má administração e, também, do comércio ilegal praticado pelos soldados destacados para a vila de São José.

---

<sup>334</sup> Arquivo Público do Pará, *Correspondência do governo com diversos*, cód 176, d. 32, período 1767.

<sup>335</sup> *Idem*, cód. 213, d. 43.

<sup>336</sup> *Idem*, cód. 164, ds. 28 e 22, período 1766.

<sup>337</sup> *Ibidem*.

## Capítulo IV

## FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: SUAS FORMAS E DESENHOS

«Um edifício não é um conjunto de superfícies, mas um conjunto de partes cujo comprimento, largura e profundidade se harmonizam de um determinado modo e constituem um corpo sólido original, que comporta um volume interno e uma massa externa.» (Henry Focillon, *Vida das Formas*).

### 1. A representação dos desenhos

A associação entre a visão humanista de Bruno Zevi e os conceitos de estética construídos por Focillon, parece resultar em uma explicação abrangente sobre a arquitetura, pois entendemos, a partir destas leituras, que as construções fazem parte de um espaço real dinamizado pela ocupação do homem.<sup>338</sup>

Porém, o movimento dos corpos só se torna perceptível quando o desenho sai da planta e torna-se um edificação. Para Focillon, a importância em observar um projeto arquitetônico está na primeira visão daquilo que se tornará sólido, guardando na memória informações precisas sobre os cálculos de peso, equilíbrio e matéria, segundo as conveniências do ensino das escolas que intervêm nos estilos dos edifícios e ensina a melhor solução para um determinado desenho.<sup>339</sup>

---

<sup>338</sup> FOCILLON, Henri. *Vida das formas*. Trad. Lea Mária Sussekind Viveiros de Castro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983, p.42.

<sup>339</sup> *Idem*, p. 43.

Portanto, segundo Focillon, é por isso que a arquitetura, entre todas as artes, é a mais privilegiada, seja construindo prédios ou embarcações, porque não significa apenas preencher um espaço vazio conveniente e rodeá-lo de garantias, mas construir um mundo interior regido pelas influências sociais, culturais e políticas de uma época.<sup>340</sup>

Segundo Nestor Goulart, a memória do Brasil urbano colonial, expressa em seus diversos desenhos e formas, levantamentos de território, cartas geográficas, projetos de fortificações, desenhos de cidades, bem como projetos de edifícios públicos, religiosos e privados verdadeiras obras de arte e, por isso, representam a memória patrimonial do Brasil que não foi apenas rural, mas também urbano. Esta memória urbana começou a ser recuperada a partir da década de 1960, após um longo período de esquecimento das obras e dos planos urbanísticos que compõem o espírito cultural, artístico político e técnico-científico do período colonial.<sup>341</sup>

Nas plantas dos desenhos civis, militares e religiosos dos séculos XVI, XVII e XVIII, houve um sistema de códigos e convenções que orientavam a leitura dos desenhos sobre aquilo que se deveria ressaltar, conforme as orientações de Manuel de Azevedo Fortes, em o *Engenheiro Português*: « Quando o Príncipe manda tirar a planta de huma Praça, para por ella se poder fazer juizo da sua força, segundo o terreno, que occupa com as suas obras, e o que tem arrodado. »<sup>342</sup>

Para cumprir com essas ordens reais, os engenheiros militares deviam possuir habilidades para medir as distâncias entre cada prédio e as características do terreno. Além disso, devia « o Engenheiro Desenhador configurar também o terreno, e nisto mostra mais a sua habilidade porque lhe é necessário mostrar os montes, os outeiros, ou emminencias do terreno, os valles, os arvoredos, as vinhas, as hortas, os casaes, que houve, os caminhos, as quebradas, as ravinas, as pedreiras, os moinhos de agoa, ou vento, as terras lavradas (...) e tudo o referido e o mais que se achar, deve ser configurado em suas justas distâncias e posições »<sup>343</sup>

<sup>340</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>341</sup> REIS, Nestor Goulart. “As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 64.

<sup>342</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro português*, 1728, capítulo X, tomo I, p. 431. In BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e designio – o Brasil dos engenheiros militares*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 55.

<sup>343</sup> *Ibidem*.

O engenheiro devia seguir algumas convenções, propostas pelos manuais europeus, para identificar, nos desenhos, cada elemento da paisagem. Nas orientações de *O engenheiro português* « As ravinas (...) a sua figura se risca de tinta da China, e se lava de aguada de tabaco, ajudada de hum pouco de vermelho, e suavizada para o meio (...) Os pumares se riscaõ com arvores iguais e igualmente acompanhadas humas de outras, no que só se distinguem olivas, e arvoredos, que não guardaõ regularidade: as letras HH, mostraõ a forma dos pumares: a letra I mostra hum olival, e as letras K, mostraõ a forma dos bosques, ou arvoredos».<sup>344</sup>

As orientações continuavam, ainda, sobre a forma de representação dos edifícios ou obras: "I toda obra de pedra, e cal nas Fortificações, que chamaõ alvenaria, se deve riscar, e lavar, ou dar aguada de vermelho<sup>345</sup> (...) Toda a obra de terra se deve riscar, e lavar de preto (...) Toda a obra em projecto para executar se lava de amarello ».<sup>346</sup>

Esses desenhos, na sua maioria, continuaram manuscritos até as últimas décadas do século XVIII, eram documentos únicos, estratégicos e de circulação restrita, pois eram assunto de Estado e, portanto, submetidos exclusivamente à aprovação do rei e seus conselheiros, com a supervisão do engenheiro-mor e do provedor de obras do reino, que os destinava aos empreiteiros e mestres de ofício encarregados da execução das obras a serem realizadas nas Províncias do Reino e Conquistas. Por isso, esses códigos tinham a função de facilitar a leitura daquilo que iria se materializar e orientar o processo de colonização, constituindo desta maneira, veículo de *desígnio* político.<sup>347</sup>

Assim, esses desenhos foram um dos mais eficientes instrumentos de conhecimento, apropriação e controle do terrotório, com a capacidade de fornecer à Coroa a medida do seu império em lugares que os reis só conheciam através dos *riscos* dos engenheiros ou das

<sup>344</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *Op. cit.*, p. 434. *Apud* BUENO, Beatriz Siqueira, *Op. cit.*, p. 55

<sup>345</sup> pelo mapa da Casa da Ínsua que consta neste trabalho (figura 8), verificamos que as fortificações de Santo Agostinho, de Marabitanas e de São Gabriel estão representados em vermelho, seguindo os padrões estabelecidos pelo texto de *O engenheiro português*, de Azevedo Fortes.

<sup>346</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *Op. cit.*, p. 412. *Apud* BUENO, Beatriz Siqueira, *Op. cit.*, p. 55.

<sup>347</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares*. In: "A construção do Brasil urbano", *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 41

narrativas dos viajantes. Essas representações faziam parte das estratégias de colonização, fosse através do mapeamento do território ou da construção de cidades e fortificações.<sup>348</sup>

Portanto, nas folhas de papel, de linho ou nas peles de animais constavam os planos daquilo que se pretendia conquistar, obter ou preservar através dos princípios espaciais e estéticos que orientaram a concepção das nossas cidades planejadas e a nossa arquitetura oficial, civil e militar, onde a *simetria* era sinônimo de policiamento e boa ordem sobre a *barbárie* dos lugares inóspitos. Daí, as palavras do Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo (1765 – 1775) que explicam que «huma das couzas que as Nacções mais cultas costumão Ter grande cuidado no tempo prezente hé a semetria, e armonia dos edificios que de novo se levantão nas Povoações das Cidades, e Villas para que da sua disposição não resulte a commodidade publica mas também o agrado com que se fazem mais appeteciveis, e habeis as povoações, conhecendo-se da sua boa ordem com q' estão dispostas a policia, e a cultura dos seus habitadores ».<sup>349</sup>

Ao longo do século XVIII, Portugal enviou para o Brasil um número significativo de engenheiros ; porém, mesmo assim, o contingente não foi suficiente para dar conta de tudo o que se pretendia construir, obrigando, muitas vezes, os governadores e funcionários das capitanias, principalmente as periféricas, que não eram versados nessas convenções e padrões arquitetônicos, a realizarem os desenhos que eram enviados para a metrópole acompanhados de pedidos de desculpas pela qualidade dos mesmos<sup>350</sup> (Figuras 19 e 20).

---

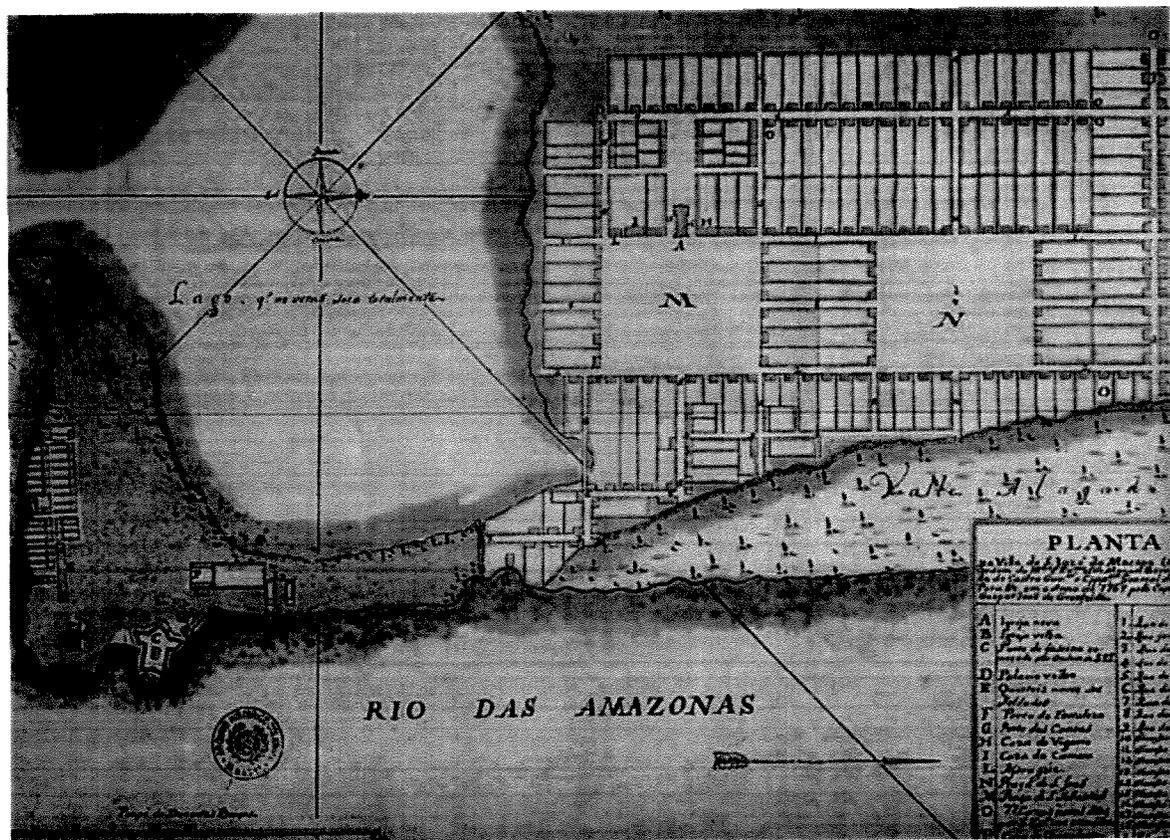
<sup>348</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>349</sup> Morgado de Mateus, 19/9/1766. In BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>350</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, págs. 55 e 56.



Figura 20: *Planta da Villa de S. Jozé do Macapá tirada por ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr. Manoel Bernardo de Melo e Castro Gov.<sup>or</sup> e Capp.<sup>am</sup> General do Estado do Pará (...) em o Anno de 1761 pello Capitão Eng. Gaspar João de Gronfeld.*



Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, figura 309.

Por esses mapas, podemos diferenciar um projeto feito por um engenheiro militar, Gaspar Gronfeld, e outro, provavelmente, feito pelo comandante da praça de Santa Anna. Porém, quando se tratou do projeto referente à Fortaleza de São José de Macapá, Mendonça Furtado foi taxativo em requerer um engenheiro que fosse hábil e conhecedor das técnicas de se construir fortificações, pois conforme escreveu ao marquês de Pombal não havia na capitania do Grão-Pará nenhum oficial competente para esta obra “uns por estrangeiros e por alguns deles me dizerem que nunca serviram senão na infantaria, e o que resta, que é o sargento-mor Sebastião José, que por inábil e incapaz deste trabalho – não os julgo em estado de encarregar a nenhum deles das fortificações de uma praça tão importante (...) e como tal se não deve fiar a sua fortificação senão a um homem inteligente, robusto e honrado, em que se possa confiar que dê conta de uma obra tão importante como esta e sem êste princípio é impossível que se possa fazer coisa que boa seja”.<sup>351</sup>

## 2. A militarização da Amazônia

Segundo Cristovão Fernandes Duarte, a fundação de Belém, em 1616, permitiu, o estabelecimento de uma rede fortificada encarregada de defender a costa setentrional da cobiça dos franceses, que depois de serem expulsos do Maranhão, podiam, conforme temiam os militares, investir contra o norte do Brasil. Belém foi o lugar escolhido porque localiza-se às margens da baía do Guarujá – braço secundário da desembocadura do rio Amazonas – e surgiu como o elo entre o rio e o mar, tendo como calha principal o escoamento do grande rio. A partir daí, a história de Belém significou também a conquista da Amazônia.<sup>352</sup>

---

<sup>351</sup> 135ª Carta de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal: Arraial de Mariuá, 14 de novembro de 1755. In: MENDONÇA, Carneiro. *Op. cit.*, 2o Tomo, p. 834.

<sup>352</sup> DUARTE, Cristovão Fernandes. *São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, págs. 153 e 157.

Esta cidade surgiu com a construção do Forte do Presépio e seu primeiro levantamento geométrico foi desenhado pelo engenheiro militar alemão João André Schwebel, em 1753, que registrou o crescente desenvolvimento do traçado urbano.<sup>353</sup>

Neste contexto, Adler Homero explica que o Amapá surgiu como uma proposta profundamente bélica, podendo ser o resultado ofensivo – quando se lutou com estrangeiros na região – ou defensivo – com as edificações, povoações e vilas criadas como garantia do Cabo Norte a Portugal, valendo ressaltar que a vila de Macapá surgiu após a destruição dos fortes ingleses e holandeses que existiam na região e, posteriormente, com a construção das fortificações portuguesas do Araguari (1632) e Santo Antônio de Macapá (1688).<sup>354</sup>

Com o abandono desses fortes, Portugal se viu na contingência de fortificar a margem norte do Amazonas. Contudo, por muito tempo, estas intenções foram emperradas talvez pelo isolamento da região que, sem a presença de povoações que dessem o apoio material e humano, tornava difícil a construção de outra fortificação. Sendo, assim, em julho de 1752, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado enviou para a região um grupo de ilhéus açorianos, que aceitou a transferência para o Brasil em troca de terrenos para realizar suas plantações. Estes colonos fundaram, a cerca de quinze quilômetros do local do antigo forte de Santo Antônio, a povoação de Macapá<sup>355</sup> (figura 21)

---

<sup>353</sup> Schwebel chegou a Belém como integrante da Comissão Demarcadora de Limites, em 1753, e junto com ele vieram o arquiteto italiano Antônio José Landi, seu compatriota o engenheiro Antônio Gallucio e o engenheiro alemão Gaspar Gronfeld. Todos integrantes da expedição técnico-científica encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha previstas pelo Tratado de Madri e, tendo a comissão espanhola, demorado a chegar, então estes homens foram destinados a outros afazeres, como as construções fortificadas. (DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Op cit.*, p. 160).

<sup>354</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, págs. 129 a 134.

<sup>355</sup> *Idem*, p. 166.

Figura 21: *Planta da Praça e Villa de S. Joze do Macapa*



Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, figura 310

Por esta planta, notamos a existência do forte de faxina de Macapá, construído em 1761, tido como inviável economicamente, pois o material utilizado na sua construção não foi adequado, forçando (Figuras 22 e 23), um ano depois da sua construção, uma reforma por estar a construção arruinada pela ação das chuvas e da corrente do rio Amazonas. Para garantir a defesa temporária da vila, o pequeno forte durou o tempo da construção da grande fortaleza e, em 1765, Galuccio ordenou sua demolição para ser erguida no seu lugar uma bateria da Fortaleza de São José.

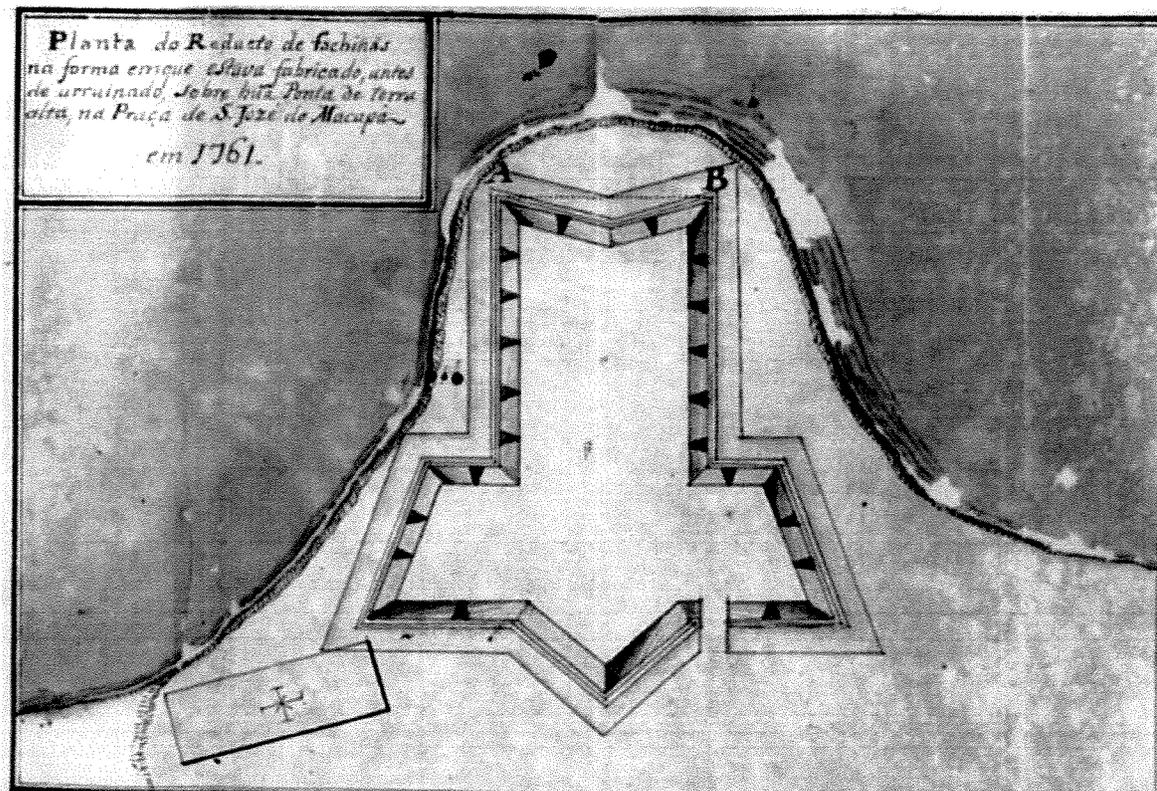
Henrique Antônio Gallucio propôs uma fortificação que teria as características básicas do que seria uma fortaleza com quatro baluartes, batizados pelo governador da capitania do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive, de: Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus. Porém, alguns elementos internos e externos da fortificação foram modificados do projeto original para melhor adaptação do terreno (Figuras 24 e 25).

Ligando um baluarte ao outro, existe a **cortina** - muro recuado de pedra que liga dois baluartes – e, embaixo da mesma, do lado sul e leste da Fortaleza de Macapá, foram construídas as **casamatas**, que estão num subterrâneo abobadado que servia de abrigo para os soldados de baixa patente da fortaleza<sup>356</sup>.

---

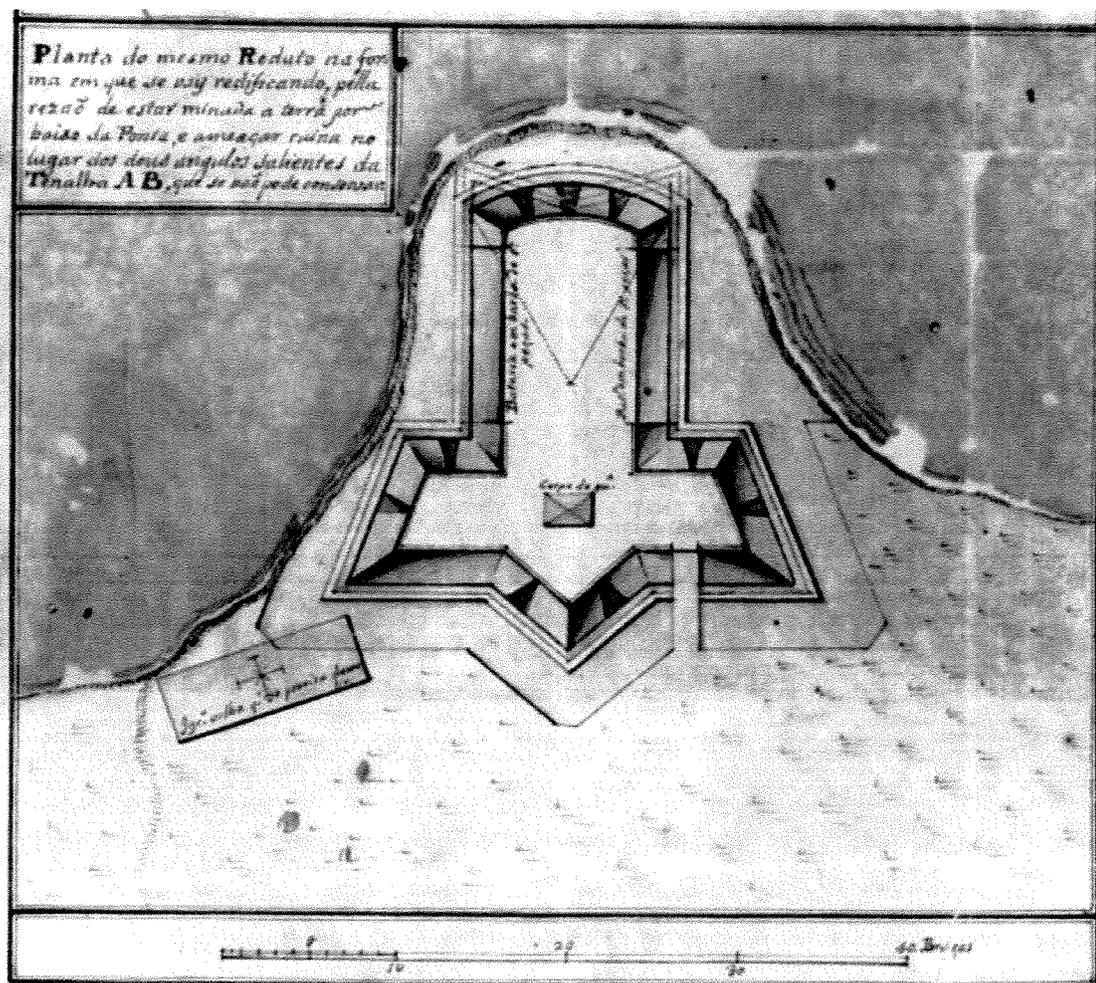
<sup>356</sup> BARRETO, p. 27.

**Figura 22:** Planta do Reduto de fochinas na forma em que estava fabricado, antes de arruinado, sobre sua Ponta de terra alta, na Praça de S. Jozé do Macapá em 1761.



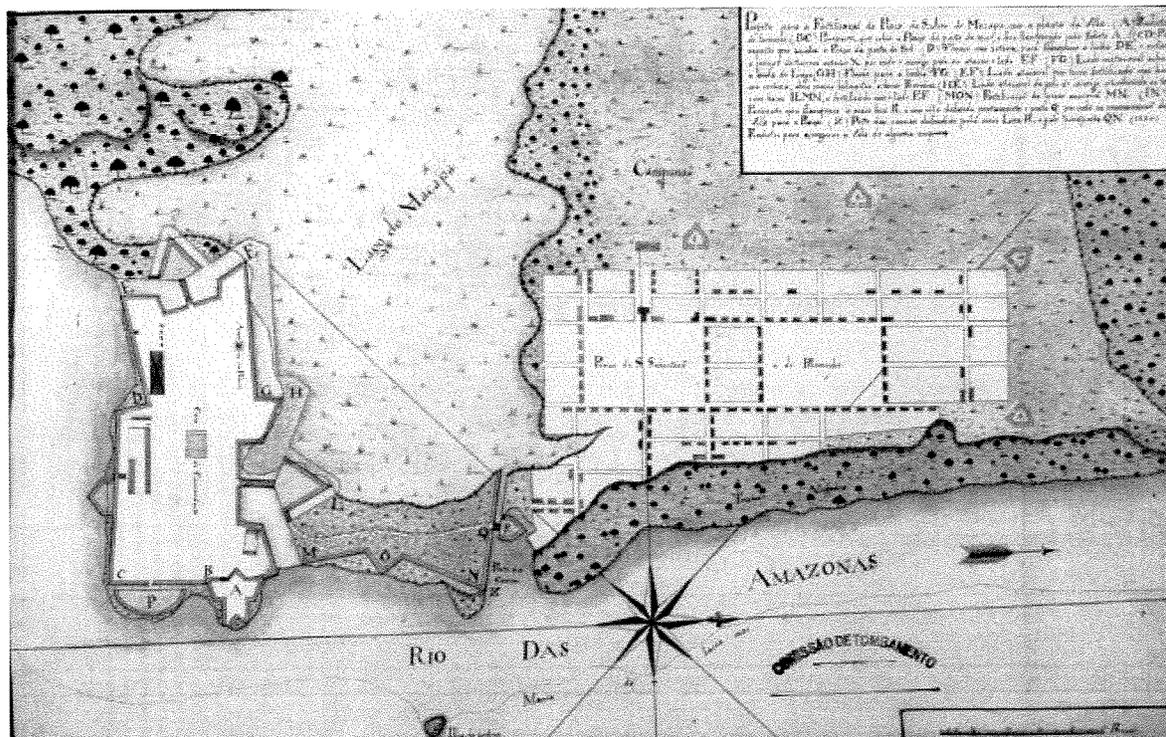
Fonte: Arquivo Público do Pará, cod. 132, d.96

**Figura 23:** *Planta do mesmo reduto de fachinas, quando da sua redificação, pella razão de estar minado a terra por baixo da Ponta e ameaça ruína no lugar dos dous ângulos salientes da Tenalha AB...*



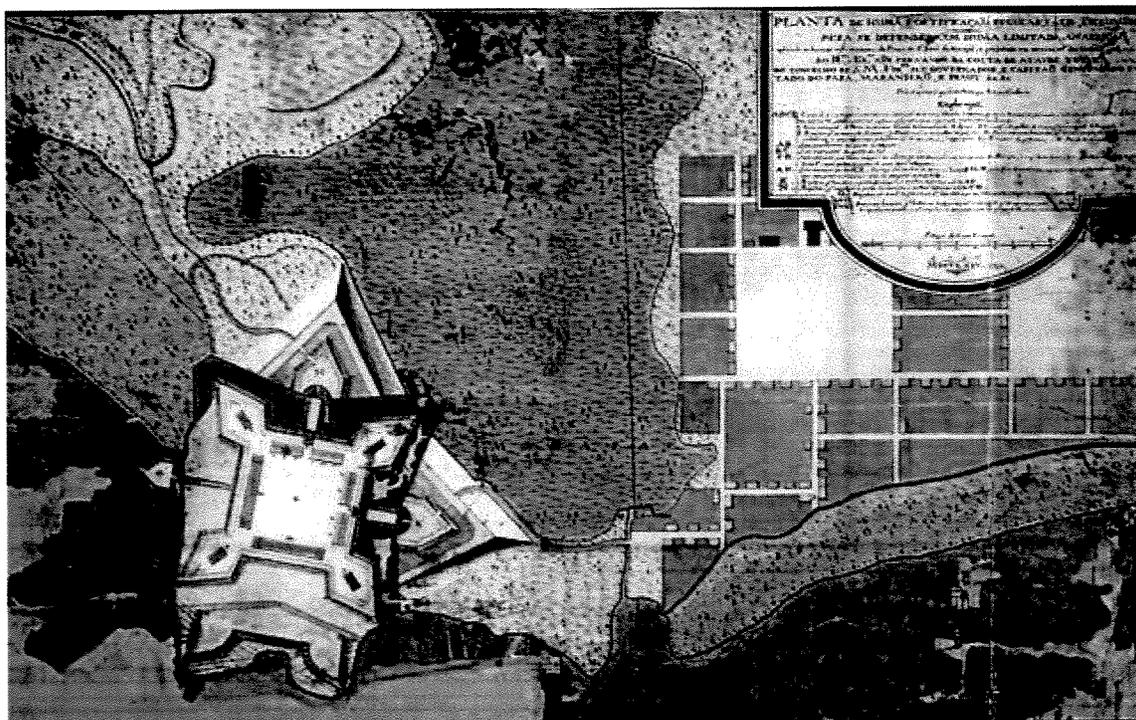
**Fonte:** Arquivo Público do Pará, cód. 132, d.96.

**Figura 24:** Projeto para a Fortificação da Praça de S. Jose do Macapá com a planta da Villa.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, autor Cap. Herinque Antonio Gallucio, s/d, Série Pará, n. 11.01.2228. Este foi o projeto modificado.

*Figura 25: Planta de Huma Fortificação Regular, Fácil e Resumida, para se defender com uma limitada guarnição, aplicada ao terreno mais vantajoso da praça de São José de Macapá.*



Fonte: Arquivo Histórico de Exército, autor Henrique Antônio Gallucio, 1764, Série Pará, n.11.01.2227.

Para Adler Homero, a Fortaleza de São José de Macapá é composta por elementos que formam uma boa fortificação, até nos pequenos detalhes, que só aparecem reunidos atualmente, de forma clara e completa em Macapá. Assim, continua o autor, foram construídas essas casamatas (Figura 26) para abrigar a guarnição, prédios “à prova de bomba” e esplanadas, que não existiam juntos em outros fortes do país.<sup>357</sup> Além desses detalhes, havia outros que demonstram o cuidado com o projeto, como o fato de as canhoneiras e os parapeitos nos lados que faziam a cidade, por serem mais suscetíveis ao bombardeio prolongado, serem mais reforçadas do que os outros.<sup>358</sup>

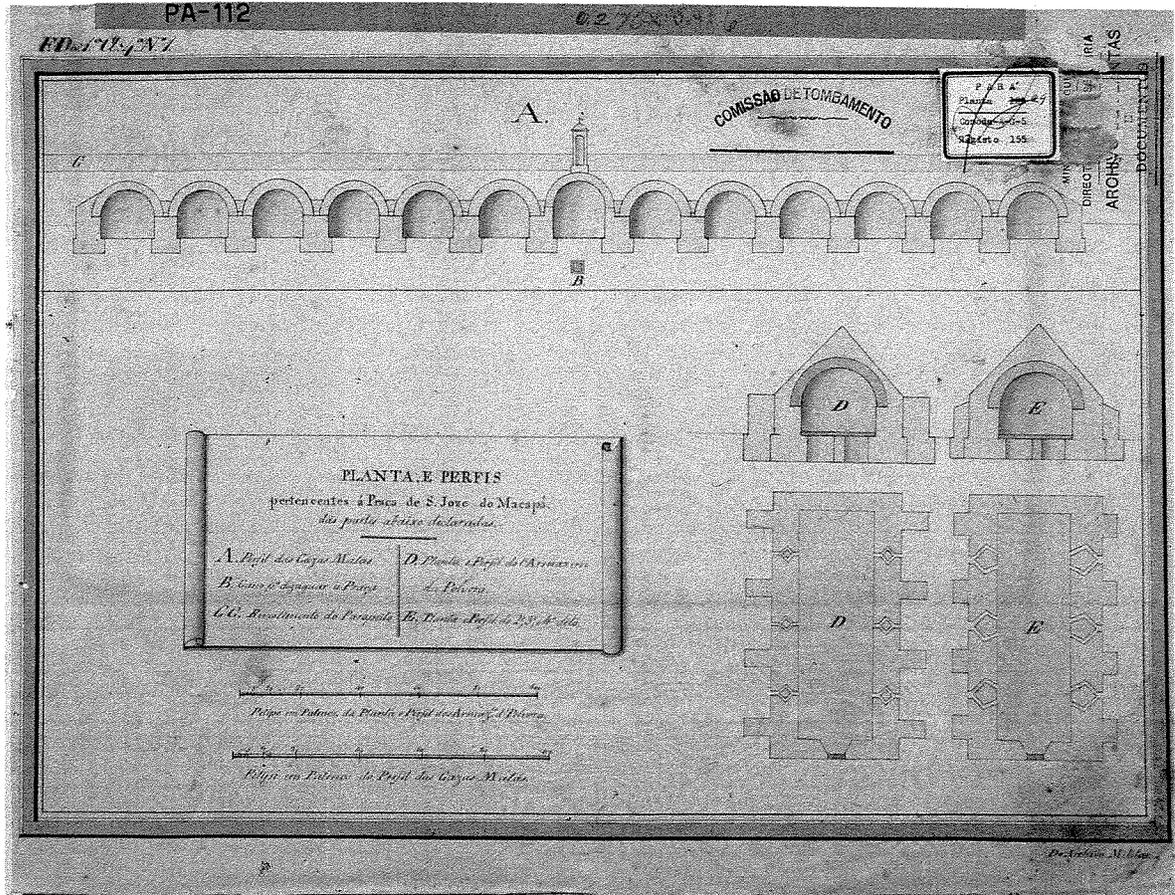
Outro ponto que vale destacar sobre a Fortaleza de Macapá, é o portão, onde foram projetadas duas pontes levadiças (nunca executadas), que teria a função de ligar a porta ao revelim - obra externa do forte que tinha como função impedir possíveis invasões terrestres, e o revelim com a esplanada. Na parte superior da entrada principal, havia a casa do órgão que completava a defesa do forte, pois dela saíam grades que ficavam suspensas e, no caso de uma invasão, caíam sobre o corredor de entrada, dificultando o acesso ao interior da fortificação (Figura 27).

---

<sup>357</sup> Prédios “à prova de bomba” eram aqueles construídos de tal forma que pudessem resistir ao bombardeio de morteiros, tendo para isso tetos espessos, cobertos por grossa e inclinada alvenaria ou colchões de terra. Este tipo de construção era considerada importante na Europa, pois até o século XIX só havia, basicamente, dois tipos de bocas de fogo disponíveis: o primeiro era o canhão, que disparava projéteis sólidos, não explosivos, em um linha mais ou menos reta, causando danos apenas às muralhas de uma fortificação, especialmente se esta fosse bem desenhada, com todos os prédios com altura menor que a muralha, como no caso de Macapá. O outro tipo de boca de fogo era aquela que podia disparar em trajetória curva, por cima de obstáculos como as muralhas, caindo praticamente na vertical sobre os prédios. Trata-se dos obuseiros e morteiros, sendo, somente, estes últimos usados contra as fortificações. A munição do morteiro, a *bomba*, era oca e cheia com pólvora, podendo causar danos ao interior de uma fortificação pela explosão de sua carga e pelos estilhaços, daí a necessidade dos tetos serem grande espessura. (CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, p. 174).

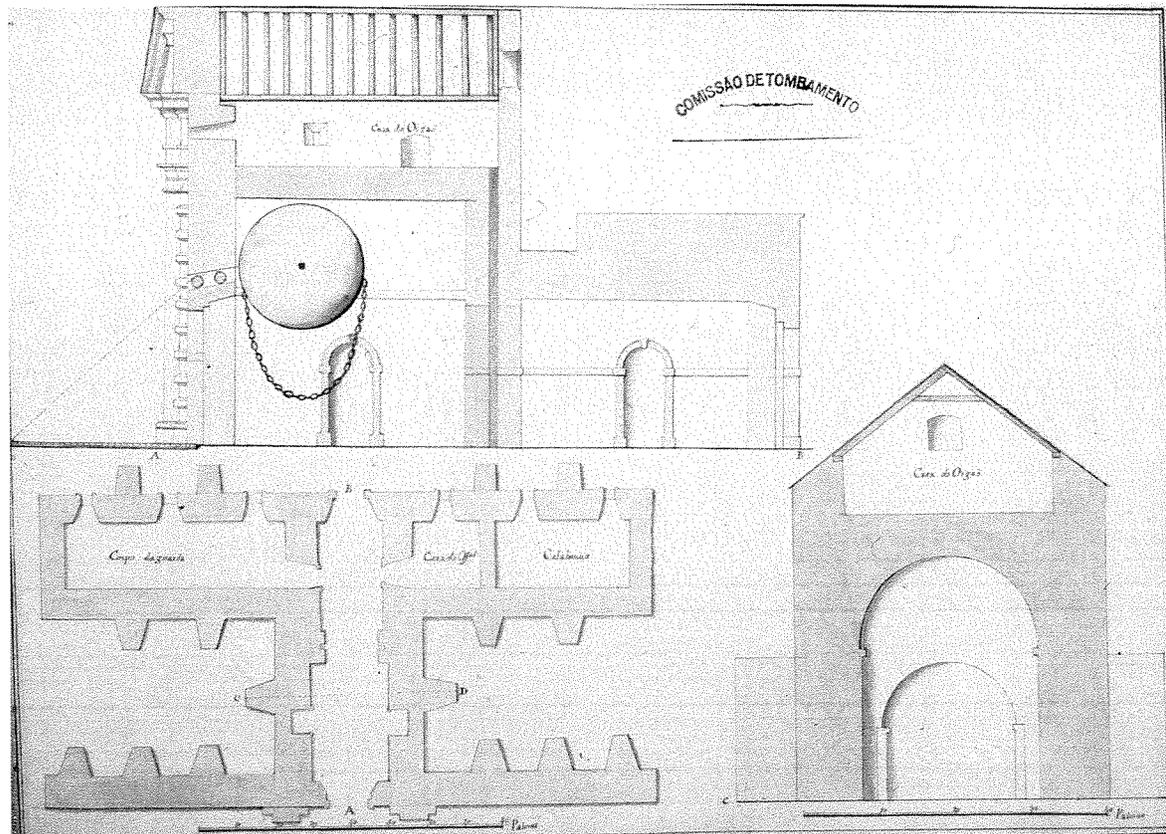
<sup>358</sup> Canhoneira, em fortificação, era a abertura na muralha por onde uma peça disparava, sendo, portanto, uma tarefa muito delicada, pois a sua espessura não podia ser nem muito fina - para resistir ao fogo do inimigo -, nem muito grossa, pois os gases dos disparos dos canhões da própria fortificação desgastavam a canhoneira rapidamente. O equilíbrio necessitava de cálculos precisos. (CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, p. 175).

Figura 26: Perfis das casamatas e do armazém de pólvora



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, n. 11.03.2335.

Figura 27: Projeto da ponte levadiça com a Casa Órgão



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, Planta e Perfil pertencentes à Praça de Macapá, S/ d, n.11.02.2277.

Antes desta entrada principal, existe a esplanada - terreno plano, largo e descoberto – por onde se alcança o revelim; também chamado de *meia lua*. No caso da fortaleza de Macapá, foram construídos dois revelins: um a oeste, que antecede a entrada principal, e outro a leste, que tinha como função proteger o forte de invasores vindos pelo rio Amazonas.

Depois dessa entrada, encontra-se a praça principal, que possui uma forma quadrada e abriga, em suas laterais, 8 prédios que, no século XVIII tiveram as seguintes destinações: no lado direito de quem entra, construiu-se a *casa de oficiais* e, mais à frente, a capela que recebe o nome de São José, padroeiro da cidade de Macapá e, atrelada ao mesmo prédio, ao seu lado direito, encontrava-se a *casa do capelão* e do lado esquerdo a do *cirurgião-mor*. Ao lado, em prédio separado, construiu-se a *casa do comandante*, subdividida em salas e quartos sendo, portanto, o maior prédio da praça central.

De frente para a entrada, do outro lado da praça, estão, frente a frente, dois armazéns: um era destinado à *munição de boca* e outro à *munição de guerra*, ambos preparados com tetos à prova de bala.

Outro exemplo da qualidade do projeto é o *paiol de pólvora* (Figura 26), que se guia exatamente pelo desenho de estilo vaubaniano, por ser à prova de bombas e ter uma muralha em torno para, em caso de ataque, canalizar a explosão para cima, sem afetar muito o restante da fortificação. A preservação da munição ficava a cargo de canais de ventilação existentes sob o piso. É importante ressaltar que as janelas foram construídas com curvas para que o jato de uma explosão externa não atingisse o interior do depósito, além de serem tão estreitas, obedecendo o manual *O engenheiro português*, que o inimigo não podia introduzir nem mesmo uma mexa acesa presa a um rato no seu interior.<sup>359</sup> Finalmente, do lado direito, em prédio independente, foi construída a *enfermaria*.

Fechando o quadrado, ao lado da casa de oficiais, encontrava-se a casa de suboficiais e, no centro da praça, construiu-se uma *cisterna* que funcionava como sistema de esgoto do forte – ainda em pleno funcionamento –, com o que se evita o alagamento da fortaleza pelas chuvas da Amazônia que, quando caem, são levadas ao fosso por canaletas, que ficam embaixo

<sup>359</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro português*. Apud CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, p 175.

das pedras da praça central, e, de lá, através do mesmo sistema, chegam até as *casamatas*, onde era feita a lavagem das latrinas, sendo os dejetos escoados no rio Amazonas.

Antes da morte de Gallucio, as obras da fortaleza seguiram em ritmo acelerado e o andamento podia ser acompanhado por desenhos que mostram os elementos externos e internos do forte sendo construídos. É o caso da planta feita em 1765, que mostra três baluartes iniciados, bem como o começo da bateria baixa sobre o local do antigo forte de faxina. Além disso, é visível a abertura dos fossos que forneceu aterro para o interior do forte, como já acontecia com o baluarte de São Pedro (Figura 28).

Em 1767, outra planta é tirada para registrar o andamento adiantado das obras dos baluartes e dos fossos que já estavam praticamente completos, de forma que o acesso à posição era agora feito por uma ponte, que ligava o futuro portão da fortaleza ao caminho que levava à cidade (Figura 29).

A partir de 1772, os engenheiros Henrique João Wilkens, Domingos Sambuceti e Gaspar Geraldo Gronfeld enviaram vários relatórios a Belém e Portugal, alertando para os vários problemas que entravavam a construção, como a fragilidade dos parapeitos que eram feitos de faxina<sup>360</sup>, a falta de água potável e de latrinas<sup>361</sup> (Figura 30).

Porém, como citamos anteriormente, de todos os problemas mencionados por esses engenheiros, o mais preocupante foi aquele relacionado à construção do baluarte de São José, pois boa parte da sua muralha foi erguida em terreno pantanoso sobre engradamento, e a ação dos fossos aquáticos ameaçava sempre desmoroná-lo e provocar rachaduras,<sup>362</sup> tendo Gronfeld alertado em seu relatório que para resolver esta questão os custos seriam bastante elevados.

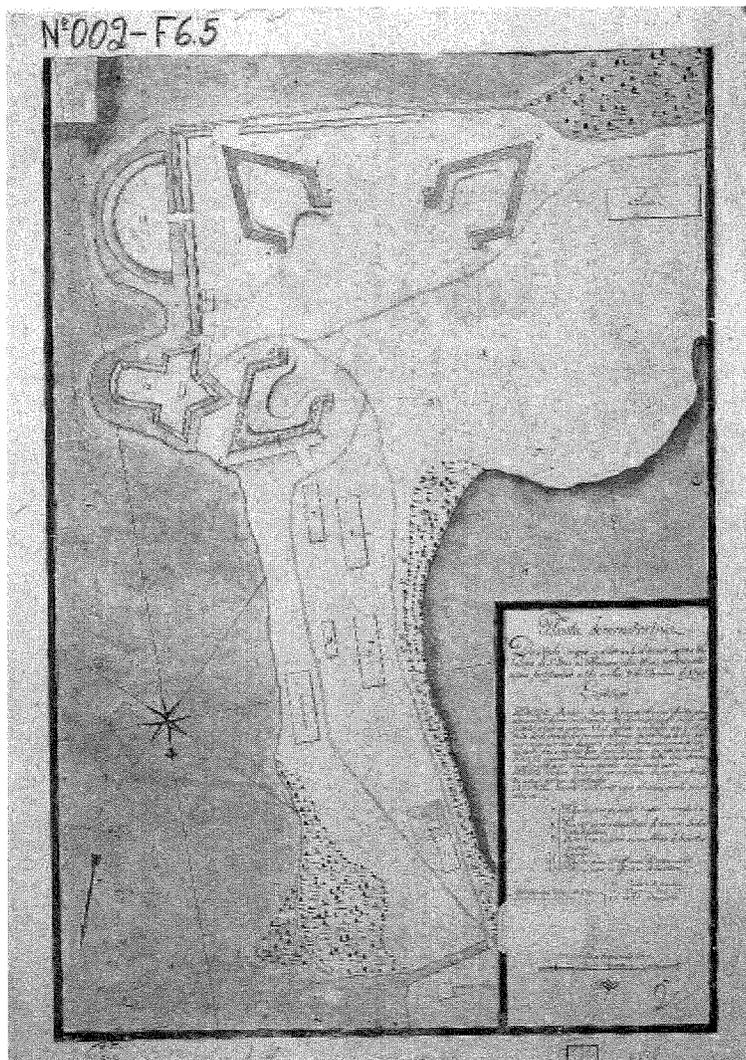
A resposta às propostas de Gronfeld nunca veio, talvez porque o forte não fosse mais prioridade da Coroa, principalmente após a morte de D. José I, em 1777, e a herdeira do trono, D. Maria I, ordenou a inauguração da Fortaleza de São José de Macapá no estado em que se encontrava, faltando algumas obras externas, sobretudo as obras referentes ao fosso aquático, que minava o baluarte de São José, mas que, em 1805, já havia desaparecido (Figura 31).

<sup>360</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. WILKENS, Henrique João. Ofício a João Pereira Caldas, 24 de novembro de 1764. In CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Op. cit.*, p. 180.

<sup>361</sup> Arquivo Público do Pará, *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 238, d. 9.

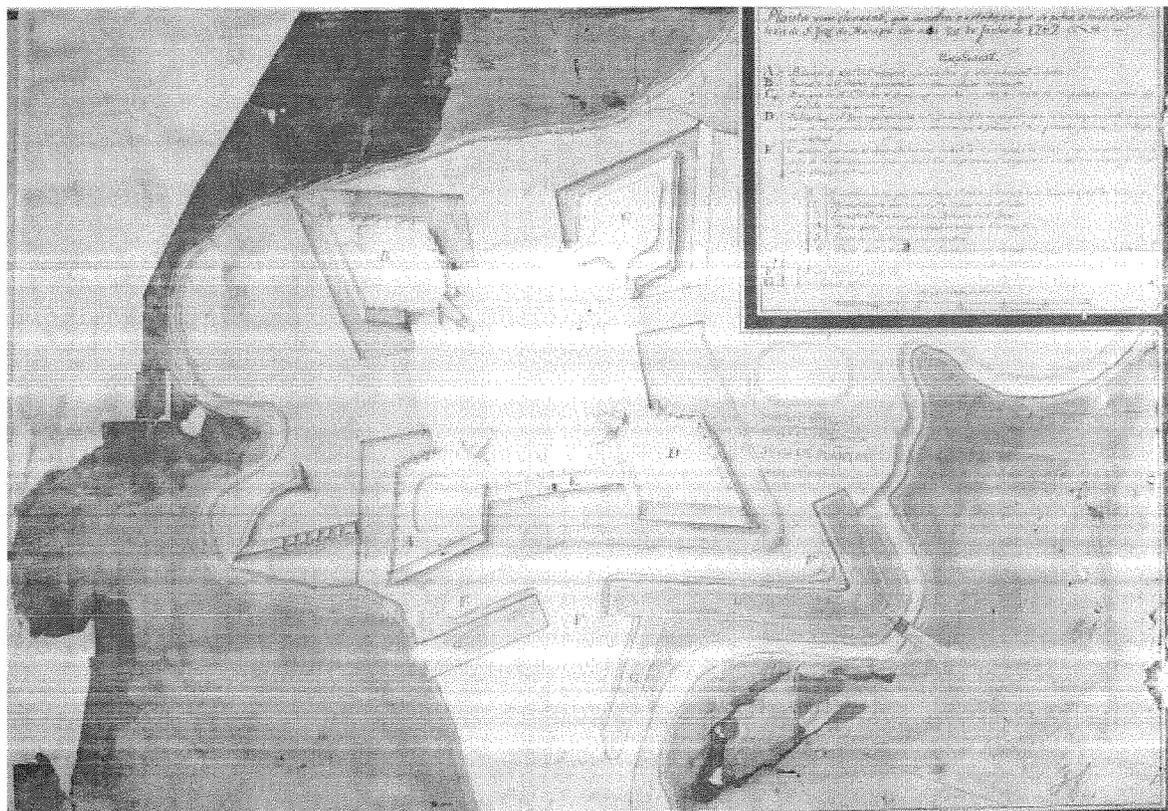
<sup>362</sup> Arquivo Público do Pará, *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 238, d. 6.

Figura 28: Fortaleza de São José de Macapá – 1765.



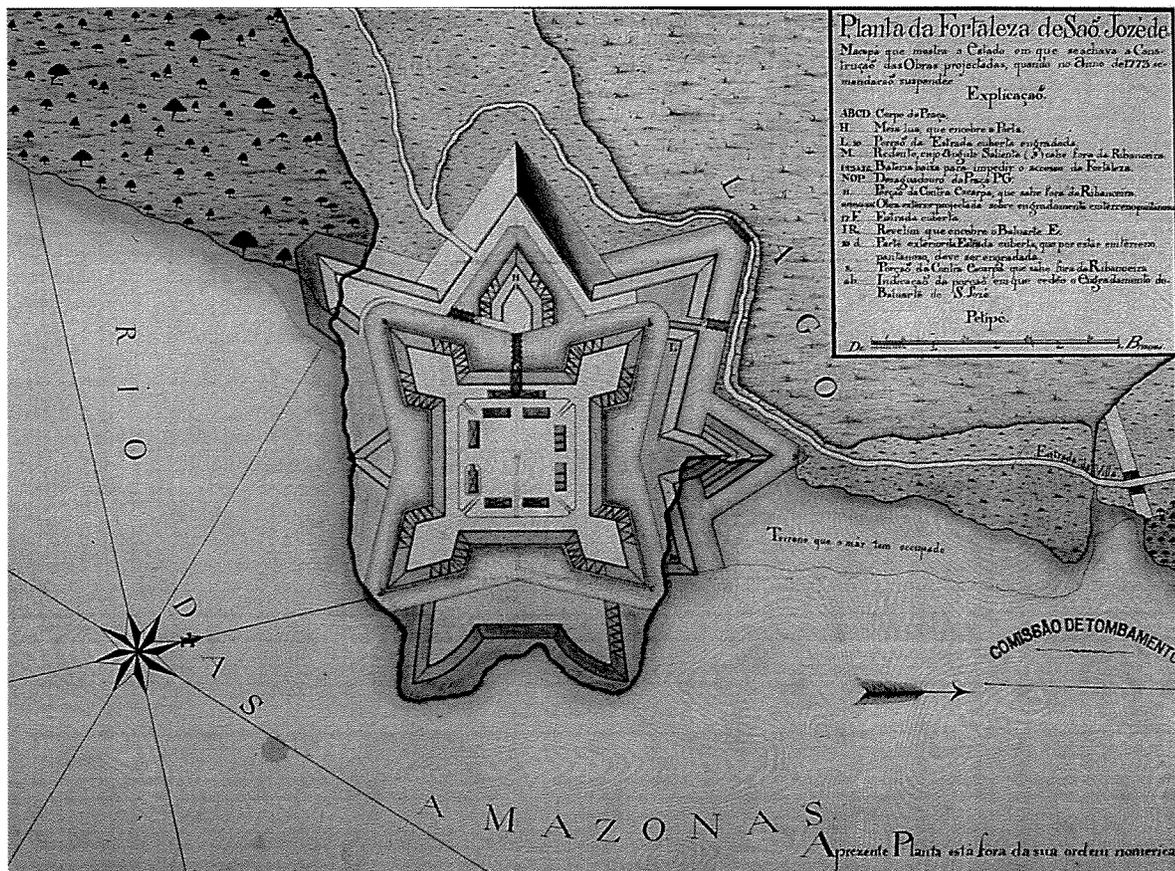
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, 1765, n.10.05.2220.

**Figura 29:** *Planta com elevação, que mostra o estado em que se acha a nova Fortaleza de S. José do Macapá atbe o dia 20 de junho de 1767.*



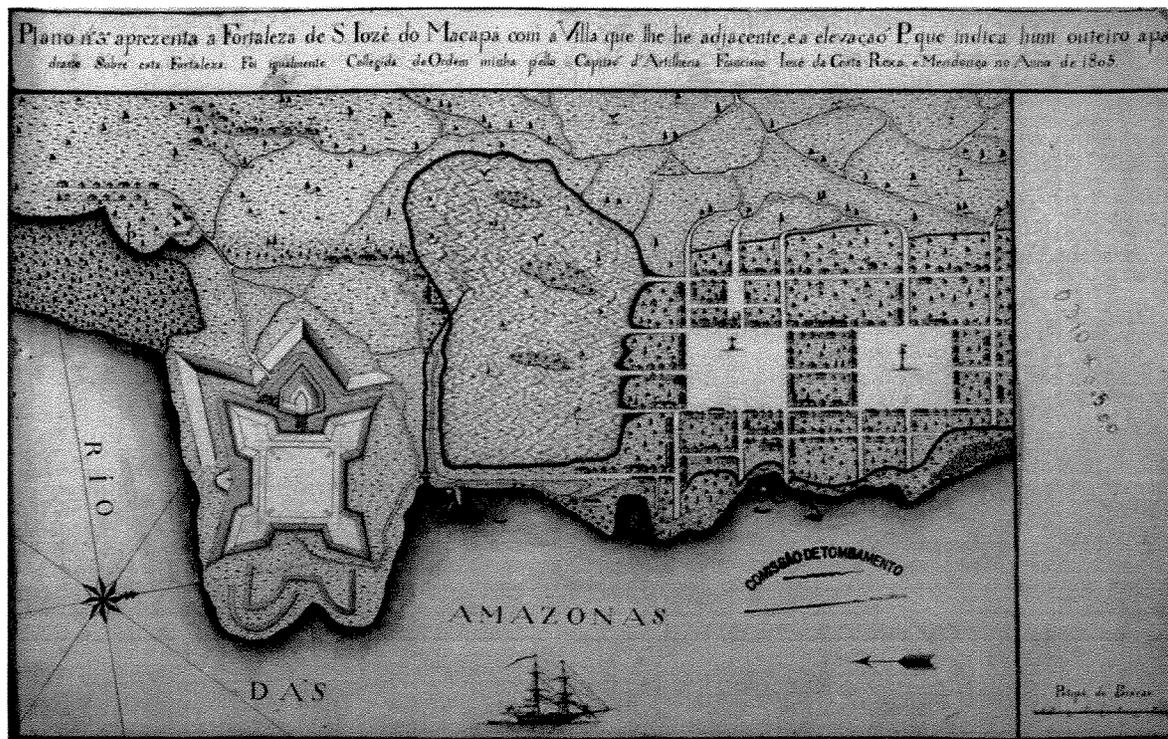
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, nº 10.05.2221.

Figura 30: Planta da Fortaleza de São José de Macapá que mostra o Estado em que se achava a construção das Obras projectadas, quando o anno de 1773.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, n. 11.01.2247.

*Figura 31: Plano n. 03 apresenta a Fortaleza de S. Jozé do Macapá com a Villa que lhe he adjacente e a elevação P que indica hum outeiro apas  
disto. Sobre esta Fortaleza. Foi igualmente Coligada da Ordem miha pelo Capito d'Artilheria Francisco Jose da Costa Rezca e Mesd'osq no Anno de 1805.*



Fonte: Arquivo Histórico de Exército, Série Pará, n: 11.03.2332.

### Considerações finais

A fortaleza de São José de Macapá nunca participou de uma guerra; entretanto, teria atingido seus objetivos, não de combate, mas, sim, de defesa e posse do norte da colônia, onde se abria, no século XVIII, uma vulnerável porta de acesso ao interior aurífero do Brasil.

Esta fortificação, assim como as outras construídas nas margens dos rios da Amazônia, foi o resultado da política de colonização pombalina, que tentava assegurar a Portugal o domínio do norte do Brasil, que poderia ser uma das alternativas de crescimento econômico da metrópole. Para alcançar seus objetivos, Pombal implementou práticas intervencionistas que provocaram muitas críticas, não somente dos países europeus – sobretudo, da Inglaterra, França e Espanha, que viam na atuação ministerial de Pombal, uma barreira ao desenvolvimento dos seus negócios marítimos – mas, também, dos próprios comerciantes portugueses, que perderam a liberdade de comerciar diretamente com a colônia.

Para executar seus planos na Amazônia, Pombal enviou para a região o seu irmão Mendonça Furtado, empossado por D. José I com a patente de capitão-general do Grão-Pará, o qual foi nomeado, posteriormente, governador da capitania. A primeira observação relatada por ele em suas cartas referia-se à imediata necessidade de fortificar a porção setentrional da Amazônia, principalmente o cabo norte, que tinha um litoral amplo e de fácil penetração para o interior do Brasil.

Mendonça Furtado recebeu do marquês de Pombal todo o apoio de que necessitava. Primeiramente, engenheiros hábeis que pudessem desenhar duas fortificações que pudessem funcionar como pilares do cordão abaluartado, que se pretendia para aquela região: Sambuceti desenhou o Forte Príncipe da Beira e Gallucio a Fortaleza de São José de Macapá, ambas inspiradas nos modelos de Vauban.

Esses desenhos, assim como a maioria daqueles realizados naquela época, foram sinônimos de *desígnio* político, pois, até meados do século XVIII, eram documentos únicos, estratégicos e de circulação restrita, por serem assunto de Estado e, portanto, submetidos exclusivamente à aprovação do rei e seus conselheiros, com a supervisão do engenheiro-mor e

do provedor de obras do reino, que os destinou aos empreiteiros e mestres de ofício encarregados da execução das obras.

Para materializar os *riscos* de Gallucio, foram utilizados trabalhadores índios e negros, sendo estes últimos escravizados para o norte através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Esses operários, que trabalharam como carpinteiros, pedreiros e remeiros das canoas que transportavam pedras e cal, foram os homens que construíram, pedra sobre pedra, o maior forte do Brasil do período colonial.

D. Maria I, quando assumiu o trono português, cancelou todas as verbas destinadas à manutenção e término das obras da fortaleza, razão pela qual ela inaugurada, em 1782, ainda inacabada.

A fortaleza sobreviveu a muitos anos de abandono, até à criação do Território Federal do Amapá, em 1943, quando passou a sediar o comando da Guarda Territorial, transformando-se suas casamatas no presídio da cidade.

Essa situação foi revertida, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1950, homologou o tombamento da Fortaleza de São José de Macapá, que passou a ser centro sócio-cultural e de lazer da cidade, onde comemorava-se, bem no estilo da época, as datas cívicas e os feriados nacionais e locais.

Ainda na década de 1950, seus prédios abrigaram a Imprensa Oficial, o Museu Territorial e o 26º Pelotão BC – Tiro de Guerra 130 do Exército. Em março de 1964, a Fortaleza de Macapá, em meio ao processo de repressão do regime militar, serviu de cárcere para presos políticos – intelectuais, trabalhadores e lideranças sindicais.

Em 1997, o IPHAN iniciou o processo de restauração do forte, atualmente em fase final, e que tem como objetivo principal a reutilização dos espaços interno e externo com projetos culturais.

## Glossário

*Abóbada*: teto curvo que serve de cobertura a um edifício. As abóbadas podem ser de *berço*, quando a curvatura é uniforme, em *arco pleno* ou *abatido*, ou *de aresta* – quando os planos que a compõem formam nervuras no teto.

*Argamassa*: material aglutinante empregado no assentamento ou revestimento das alvenarias – que eram trabalhos realizados em pedra ou tijolos – ou conjunto de elementos que entram na composição de paredes. A argamassa era obtida a partir da mistura de água, agregado miúdo (geralmente areia) e uma substância de ligação qualquer, como o cimento e a cal.

*Bateria* - obra de fortificação, no interior de um forte ou de uma fortaleza, ou ainda isolada, onde são instaladas as peças de artilharia; pequena fortificação, armada somente com alguns canhões, composta geralmente por apenas uma muralha.

*Cantaria*: pedra lavrada, talhada e aparelhada para construção.

*Cortina* - muro entre dois baluartes.

*Fortim* é um forte pequeno e forte é uma fortificação constituída de uma ou mais baterias instaladas na mesma obra. Fortaleza é, também, uma fortificação que contém duas ou mais baterias de artilharia instaladas em obras independentes. Fortificação é uma denominação genérica de obra de defesa militar.

*Fosso* - vala ou escavação, seca ou com água, usada como defesa.

*Terrapleno* - terreno em que se encheu uma depressão ou cavidade para o aplainar ou, de acordo com o previsto num projeto, terreno aplainado; terraço.

*Praça-forte* - lugar, povoação ou cidade fortificada, artilhada e ocupada por uma força militar ou guarnição.

*Pedra e cal* - denominação pela qual eram conhecidas, no período colonial, as construções cujas paredes eram erguidas em alvenaria de pedra, com argamassa feita com cal mineral ou, principalmente no litoral, cal de conchas de moluscos.

*Ponte levadiça* - antigo passadiço ou ponte móvel, em torno de um eixo que, quando levantado, impedia a passagem sobre o fosso que circundava uma fortificação.

*Reduto* - fortaleza ou posição bem abrigada no interior de um sistema de fortificação para lhe prolongar a resistência; pequeno forte isolado.

*Revelim* - construção externa de duas faces, que formam ângulo saliente, para defesa de cortina, ponte e outros pontos de uma fortificação.

### Anexo 1

« Rellação das povoações donde forão tirados 38 Indios para os pesqueiros Reaes e esquipação da Canoa da condução do Peixe dos m.<sup>os</sup> pesqueiros. Do numero total de 304 que o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> G.<sup>al</sup> foi servido destribuir para o serviso da fortificação do Macapá por ordem do dito Sn.<sup>r</sup> ». <sup>365</sup>

De villa Franca	06
De Santarém	14
De Obidos	10
De Pinhel	04
De Alenquer	03
De Alther do Cham	02
Total	39
Remeti para Macapá	250
Havia remeter o Diretor de Almeyrim, Veiros e Pombal	026
Total	315

Acresceu aquelle numero de 39, 22 Indios que tirei das povoações abaixo declarados a saber.

De villa Franca	09
De Monte Alegre	06
Do Out. <sup>ro</sup>	03
De Alther do Cham	03
De Vila Buim	01
Total	22
Com os 39 asima	39
Total	61

<sup>365</sup> Anexo do cód. 182, doc 59.

## Anexo 2

« Rellação dos prettos que seachão trabalando nesta Fortaleza, e Napedreira de Araperú e Jornaes que vencerão este mez de Setembro, e Outubro de 1767 ».<sup>1</sup>

### Setembro

Napedreira-----	= 1064 ½ dias
Na Fortaleza-----	= <u>1389</u>
Soma	2453

### Outubro

Na Fortaleza-----	= 1588
Napedreira-----	= <u>1160</u>
Soma	2748

### Setembro

Hospital-----	14
Falecidos-----	29
Auzentes-----	45
Pedr <sup>a</sup> -----	50
Fortaleza-----	<u>60</u>
	198

### Outubro

Hospital-----	9
Falecidos-----	29
Auzentes-----	45
Fortaleza-----	65
Pedreira-----	<u>50</u>
	198

<sup>1</sup> Fonte: Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com o governo*, cód. 78, d. 75. In: HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p., 90.

## Anexo 3

«Mappa do nº. Dos Indios e Pretos trabalhadores q' a 3 de 7brº do prezte. Anno de 1765 se achaõ empregados em diferentes destinos respectivos a obra daFortificação»<sup>2</sup>.

	Indios concinados	Indios calcetas e aditos a obra	Pretos da Camara	Total
Na obra		12	119	131
Na primeira Pedreira junto a obra	6		34	40
Na pedreira do rio Uanará pecú	15			15
Na pedreira dabocca do Rio Uanará pecú	25		2	27
Em 2 canoas q. Conduzem pedra da pedreira	34			34
Na corte de acapúz na bocca do rio Cororú	15			15
Na canoa que conduz os acapúz	17			17
Na canoa que conduz lenha	12			12
No forno da cal	2			2
Na canoa q. Conduz madeira e palha pº. os telheiros do tijollo	17			17
No hospital	14		22	36
SOMA	157	12	177	346

<sup>2</sup> Fonte: Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 61, d. 38. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 83. O mapa de trabalhadores.

## Fontes e bibliografia

### Bibliografia

BARRETTO, Coronel Annibal. *Fortificações do Brasil (resumo histórico)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

BICALHO, Maria Fernanda B. *As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo*. In: Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão*.

BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825)*, 2 ed. Trad. Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, 1969.

CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O fecho do império*. In: Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão*.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990.

D' AZEVEDO, J. Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*, Belém, Secult, 1999, série “Lendo o Pará”.

DE SETA, Cesare e LE GOFF, Jacques. *La ciudad y las muralhas* Trad. Carmen Borra, Madri, Cátedra, 1989.

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*, São Paulo, Edições Melhoramentos Editora da Universidade de São Paulo.

FOCILLON, Henri. *Vida das formas*. Trad. Lea Mária Sussekind Viveiros de Castro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX*, Belém, UFPA/NAEA, 1999.

GUERREIRO, Inácio *et alii*. *A mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Territorio y fortificación – Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosper: influencia en España y America*, traducción de Veritable maniere de bien fortifier de Mr. de Bauban por: Gerard Jalain Badoux e Daniele Steffen, España, Ediciones Tuero, 1991.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*, Editora Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *Livro da visitação do Santo ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 – 1769)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1978

MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da História Paraense*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1998.

MAXWELL, Kenneth. *O paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1996, 2ª edição

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º, 2º e 3º tomos.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994, 3ª edição.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1995, 6ª edição.

Revista *Oceanos*, n 41, “A construção do Brasil urbano”, janeiro/março de 2000.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984, vol. I.

SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, vol. 36, 1983<sup>1ª</sup> ed. (1961).

SOUZA, Fausto Augusto. “Fortificações no Brazil: época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual”. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert e C., 1885, tomo 48, vol. 71, parte II.

SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filippe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição

TOUDOUZE, Georges G. *Monsieur de Vauban*, Paris, Éditions Berger-Levrault, 1954.

VAUBAN, S. P. “*Verdadero metodo para fortificar de Mr. De Vauban donde se mostra el método que se usa actualmente en Francia para fortificar las plazas*”. Ed. Pierre Mortier, Ámsterdam, 1702. In: GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira, São Paulo, Martins Fontes, 1996.

**CD- ROOM**

*A história pela cartografia*, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

*Anhatomirim – fortificações no Brasil e no mundo*, Universidade Federal de Santa Catarina.

**Fontes Manuscritas****Arquivo Público do Pará****“Correspondência diversos com o governo”**

cód. 68, d. 76.

cód. 132, d. 42, período 1763.

cód. 156, d. 09.

cód. 164, ds. 28 e 22, período 1766

cód. 168, d. folhas 162, 166, 173 e 174, período 1766.

cód 176, d. 32, período 1767.

cód. 182, d. 59, período de 1767 - 1768.

Cód. 200, doc. 56, carta escrita por Nuno da Cunha de Atayde Varona ao Governador da capitania: *S. José do Macapá, 9 de abril de 1765*

\_\_\_\_\_, d. 62, Macapá, 26 de outubro de 1769

\_\_\_\_\_, d. 82, Macapá 15 de dezembro de 1769.

\_\_\_\_\_, ds. 12, 62, 63, 81.

cód. 213, ds. 14, 43, d. 55.

cód. 238, ds. 6, Belém, 21 de março de 1773.

\_\_\_\_\_, ds. 4, 6 e 9

cód. 291, d. 13, 11 de agosto de 1770

cód. 306, ds. 208, 207, 129, 131 e 207.

**“Correspondência de Governadores com a Metrópole”:**

cód. 260, ds. 71 e 80, cód. 70, s/d.

cód. 702, d. 89.

**Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU - ACL - CU, 013, cx. 65, d. 5598

AHU - ACL - CU, 013, cx. 65, d. 5652

AHU - ACL - CU, 013, cx. 70, d. 5993